

CIDADES PEQUENAS NO CONTEXTO BRASILEIRO

PERSPETIVAS DE ESTUDO

Organizadores:

Paulo Fernando Jurado da Silva

Maria José Martinelli Silva Calixto

Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli

Giovane Silveira da Silveira



CIDADES PEQUENAS NO CONTEXTO BRASILEIRO

PERSPECTIVAS DE ESTUDO

Organizadores:

Paulo Fernando Jurado da Silva

Maria José Martinelli Silva Calixto

Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli

Giovane Silveira da Silveira

*Publicação financiada com recurso do Programa de Apoio à Pesquisa da UFGD - PAA/UFQD.
Edital PROPP N° 28, de 30 de agosto de 2022.*



Mikripoli

LEUA
LABORATÓRIO DE ESTUDOS
URBANO E AGRÁRIOS

**UF
GD** Universidade
Federal
da Grande
Dourados

**TOTAL
BOOKS®**

Copyright © Paulo Fernando Jurado da Silva, Maria José Martinelli Silva Calixto, Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli e Giovane Silveira da Silveira (org.).

Capa: Paulo Roberto Fitz/Felipe Klauck Fitz

Arte da capa: Isabelly Souza Santos/Paulo Henrique Porto

Revisão: Equipe TOTALBOOKS

2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Cidades pequenas no contexto brasileiro : perspectivas de estudo
[livro eletrônico] / Paulo Fernando Jurado da Silva... [et al.]. – 1.
ed. -- Porto Alegre, RS : Totalbooks, 2023.

PDF

Outros autores: Maria José Martinelli Silva Calixto, Mara Lúcia
Falconi da Hora Bernardelli, Giovane Silveira da Silveira.

Bibliografia.

ISBN 978-65-88393-50-5

1. Cidades - Brasil 2. Geografia urbana 3. Sociologia urbana 4.
Urbanização I. Silva, Paulo Fernando Jurado da. II. Calixto, Maria
José Martinelli Silva. III. Bernardelli, Mara Lúcia Falconi da Hora.
IV. Silveira, Giovane Silveira da.

23-146069

CDD-307.76

Índices para catálogo sistemático:

1. Cidades : Sociologia urbana 307.76

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Todos os direitos reservados para os autores.

EDITORA TOTALBOOKS® EIRELI

Não é permitida a reprodução total ou parcial desta obra, por quaisquer meios, sem a prévia autorização por escrito dos autores.

Os autores são responsáveis pelos conteúdos apresentados (textos, figuras, tabelas etc.) e assumem total responsabilidade pública e jurídica sobre os mesmos.

Publicação financiada com recurso do Programa de Apoio à Pesquisa da UFGD – PAP/UFGD. Edital PROPP Nº 28, de 30 de agosto de 2022.

EDITORA TOTALBOOKS

CONSELHO EDITORIAL MULTIDISCIPLINAR

Dr^a Adriana Dorfman
Dr. Alfa Oumar Diallo
Dr^a Ana Maria Colling
Dr. Antonio Moreno Jiménez
Dr. Bruno de Souza Lima
Dr. Celso Augusto Nunes da Conceição
Dr. Charlei Aparecido da Silva
Dr^a Cintia Santos Diallo
Dr^a. Cristina Vargas Cademartori
Dr. Eduardo Salinas Chavez
Dr. Edvaldo César Moretti
Dr^a Edvania Gomes de Assis Silva
Dr^a Elisabeth Ritter
Dr. Eliseu José Weber
Dr. Emerson Galvani
Dr. Fabio de Oliveira Sanches
Dr^a Gilca Lucena Kortmann
Dr. Gustavo Daniel Buzai
Dr. Henrich Hasenack
Dr. Henri Luiz Fuchs
Dr. Henrique Carlos de Oliveira Castro
Dr^a Irene Santos Garcia
Dr. Javier Garcia López
Dr. Jefferson Cardia Simões
Dr. Jose Luis Gurria Gascón
Dr. Paulo José Moraes Monteiro e Teixeira Germano
Dr. Paulo Roberto Fitz
Dr. Roberto Verdum
Dr. Rodrigo Stumpf Gonzáles
Dr. Rogério Gomes da Silva
Dr^a Valéria Silveira Brisolara
Dr. Vinícius Gadis Ribeiro



EDITORA TOTALBOOKS® - www.totalbooks.com.br
Av. Willy Eugênio Fleck, 1500/337 – CEP 91150-180 – Porto Alegre - RS

APRESENTAÇÃO

O presente livro é resultante do VI Sinapeq (Simpósio Nacional sobre Pequenas Cidades) que ocorreu de 24 a 26 de agosto de 2022, virtualmente, na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

A primeira edição do evento ocorreu em 2008 (I Simpósio sobre Pequenas Cidades), na Universidade Estadual de Maringá (UEM). A segunda edição (II Simpósio sobre Pequenas Cidades) aconteceu em 2010 na Universidade Estadual de Londrina (UEL). A terceira edição foi realizada em 2014, assumindo o caráter nacional (III Simpósio Nacional sobre Pequenas Cidades), na Universidade Estadual do Norte do Paraná (UNEP) – Campus de Cornélio Procópio. Na quarta edição, em 2018, o evento passou a adotar a sigla Sinapeq (IV Simpósio Nacional sobre Pequenas Cidades) e ocorreu na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Campus de Ituiutaba. A quinta edição (V Simpósio Nacional sobre Pequenas Cidades), realizada em 2020, foi inteiramente remota, devido à pandemia de Covid-19, sendo organizada pela Universidade Estadual do Paraná (Unespar) – Campus de Campo Mourão. Já a presente edição é a primeira realizada no Centro-Oeste do país, contando com o apoio de Rede Mikripoli que abrange mais de 20 universidades brasileiras e contatos com diversas instituições estrangeiras.

Em 2022, o evento foi organizado a partir de uma parceria entre a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e a Rede de Pesquisadores de Pequenas Cidades, denominada Mikripoli, constituída em 2021. Os ouvintes e apresentadores de trabalhos participaram de maneira on-line, por meio de links disponíveis para transmissão. O evento foi aberto a todos os interessados sobre o tema, tendo como público-alvo a academia, a sociedade, órgãos de planejamento e instituições públicas diversas.

Apesar do tema das pequenas cidades ter ganho nos últimos anos relevância acadêmica, defendemos que o debate precisa ser ampliado, com a construção de uma agenda de pesquisa nacional, confrontando o assunto na interface empírica de diversas regiões. No país, essa realidade é desafiadora e, nesse sentido, a presente edição do evento tem como tema "Brasil, pandemia e pequenas cidades: desafios para pensar o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida".

A obra foi organizada a partir dos trabalhos inseridos no contexto da Rede Mikripoli, trazendo o debate das cidades pequenas no contexto brasileiro, a partir, especialmente, da análise regional e de dados demográficos, conferindo o subsídio necessário para a interpretação inicial sobre o tema. Ela inaugura, dessa maneira, os primeiros estudos da rede, em caráter de coletividade.

Paulo Fernando Jurado da Silva

Maria José Martinelli Silva Calixto

Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli

Giovane Silveira da Silveira

PREFÁCIO

Um olhar para o urbano no Brasil na perspectiva das realidades mikripolitanas, ou seja, desde áreas polarizadas por pequenas cidades/localidades, tem sido o intento de um trabalho que temos procurado desenvolver em rede. Neste livro, reunimos resultados iniciais do trabalho coletivo da rede Mikripoli. A coletânea reunida traz, ainda que parcialmente, a realidade de pequenas cidades/localidades em regiões de norte a sul do Brasil. Podemos dizer que os textos promovem uma viagem acadêmica por tão diversas geografias.

A proposição de um projeto de pesquisa em conjunto levou em consideração os recortes regionais atuais propostos pelo IBGE: as Regiões Intermediárias e Imediatas. As equipes vêm adaptando seus recortes em relação a pesquisas anteriores, adequando tabelas e bases cartográficas para mapeamentos.

Os capítulos resultaram de apresentação em sessão especial do Sinapeq (Simpósio Nacional de Pequenas Cidades) voltada à articulação dos pesquisadores do projeto: "Cidades Pequenas, Dinâmicas Socioespaciais e Desenvolvimento Regional no Brasil", que a rede Mikripoli tem desenvolvido com o financiamento do CNPq.

SOBRE AS REGIÕES INTERMEDIÁRIAS E IMEDIATAS COMO RECORTE

Podemos considerar a criação das Regiões Intermediárias e Imediatas como relativamente recentes. Em 2017, o IBGE promoveu uma revisão e atualização da divisão anterior brasileira em micro e mesorregiões, adotando essa nova divisão em dois níveis regionais – Regiões Imediatas e Regiões Intermediárias. Conforme justifica o próprio instituto, essa proposta deve-se às intensas transformações ocorridas no território brasileiro, tanto quanto ao espaço produtivo, aspectos demográficos e ambientais, mas também mudanças político-administrativas como o surgimento de municípios. Pautadas pela rede urbana, elas implicam na busca de um modelo de divisão regional com coerência interna e certa permanência dos seus atributos, ainda que sejam sinalizadas as necessidades de alterações mais constantes nos recortes (IBGE, 2017¹).

¹ IBGE. *Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017*. Rio de Janeiro, IBGE, 2017. 83 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em 26.05.2022. Essa é a referência das demais citações IBGE (2017) que fizemos ao longo do texto.

Alguns critérios foram adotados, como o de que as Regiões Geográficas Imediatas (base de toda a regionalização, pois as Regiões Intermediárias resultaram da aglutinação das primeiras e não de subdivisões das maiores, como havia sido no caso das mesorregiões divididas em microrregiões) deveriam ter entre cinco e 25 municípios. Com isso, procurava-se aplicar uma noção de homogeneidade/proporcionalidade territorial e municipal, criando regiões com a mesma hierarquia, ainda que com extensões territoriais e quantitativos de municípios bastante diversos (IBGE, 2017, p. 23). Não obstante a adoção dos referidos critérios, a diversidade de situações no país levou, em alguns casos, a formar uma região imediata sem esse número mínimo, em “[...] padrões geográficos específicos, como presença de serras, grandes rios, entre outros aspectos.” (IBGE, 2017, p. 29).

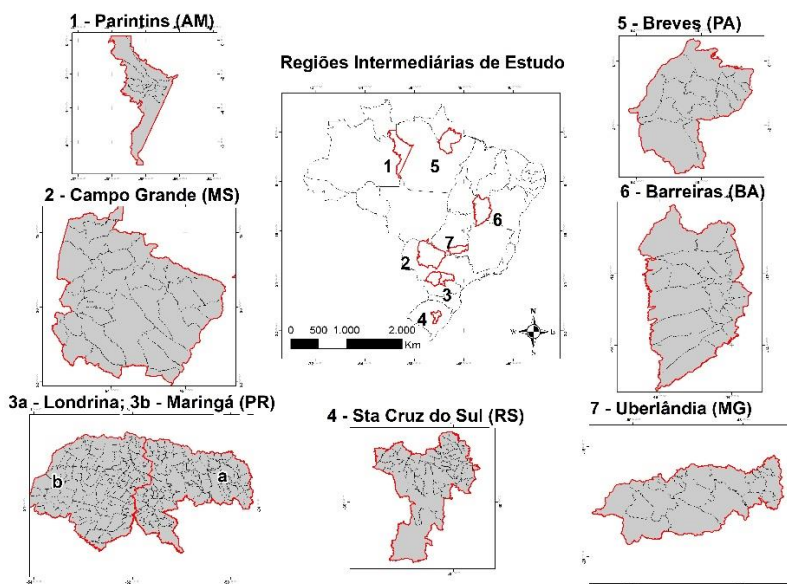
São dois níveis de regiões, as Regiões Imediatas que, agrupadas, compõem o nível das Regiões Intermediárias. Os recortes são estabelecidos de acordo com as espacialidades vinculadas à centralidade de núcleos urbanos mais expressivos na região e suas áreas de influência, no caso das Regiões Imediatas, polarizada no mínimo por um Centro de Zona B, de acordo com o Regic 2018 (IBGE, 2020). Abrangendo áreas mais amplas, as Regiões Intermediárias são articuladas por uma metrópole ou capital regional. Portanto, elas devem estar polarizadas em torno de cidades com maior centralidade, sobretudo capitais regionais, mas foi preciso considerar, em algumas áreas, centros sub-regionais, mas que constituem polo de referência para as Regiões Geográficas Imediatas do seu entorno, ou ainda, sem um polo articulador definido em áreas de rede urbana pouco consolidada (IBGE, 2017, p. 34-35). Ao explicar essas exceções, o instituto lembra a finalidade da regionalização para fins estatísticos.

Na explicação metodológica, encontramos também abordada a questão de se considerar regiões multipolarizadas, em áreas compostas com mais de um centro articulador. Esse é o caso de Paracity e Colorado, como Região Imediata na Região Intermediária de Maringá, por exemplo. Nos recortes adotados pela pesquisa, registra-se o caso da Região Intermediária de Santa Cruz do Sul e Lajeado. Este procedimento foi considerado também na criação das denominações das regiões, em geral com o nome do polo mais significativo, tanto para a Região Intermediária como para as Imediatas. Quando na área existirem dois polos equivalentes, de mesma hierarquia, a região recebe o nome de todos os de maior hierarquia, na sequência, o tamanho da população, mas se a população de um deles for 50% maior, a denominação da região será a do polo maior, demograficamente (IBGE, 2017, p. 36).

Embora lidando com centralidade, como foi exposto, a finalidade estatística e a necessidade de contemplar todo o território levou a estabelecer números mínimos de regiões, ainda que os requisitos não estivessem presentes, constituindo algumas exceções. Ademais, as regiões tomam por limite o território das respectivas unidades da federação; cada Região Geográfica Intermediária deve ter pelo menos duas Regiões Geográficas Imediatas, e cada unidade da federação, em nível estadual, deverá ter pelo menos duas Regiões Geográficas Intermediárias.

O IBGE (2017) definiu, para todo o Brasil, 510 Regiões Geográficas Imediatas, agrupadas em 133 Regiões Geográficas Intermediárias. Apesar da busca por coerência metodológica, como o território é muito diverso, a variabilidade está presente na composição dessas regiões. Oito Regiões Intermediárias estão contempladas no projeto mencionado e, portanto, nos capítulos apresentados por esta coletânea (Figura 1).

Figura 1 - Regiões Intermediárias contempladas em pesquisa Mikripoli, 2022.



Fonte: IBGE. Elaboração: Sandra Costa (2022).

A Tabela 1 expressa um pouco dessa diversidade, que pode ser apreendida quanto ao número de municípios e de como esse número é menor exatamente nas regiões territorialmente mais extensas.

Incluímos nela quantos desses municípios, considerando o critério utilizado pela rede, com o limite superior de 50 mil habitantes, são municípios polarizados por pequenas cidades/localidades.

Tabela 1 - Regiões Intermediárias abrangidas por projeto da rede Mikripoli, 2022.

Regiões Intermediárias	Nº mun.	Até 50 mil hab.
Região Intermediária de Breves-PA	16	14
Região Intermediária de Parintins-AM	11	8
Região Intermediária de Barreiras-BA	24	2
Região Intermediária de Campo Grande-MS	32	29
Região Intermediária de Uberlândia-MG	24	21
Região Intermediária de Londrina-PR	94	89
Região Intermediária de Maringá-PR	115	109
Região Intermediária de Santa Cruz do Sul-RS	58	55
Total	374	327 (87,43%)

Fonte: IBGE.

Somando todos os recortes regionais de pesquisa, contemplarão 374 municípios, 327 deles com até 50 mil habitantes, com sedes que podem ser consideradas como pequenas cidades/localidades. Como o leitor poderá conferir, em dado apresentado pelos autores do sexto capítulo, a média nacional de municípios brasileiros de até 50 mil habitantes em relação ao total deles no país é até um pouco mais de 91%. Esses exercícios quantitativos terão que ser refeitos mediante os resultados do tão aguardado Censo 2022. Entretanto, seguramente, é uma imensa parte do Brasil que precisa ser melhor compreendida.

ROTEIRO MIKRIPOLITANO

A publicação dessa coletânea nos leva, inicialmente, à Região Intermediária de Santa Cruz do Sul e Lajeado, no Rio Grande do Sul. Rogério Leandro Lima da Silveira, Carolina Rezende Faccin, Luana Pavan Detoni, e Camila Melo Menezes, destacam a inserção econômica articulada globalmente por meio do tabaco e da carne, e os nexos de suas cidades pequenas na rede urbana regional. Como nas demais regiões, elas são predominantes, ainda que com distintas dinâmicas demográficas, econômicas e de urbanização.

Analisando outro extremo do país, Sandra Maria Fonseca da Costa, Gustavo Rodrigo Milaré Montoia, Viviana Mendes Lima, e Jobair Assis Rangel, contemplam a Região Intermediária de Breves-PA, pequenas cidades do delta do Rio Amazonas e suas peculiaridades. As autoras nos levam aos espaços urbanos das pequenas cidades, sobretudo as ribeirinhas ainda tão desconhecidas, apresentadas por elas quanto à sua urbanodiversidade, decorrente da forte relação das cidades com os recursos da floresta. Deste modo, trazem um contexto espacial de grande complexidade, e também de invisibilidade quanto a políticas públicas.

Também no norte do país, Estevan Bartoli traz, no terceiro capítulo, a sistematização da Região Intermediária de Parintins, com respectivas dinâmicas e desafios que o autor se propõe a sistematizar, a partir da proposição focada no Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR). Ele procura mostrar a interação de setores populares da economia urbana com o capital mercantil, bem como a condição urbana e social da população mediante esse processo. Em área com predomínio de condicionantes físicas com o transporte fluvial e baixa presença de sistemas de engenharia, o autor também fala em um urbano peculiar: o urbano-ribeirinho.

Dois capítulos, quarto e quinto, pautam a realidade paranaense, sobretudo o norte do estado com as Regiões Intermediárias de Maringá (Angela Maria Endlich, Larissa de Mattos Alves e Juliana Carolina Teixeira) e Londrina (Pedro Henrique Carnevalli Fernandes). As duas regiões têm suas histórias marcadas pela densidade de pequenas cidades/localidades na sua formação socioespacial e têm passado por transformações fundamentais nos últimos anos que, igualmente, trazem à pauta tais espacialidades. Atuação de empresas *colonizadoras*, tanto em comercialização de lotes rurais como na criação de núcleos urbanos; estrutura fundiária inicialmente baseada em pequenos e médios estabelecimentos agropecuários, dentre outros aspectos, favoreceram, no setentrão paranaense, o surgimento de uma densa rede urbana. Contudo, desde a década de 1970, foram muitas as transformações ocorridas na região, dentre elas, um dado que mostra aspectos sociais preocupantes: intenso declínio demográfico, sobretudo das pequenas cidades/localidades. São as duas regiões intermediárias envolvidas no projeto com maior número de municípios, ainda com muitas similaridades nas dinâmicas atuais.

A Região Intermediária de Campo Grande-MS, pesquisada por Paulo Fernando Jurado da Silva e Mara Lúcia Falconi da Hora Bernadelli, apresentada no sexto capítulo, está em um contexto urbano de menor

densidade de localidades/cidades, e a articulação com o complexo agroindustrial remete, fortemente, às relações campo e cidade, bem como a maior ou menor integração a ele ajuda a compreender a inserção dos núcleos urbanos na rede urbana regional.

Em contexto bastante peculiar está, também, a Região Intermediária de Barreiras-BA, estudada por Paulo Brandão e sistematizada no sétimo capítulo. Esse recorte regional reúne dinâmicas espaço-temporais muito diversas, desde a interiorização vinculada à colonização portuguesa, até a mais recente produção de *commodities* agrícolas. Com dinâmicas econômicas, demográficas e sociais também diferenciadas, a região traz para a pauta a constituição seletiva (desigual e incompleta nas palavras do autor) de um meio técnico-científico-informacional que pode ser apreendida no seu recorte interior.

O roteiro é finalizado no oitavo capítulo, com a realidade da Região Intermediária de Uberlândia-MG, em texto dos pesquisadores Josimar dos Reis de Souza, Iara Soares de França e Beatriz Ribeiro Soares. A região abordada por eles foi considerada como de expulsão da população. Caracteriza-se, atualmente, como de grande crescimento demográfico, sobretudo da cidade de Uberlândia e municípios próximos, decorrente da migração oriunda das pequenas cidades do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, de outras regiões de Minas Gerais, e de outros estados brasileiros. Vemos, nesse caso, uma área que se tornou centro de atração demográfica que, conforme explicam os autores, pode decorrer da articulação econômica e demográfica com a Região Metropolitana de São Paulo, mas também por ser área de expansão agrícola do Centro-Oeste, além de região de passagem para Brasília.

Ao focar pequenas cidades, os autores trazem também aspectos históricos, econômicos, ambientais e culturais nelas presentes, tornando-se um relevante registro das diversas faces territoriais e urbanas, por esse imenso país.

Que a leitura desses capítulos possa despertar o interesse em aprofundar o conhecimento dessas áreas; melhorar a visibilidade de suas localidades e subsidiar ações; sobretudo as que tenham como intuito melhorar a condição humana e social de vida.

Angela Maria Endlich

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
PREFÁCIO	7
SUMÁRIO	13
A REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE SANTA CRUZ DO SUL E LAJEADOS E SUAS CIDADES PEQUENAS	15
AS CIDADES PEQUENAS NO CONTEXTO DA REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE BREVES: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA....	34
A MICRORREGIÃO DE PARINTINS (AM): CARACTERÍSTICAS, SISTEMAS TERRITORIAIS E O PATRIMÔNIO TERRITORIAL	50
REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE MARINGÁ: FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E SUAS PEQUENAS CIDADES/LOCALIDADES ...	69
AS PEQUENAS CIDADES DA REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA DE LONDRINA, NO NORTE DO ESTADO DO PARANÁ.....	87
AS CIDADES PEQUENAS NO CONTEXTO DA REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA DE CAMPO GRANDE-MS	104
BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE FORMAÇÃO TERRITORIAL E CARACTERIZAÇÃO DAS CIDADES DA REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE BARREIRAS	117
DINÂMICA DEMOGRÁFICA NA REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA DE UBERLÂNDIA, MINAS GERAIS (BRASIL) ...	129
SOBRE OS AUTORES.....	144
ÍNDICE REMISSIVO	154

A REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE SANTA CRUZ DO SUL E LAJEADO-RS E SUAS CIDADES PEQUENAS

*Rogério Leandro Lima da Silveira
Carolina Rezende Faccin
Luana Pavan Detoni
Camila Melo Menezes*

RESUMO

O trabalho apresenta as principais características espaciais, demográficas, econômicas e urbanas da Região Intermediária de Santa Cruz do Sul-Lajeado, nela destacando-se as cidades pequenas existentes em seu território regional. A região está localizada na zona centro-oriental do estado do Rio Grande do Sul, com uma economia regional intensamente integrada às cadeias globais de produção agroindustrial do tabaco e da produção de carne. A análise foi realizada com base em dados secundários do IBGE, notadamente os levantados pelos censos demográficos de 2000 e 2010 e pelas Regiões de Influência das Cidades (REGIC) de 2018. Em seu território, identificamos a presença de 55 cidades pequenas com distintas dinâmicas demográficas, econômicas, e de urbanização, que, ao mesmo tempo, refletem a divisão territorial do trabalho regional e condicionam sua participação na rede urbana regional.

Palavras-chave: Cidades Pequenas; Região Intermediária de Santa Cruz do Sul-Lajeado; Dinâmica Urbana e Regional.

1 INTRODUÇÃO

O processo de urbanização contemporânea apresenta uma estruturação de cidades com variados portes (demográfico, territorial e funcional) e diferentes papéis (local, regional, nacional, global). As cidades pequenas, maioria no território brasileiro, segundo Endlich (2017), estão relacionadas aos patamares mínimos e desempenham papéis de baixa complexidade, como descrito por Milton Santos (1979) na abordagem das "cidades locais".

Destacamos que não há um consenso teórico e metodológico sobre a definição das cidades pequenas. No contexto brasileiro, Fernandes (2018) aponta que a quantidade e a diversidade de cidades pequenas dificultam esta conceituação, e também a relação destas com o rural. Embora seja necessário considerar vários aspectos, Endlich (2017) observa que a maioria dos estudos sobre as cidades pequenas tem apresentado como ponto de partida a classificação pelo porte demográfico. Nesse sentido, utilizamos como parâmetro inicial para nossos estudos o recorte populacional de até 50.000 habitantes, em consonância com o parâmetro estabelecido pela Rede de Pesquisadores sobre Pequenas Cidades (Mikripoli).

Segundo E. Sposito e Jurado da Silva (2013, p. 17) “a cidade pequena em si não é um dado *a priori*, não deve ser analisada isoladamente; e sim no plano de suas relações com outros centros.” Em consonância, Ré e Bovo (2016) demonstram que a “dependência do sistema urbano regional” foi o parâmetro que mais se destacou nas pesquisas de teses e dissertações no período de 2000 a 2010. Ainda segundo Sposito (2009), para a análise e classificação das cidades em relação à rede urbana é fundamental observar as particularidades e singularidades das cidades pequenas, no contexto da região onde as mesmas estão localizadas.

Nesse contexto de construção da noção sobre as cidades pequenas, o presente estudo objetiva contribuir com a temática, a partir da compreensão das pequenas cidades que estão localizadas na Região Intermediária de Santa Cruz do Sul-Lajeado. Localizada na porção centro oriental do estado do Rio Grande do Sul, essa região se constitui em uma zona periférica e de expansão da região metropolitana de Porto Alegre. Suas cidades médias e algumas pequenas cidades localizadas junto aos principais eixos rodoviários que as conectam à capital gaúcha têm atraído fluxos de capitais e de trabalho.

O processo metodológico deste trabalho está estruturado em dois blocos. No primeiro, buscamos construir a caracterização da Região Intermediária (Regint) de Santa Cruz do Sul-Lajeado, com base na sua localização espacial em relação ao estado do Rio Grande do Sul e seu espaço geográfico regional; nos dados da evolução demográfica urbana, rural e total e do crescimento da população; nos dados da estrutura fundiária e da economia; e, por fim, da estruturação da rede urbana regional. No segundo bloco, analisamos as cidades pequenas localizadas na região, a partir de suas características espaciais e demográficas urbanas, com ênfase em três cidades que buscam representar parcialmente o estudo anterior sobre uma possível tipologia para as cidades pequenas da Regint de Santa Cruz do Sul-Lajeado

(SILVEIRA *et al.*, 2022), assim como aprofundá-lo nesta outra escala de análise.

2 A REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE SANTA CRUZ DO SUL-LAJEADO-RS: BREVE CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL

A Regint de Santa Cruz do Sul-Lajeado, definida pelo IBGE em 2017, abrange quatro sub-regiões, cada uma denominada como Região Imediata (Regime): (I) Sobradinho com 9 municípios; (II) Encantado com 10 municípios; (III) Santa Cruz do Sul com 14 municípios; e (IV) Lajeado com 25 municípios (Figura 1).

Considerando o patamar inicial de 50 mil habitantes para a identificação de cidades pequenas, observamos que no conjunto dos 58 municípios da região, apenas três não se enquadram: Venâncio Aires (65.946 hab.), Santa Cruz do Sul (118.374 hab.) e Lajeado (71.445 hab.) (IBGE, 2010). Nesses dois últimos, temos a constituição de cidades médias, dada a centralidade e o papel de intermediação exercidos por elas na rede urbana regional (SILVEIRA *et al.*, 2021a). Os outros 55 municípios integrantes da região possuem menos de 40 mil habitantes, e podem ser considerados como pequenas cidades. Destacamos que 39 destas cidades possuem menos de 10 mil habitantes, contingente demográfico que se mantém na última estimativa populacional divulgada pelo IBGE (IBGE, 2021).

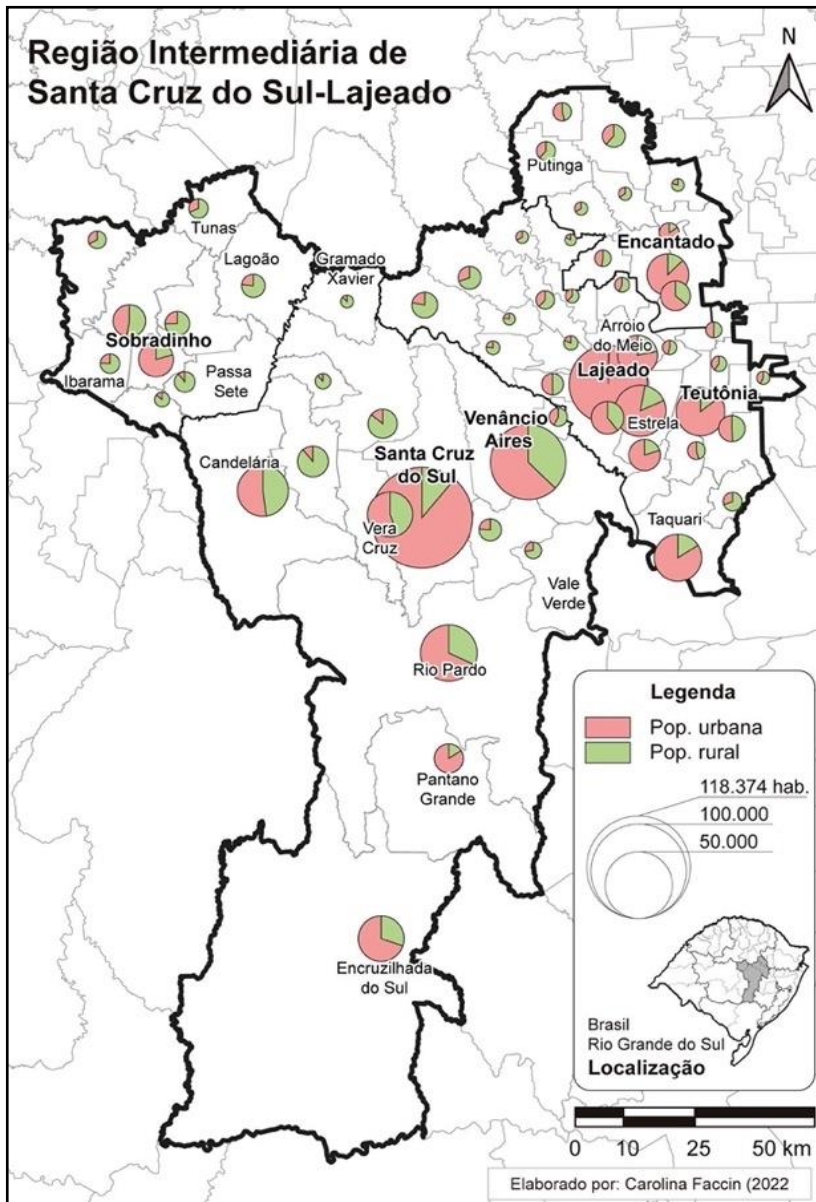
Ainda, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE de 2010, observamos que a região apresentava população total de 745.864 habitantes, sendo que 68% desse total de habitantes residiam na área urbana e 32% na área rural. A Figura 1 ilustra a população total dos municípios e sua distribuição segundo o local de domicílio na área urbana e rural em 2010.

Esse mapeamento indica que os municípios com maiores taxas de urbanização são Lajeado (99,6%) e Santa Cruz do Sul (88,9%). Dentre os municípios mais urbanizados, também se destacam as cidades pequenas de: Encantado (87,2%), Teutônia (85,5%), Estrela (84,6%), Muçum (84,5%), Taquari (83,9%), Bom Retiro do Sul (79,9%) e Arroio do Meio (78,1%), Pantano Grande (84%), Sobradinho (79,4%) e Encruzilhada do Sul (69,4%).

Observamos, ainda, que os municípios com menor taxa de urbanização são aqueles com menor população total. Dentre os municípios com taxa de urbanização de até 35%, todos possuem população total inferior a 11 mil habitantes. Nesse grupo, se destacam Passa Sete (10,8%), com um total de 5 mil habitantes; Vale do Sol (11,3%) com 11 mil hab.; Herveiras (13%) com 3 mil hab.; Coqueiro

Baixo (18,5%), com 1,5 mil hab.; Forquetinha (18,9%), com 2,4 mil hab.; e Vespasiano Corrêa (20,6%), com 2 mil hab. (IBGE, 2010) (Figura 1).

Figura 1 - População urbana, rural e total – 2010.



Fonte: Elaborado por Carolina Faccin, a partir de IBGE (2010; 2020).

A densidade demográfica, em 2010, na Regint de Santa Cruz do Sul-Lajeado era de 45,7 hab/km². Na Regime de Sobradinho era de 28 hab/km², na de Santa Cruz do Sul, 34,6 hab/km², na de Lajeado, 97 hab/km², e na de Encantado era de 44,5 hab/km² (IBGE, 2010).

Notamos que a densidade demográfica está relacionada à estrutura fundiária existente na região e em seus municípios. Na Regime de Sobradinho e na parte norte da Regime de Santa Cruz do Sul predominam uma estrutura fundiária formada por pequenas propriedades rurais - vinculadas à agricultura familiar - e pela produção de tabaco e milho. Nessas áreas, os municípios têm menores dimensões territoriais e as cidades estão mais próximas umas das outras. Já na parte sul da Regime de Santa Cruz do Sul, notadamente nos municípios de Rio Pardo, Pantano Grande e Encruzilhada do Sul, tem-se a presença de médias e grandes propriedades rurais, centros urbanos mais esparsos, baixa densidade populacional, associada às produções de arroz e soja, criação de gado bovino e silvicultura. Ainda, em Pantano Grande, ocorre a extração mineral de calium. Por sua vez, nas outras duas Regimes, de Encantado e Lajeado, os municípios possuem menores áreas territoriais, e uma estrutura fundiária baseada nas pequenas propriedades rurais vinculadas à agricultura familiar, cuja produção principal é constituída pela criação de frangos, suínos e produção de laticínios (SILVEIRA *et al.*, 2021b).

Como se observa nos dados da Tabela 1, os municípios da Região Intermediária de Santa Cruz do Sul e Lajeado apresentam um total de 53.369 propriedades rurais, que ocupam 1.359.189 hectares. Do conjunto de propriedades, 47,2% têm menos de 10 hectares e 74,2% têm menos de 20 hectares. As grandes propriedades (acima de 500 ha) que predominam na parte sul, estão nos municípios de Rio Pardo e Encruzilhada (IBGE, 2017a).

A Figura 2 apresenta dados relativos ao crescimento populacional por município nos períodos entre 2000-2010 e 2010-2021. No primeiro período, a Regint de Santa Cruz do Sul-Lajeado totalizou, de modo geral, uma média positiva, com 1,57% de crescimento populacional (IBGE, 2000; 2010). No período seguinte, com base no Censo Demográfico de 2010 e na estimativa populacional de 2021, dos 58 municípios, 45 apresentaram crescimento positivo (IBGE, 2010; 2021).

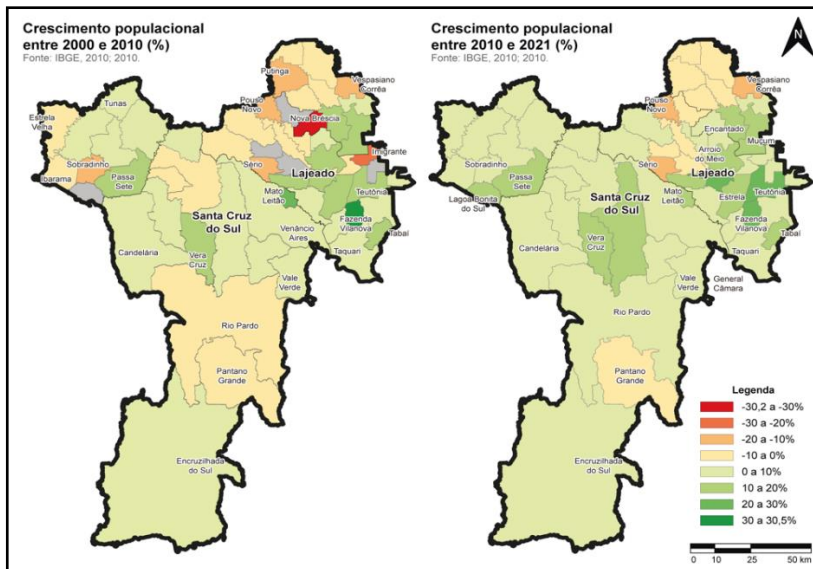
Tabela 1 - Estrutura fundiária dos municípios da Região Intermediária de Santa Cruz do Sul e Lajeado – 2017.

Grupos de área total	N. de estab. agropecuários (Unidades) (2017)		Área dos estab. agropecuários (ha) (2017)	
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	100	0,2	5	0
De 0,1 a menos de 0,2 ha	98	0,2	13	0
De 0,2 a menos de 0,5 ha	188	0,4	54	0
De 0,5 a menos de 1 ha	693	1,3	423	0
De 1 a menos de 2 ha	2.429	4,6	3.134	0,2
De 2 a menos de 3 ha	3.100	5,8	6.994	0,5
De 3 a menos de 4 ha	3.243	6,1	10.463	0,8
De 4 a menos de 5 ha	2.983	5,6	12.680	0,9
De 5 a menos de 10 ha	12.473	23	88.030	6,5
De 10 a menos de 20 ha	14.673	27	202.589	15
De 20 a menos de 50 ha	9.767	18	279.981	21
De 50 a menos de 100 ha	1.971	3,7	130.344	9,6
De 100 a menos de 200 ha	760	1,4	101.578	7,5
De 200 a menos de 500 ha	537	1	165.434	12
De 500 a menos de 1.000 ha	157	0,3	107.300	7,9
De 1.000 a menos de 2.500 ha	76	0,1	109.284	8
De 2.500 a menos de 10.000 ha	21	0	X	0
Mais de 10.000 ha	2	0	X	0
Produtor sem área	98	0,2	-	0
Total	53.369	100	1.359.189	100

Fonte: Elaborado por Carolina Faccin, a partir de IBGE (2017a).

Obs.: Os valores representados em X, de acordo com IBGE, não são significativos.

Figura 2 - Crescimento populacional entre 2000 e 2010 e entre 2010 e 2021 (%).



Fonte: Elaborado por Carolina Faccin, a partir de IBGE (2000; 2010; 2021).

Em relação ao período de 2000 a 2010, destacamos, entre os municípios com os percentuais mais altos de crescimento demográfico, os de Fazenda Vilanova (30,5%), Mato Leitão (20%), Teutônia (19%), e Santa Clara do Sul (18,5%). Observamos, ainda, que entre os municípios da região com maior taxa de urbanização, e que apresentaram nesse período taxas positivas de crescimento, estão os de Estrela (12%), Lajeado (11%), Encantado (11%), Santa Cruz do Sul (10%), e Venâncio Aires (8%). Já entre os municípios que apresentaram taxas de crescimento populacional negativas, entre -10% e -30%, encontram-se predominantemente municípios de pequeno porte demográfico. São eles: Putinga (-10%), Vespasiano Corrêa (-10%), Sobradinho (-12,5%), Pouso Novo (-14,5%), Sérico (-16%), Imigrante (-21,5%), e Nova Bréscia (-30%). Destacamos que esse conjunto de municípios está localizado na porção norte da região, que é uma área caracterizada pela pequena propriedade rural familiar, pela falta de uma rede de estradas vicinais em boas condições para escoamento da produção, onde predominam terrenos com fortes declividades que impõem dificuldades para os cultivos.

Por sua vez, o maior dinamismo econômico, e a estrutura produtiva mais diversificada e integrada das Regimes de Lajeado e de Encantado, bem como a sua proximidade com as Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e da Serra Gaúcha, em certa medida

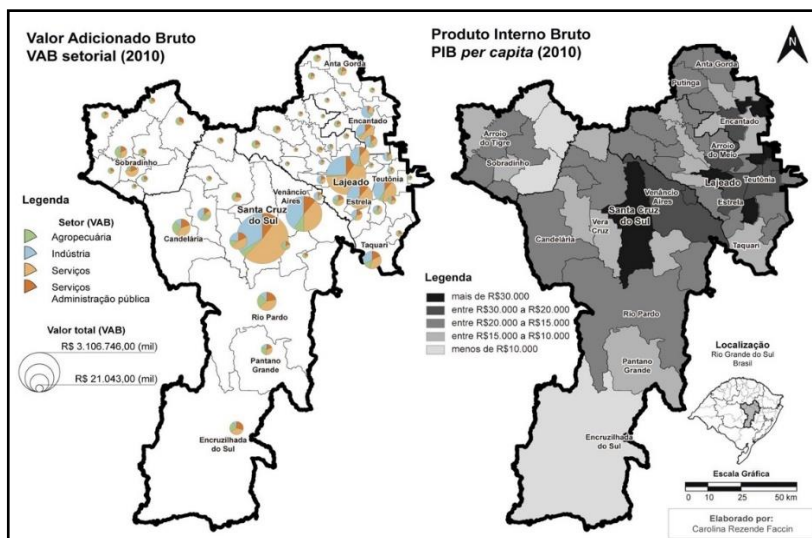
influenciam o crescimento populacional dos municípios localizados na parte central e sul da Regime de Lajeado. Já na Regime de Sobradinho e nas suas áreas centrais, e ao norte da Regime de Santa Cruz do Sul, identificamos uma estrutura econômica muito dependente do cultivo e exportação do tabaco, e também uma maior fragmentação das pequenas propriedades rurais. Ao sul desta Regime temos uma estrutura fundiária caracterizada pelas grandes propriedades, pelo uso extensivo do solo, ou pela crescente mecanização com pouca absorção de mão de obra. Ambas situações têm influenciado o baixo crescimento populacional, e possivelmente a diminuição da população na área rural, em alguns dos municípios dessas Regimes de Sobradinho e de Santa Cruz do Sul (SILVEIRA *et al.*, 2021a).

Conforme observamos na Figura 2, na última década, entre 2010-2021, verificamos que a porção norte da Regint de Santa Cruz do Sul-Lajeado continua apresentando um decréscimo populacional, embora a porcentagem não seja mais tão elevada como no período anterior. Nesse processo, se destacam os municípios Sérico (-17%), Pouso Novo (-15%), e Vespasiano Corrêa (-10%). Quanto ao crescimento populacional seguem em destaque quatro municípios: Fazenda Vilanova (26%), Teutônia (25%), Mato Leitão (19%), e Santa Clara do Sul (18%).

No que tange aos aspectos econômicos regionais, a análise dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), de 2018 mostra que 30,8% da população ocupada na Regint atuava no setor da Indústria da Transformação (RAIS, 2018). Entre as cidades pequenas, chamam a atenção, pelo elevado número de empregados na Indústria da Transformação, municípios, como: Teutônia (8,2% dos empregos), onde predomina a produção de couro, calçados e alimentos; Arroio do Meio (5,2%), predominando a produção de alimentos, couro e calçados; Encantado (5%), predominando a produção de alimentos; Estrela (4,8%), com uma produção mais diversificada em alimentos, produtos de metal, couro e calçados; Roca Sales (3,4%), com produção de couro e calçados; e Candelária (3,1% dos empregos), com produção de couro e calçados.

Em relação à distribuição da riqueza gerada pela economia municipal e regional, a Figura 3 apresenta os valores do PIB per capita de cada município da Regint de Santa Cruz do Sul-Lajeado. Destacamos os municípios de Santa Cruz do Sul (R\$ 64.654,00); Imigrante (R\$ 57.305,00), Muçum (R\$ 56.676,00), Arroio do Meio (R\$ 52.218,00), Westfália (R\$ 47.853,00), Lajeado (R\$ 45.889,00), e Teutônia (R\$ 41.808,00) (IBGE, 2010b).

Figura 3 - Estrutura econômica da Regint de Santa Cruz do Sul-Lajeado (VAB e PIB, 2010).



Fonte: Elaborado por Carolina Faccin, a partir de IBGE (2010b).

Outro indicador importante para a análise da economia regional e municipal é o Valor Adicionado Bruto (VAB). A estrutura setorial e total do VAB, para cada município, é apresentada também na Figura 3 através de gráficos de círculos de tamanhos diferentes – representando o total do VAB por município – e com diferentes percentuais conforme cada setor da economia. Verificamos a expressiva importância do setor de serviços na maior parte dos municípios. Esse setor representa mais de 50% da composição do VAB em 28 dos 59 municípios da região, dos quais destacamos: Sobradinho (75,8%), Lajeado (74%), Vera Cruz (71%), Encruzilhada do Sul (65%), Santa Cruz do Sul (69%), e Encantado (66,3%). Quanto ao setor industrial, oito municípios possuem mais de 35% da sua composição do VAB pertencente ao setor industrial: Muçum (54,6%), Roca Sales (51,4%), Imigrante (49,9%), Santa Clara do Sul (48,4%), Arroio do Meio (46%), Teutônia (36,8%), e Mato Leitão (36,1%) (IBGE, 2010b). Muitas vezes, o alto desempenho do setor da indústria em pequenas cidades como essas se deve a uma ou duas grandes empresas ali instaladas, e que acabam concentrando o VAB industrial municipal. Entre os municípios listados, Arroio do Meio e Teutônia diferenciam-se pela presença de um maior número e uma mais diversa gama de indústrias (RAIS, 2018). Em relação ao VAB agropecuário, destacamos os municípios que possuem nesse setor mais de 50% da sua composição: Lagoa Bonita do Sul, Passa Sete, Estrela

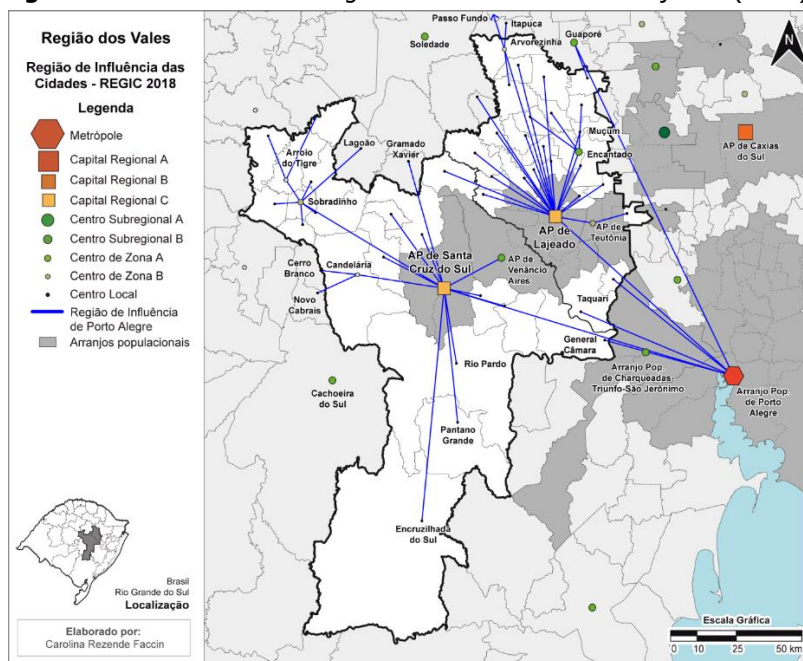
Velha, Herveiras, Vale Verde, Coqueiro Baixo e Vespasiano Corrêa (IBGE, 2010b).

Os dados referentes à rede urbana de 2018 (Figura 4) mostram que, exercendo intermediação entre a metrópole para com os centros locais, encontram-se as Capitais Regionais C de Santa Cruz do Sul e Lajeado, ambas agrupadas conforme a REGIC 2018, em Arranjos Populacionais (APs).

Em um nível intermediário, como Centros Sub-regionais B, estão o AP de Venâncio Aires e a cidade de Encantado; como Centros de Zona A, Sobradinho e o AP de Teutônia e, por fim, como Centros de Zona B, estão Arroio do Tigre, Arvorezinha e Candelária. Os demais municípios ou são classificados como Centros Locais, ou estão inclusos nos Arranjos Populacionais de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Lajeado e Teutônia (IBGE, 2020b).

Em relação às regiões de influência existentes, representadas por meio de linhas na cor azul, que configuram as conexões entre municípios, notamos os municípios de Sobradinho, Santa Cruz do Sul, Lajeado, Encantado, e Teutônia, que servem como centros de atração para os municípios localizados nos seus entornos (Figura 4).

Figura 4 - Rede urbana da Regint de Santa Cruz do Sul-Lajeado (2018).



Fonte: Elaborado por Carolina Faccin, a partir de IBGE (2020).

Grande parte das cidades pequenas da região são Centros Locais que exercem centralidade no âmbito dos seus territórios municipais atendendo às populações urbana e rural, através de uma economia urbana limitada muito dependente das dinâmicas agropecuárias dos seus municípios, que, por sua vez, se encontram integradas às cadeias agroindustriais do tabaco e da produção de carne.

A análise espacial da rede urbana regional revela que a maior proximidade espacial existente entre as cidades pequenas localizadas na zona central e norte da região, reflete a estrutura fundiária predominante nessas zonas, caracterizada pela fragmentação territorial decorrente do predomínio de pequenas propriedades rurais. Já na zona sul da região, as cidades estão mais distantes umas das outras, reflexo da existência de grandes propriedades rurais e de municípios com maior área territorial.

3 AS CIDADES PEQUENAS

Como vimos antes, a Região Geográfica Intermediária de Santa Cruz do Sul-Lajeado é composta predominantemente por municípios cujas cidades possuem menos de 40 mil habitantes. Para apresentarmos, ainda que brevemente, as suas características e particularidades no contexto regional, selecionamos três cidades em relação às quais apresentamos alguns aspectos sobre a sua formação territorial, demográfica, econômica, e da configuração do espaço urbano.

3.1 A CIDADE DE RIO PARDO

Localizada na Regime de Santa Cruz do Sul, que corresponde à região também conhecida como Vale do Rio Pardo, na porção central do estado do Rio Grande do Sul, o município faz fronteira com Butiá, Minas do Leão, Pantano Grande, Encruzilhada do Sul, Cachoeira do Sul, Candelária, Vera Cruz, Santa Cruz do Sul, Passo do Sobrado, e Vale Verde. Situa-se a uma distância de aproximadamente 145 km da capital Porto Alegre, com uma área de 2.133,8 km², e possui uma população estimada em 2020 de aproximadamente 38 mil habitantes.

Em 1809, na primeira divisão administrativa do governo português para a província do Rio Grande do Sul, Rio Pardo integrava o grupo das quatro primeiras vilas, e em 1826 foi elevada à categoria de cidade. Durante boa parte do século XIX e primeiras décadas do século XX, a cidade de Rio Pardo desempenhou importante papel no processo de ocupação e povoamento da região, bem como na formação

da rede urbana regional e estadual, exercendo centralidade no território regional.

Figura 5 - Cidade de Rio Pardo.



Fonte: <https://www.riopardo.rs.gov.br/portal>.

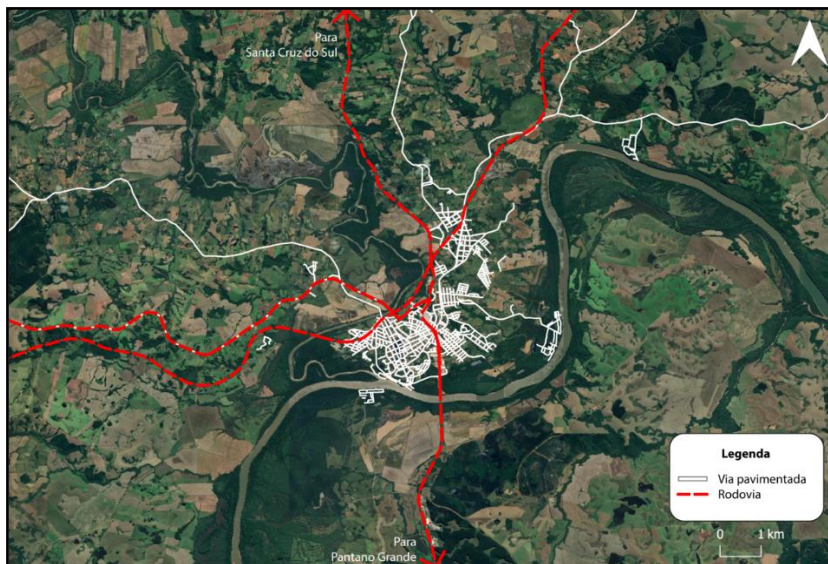
Em 2000, a população total somava 37.778 habitantes, sendo 26.036 habitantes residentes na área urbana e 11.742 residentes na área rural. No censo demográfico de 2010, a população total somava 37.571 habitantes, sendo 25.614 habitantes residentes na área urbana e 11.977 habitantes residentes na área rural. Desta forma, é possível observar um decrescimento geométrico demográfico de -0,05% entre os anos de 2000 a 2010 que, respectivamente, refletem nas taxas de urbanização do município, de 68,9% para 68,1%.

Em 2018, o Produto Interno Bruto do município foi de R\$ 24.379,36 milhões (DEEDADOS, 2018). A economia municipal está assentada principalmente na produção de lavouras de cereais em grãos, principalmente arroz, trigo e soja, e na criação de bovinos de leite e corte, que se realizam sobretudo em grandes propriedades (acima de 500 ha). As atividades industriais se vinculam ao ramo alimentício.

Ao observar a malha urbana do município, é possível identificar traçados irregulares com ruas estreitas e formas tortuosas, herança do processo de colonização do município que se deu às margens de dois

rios, o Rio Jacuí e o Rio Pardo. Além disso, duas importantes rodovias cortam o município: a RS-471, importante via entre Rio Pardo e Santa Cruz do Sul; e a RS-403, importante via de escoamento de grãos para o município vizinho, Cachoeira do Sul.

Figura 6 - Mapa urbano e imagem de satélite de Rio Pardo, Rio Grande do Sul.



Fonte: Google Earth (2022) e Open Street Map (2022).

3.2 A CIDADE DE ENCANTADO

Localizado na Regime de Encantado, a noroeste da região também conhecida como Vale do Taquari, rodeado por montes e montanhas da Serra Geral, à margem direita do Rio Taquari, o município faz fronteira com Muçum, Roca Sales, Arroio do Meio, Doutor Ricardo, Relvado, Nova Bréscia, e Capitão. Situa-se a uma distância de aproximadamente 140 km da capital Porto Alegre, com uma área de 142,77 km². Em 2020, sua população fora estimada em 22.880 habitantes (IBGE, 2021).

A origem de Encantado é marcada pela presença de povos indígenas que habitavam as extensas áreas de mata da região que, posteriormente, em 1882, foram colonizadas pelas primeiras famílias vindas da Itália. O núcleo de povoamento se deu no entorno de um templo católico a partir de 1887 que ao ser emancipado em 1915 deu origem às primeiras vias de circulação do município.

Figura 7 - Cidade de Encantado.



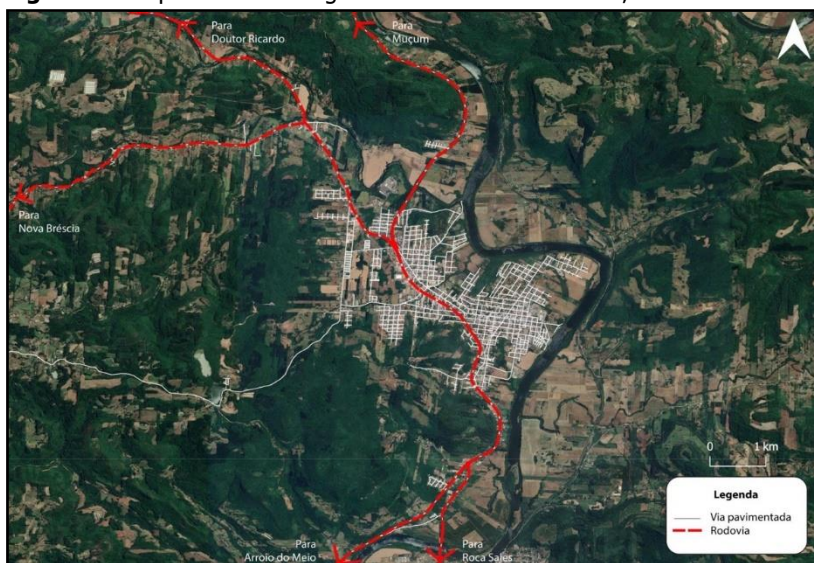
Fonte: <https://cristoencantado.com.br/> e <https://jornalforcadovale.com.br.>

Em 2000, a população total somava 18.528 habitantes, sendo 16.036 habitantes residentes da área urbana e 2.492 residentes da área rural. No censo demográfico de 2010, a população total somava 20.510 habitantes, sendo 17.879 residentes na área urbana, e 2.631 habitantes residentes na área rural. Desta forma é possível observar um crescimento geométrico demográfico de 1,02% entre os anos de 2000 a 2010 que, respectivamente, refletem nas taxas de urbanização do município de 86,6% para 87,2%.

O Produto Interno Bruto do município de Encantado foi de 39.380,72 milhões em 2018 (DEEDADOS, 2018). A economia municipal é constituída principalmente das receitas oriundas do setor de serviços, bastante diversificado e com grande número de empreendedores locais. Também são relevantes as receitas advindas da indústria, com destaque para a produção de erva-mate e embutidos no entorno da RS-129, importante via de integração regional. O município almeja um crescimento econômico considerável proveniente do setor de turismo, resultado da grandiosa construção da estátua do Cristo Protetor de Encantado. Projetado para ser o maior Cristo do Brasil, o monumento representa a força e a fé de uma população que venceu e se constituiu através do trabalho.

Ao observar a malha urbana do município, é possível perceber a forma como a cidade se desenvolveu no entorno da RS-129, importante via do estado. Além do crescimento urbano irregular nas imediações da rodovia, é importante destacar as características topográficas do relevo acidentado que direcionaram o crescimento da cidade para as proximidades do Rio Taquari.

Figura 8 - Mapa urbano e imagem de satélite de Encantado, Rio Grande do Sul.



Fonte: Google Earth, 2022 e Open Street Map, 2022.

3.3 A CIDADE DE SOBRADINHO

Localizado na Regime de Sobradinho, o município faz fronteira com Segredo, Arroio do Tigre, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, e Passa Sete. Dista aproximadamente 236 km da capital Porto Alegre. Apresenta uma área de 130,39 km², e uma população estimada em 2020 de aproximadamente 15.000 habitantes.

Em 1898 áreas hoje ocupadas pelo município de Sobradinho foram colonizadas por imigrantes italianos e alemães. Em torno de 1924-1925 iniciou-se a abertura das primeiras ruas que deram início ao primeiro núcleo de povoamento urbano da cidade que, em 1927, foi elevada à categoria de município com a denominação de Jacuí, vindo a se chamar Sobradinho somente em 1937.

Em 2000 a população total do município era de 16.328 hab. e já em 2010 ela apresentava 14.283 hab., representando no período um decréscimo geométrico demográfico de 1,33%. No censo demográfico

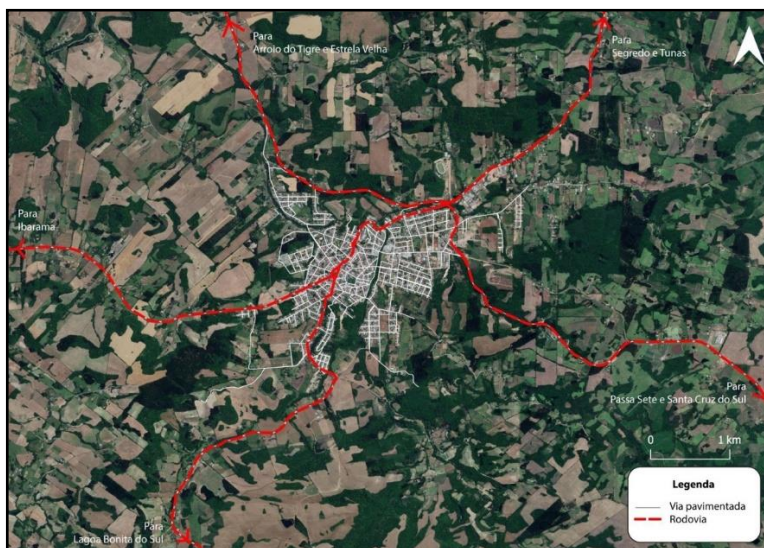
de 2010, a população total somava 14.283 habitantes, sendo 11.347 residentes na área urbana e 2.936 residentes na área rural. Respectivamente, em comparação, entre os anos de 2000 e 2010, foi possível observar um aumento significativo nas taxas de urbanização do município de 71,5% para 79,4%.

Figura 9 - Cidade de Sobradinho.



Fonte: <http://sobradinho.rs.gov.br/portal/>

Figura 10 - Mapa urbano e imagem de satélite de Sobradinho, Rio Grande do Sul.



Fonte: Google Earth (2022) e Open Street Map (2022).

Importantes vias de circulação cortam o município: a RS-347 atende quatro dos doze municípios da Regime de Sobradinho; a RS-400 liga Sobradinho a Candelária, importante cidade da Regime de Santa Cruz do Sul; e a BR-287, rodovia federal que corta o estado no

sentido leste-oeste. Ao observar a malha urbana da cidade, é possível perceber o crescimento urbano desordenado a partir do seu núcleo de formação, às margens da BR-481, rodovia federal que liga a região noroeste à porção central do estado.

O Produto Interno Bruto do município foi de R\$ 24.319,95 milhões em 2018 (DEEDADOS, 2018). A economia municipal está assentada principalmente no setor de serviços, seguido das receitas provenientes dos serviços relacionados à administração pública, e ao setor agropecuário, com destaque para a produção de soja, leite, fumo, frutas, e produtos advindos da indústria caseira como pães, bolachas,ucas e embutidos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Região Intermediária de Santa Cruz do Sul-Lajeado está, desde o início do século XX, fortemente integrada ao mercado mundial de produtos agroindustriais através da participação nas cadeias produtivas globais do tabaco, da produção de carne, e de soja. Os reflexos econômicos e sociais desiguais dessa integração econômica envolvem de um lado as empresas multinacionais, e de outro os pequenos agricultores familiares, e empresas locais localizadas na região. Envolvem também a distribuição espacial desigual dos investimentos, dos empregos e do retorno de impostos entre os principais municípios e cidades médias da região (Santa Cruz do Sul e Lajeado) que concentram a industrialização e a exportação da produção, e os demais os municípios e cidades pequenas que desempenham basicamente as funções de produção agrícola, armazenamento e apoio menos especializado à atividade produtiva regional. Somam-se a isso os condicionantes históricos do processo de formação e ocupação territorial da região, e da distribuição desigual da infraestrutura viária, dos serviços públicos, e da população entre os municípios. Ambos fatores têm influenciado os processos de urbanização, de divisão territorial do trabalho e de estruturação, organização e funcionamento da rede urbana regional.

Nesse contexto territorial, as cidades pequenas apresentam grande representatividade na composição do sistema urbano regional, comandado pelas cidades médias de Lajeado e Santa Cruz do Sul. Numerosas no território, embora apresentem economias urbanas com diferentes graus de complexidade e de especialização, distintos níveis de centralidade e desiguais dinâmicas de desenvolvimento, além de diferentes e particulares dinâmicas de urbanização, e de relações e interações espaciais com a região, elas são de fundamental importância

para os processos de funcionamento da rede urbana e de coesão territorial na região.

5 REFERÊNCIAS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (DEEDADOS). **Descrição das variáveis 2018**. Rio Grande do Sul: DEEDADOS, 2018. Disponível em: <http://deedados.planejamento.rs.gov.br/feedados/>. Acesso em: 18 jul. 2022.

ENDLICH, A. M. Na trilha conceitual e de definições das pequenas cidades. *In*: BOVO, Marcos C. COSTA, Fábio R. **Estudos Urbanos**. Campo Mourão: Editora Unespar, 2017, p. 33-53.

FERNANDES, P. H. C. O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades. **Revista Eletrônica Geoaraguaia**. Barra do Garças-MT, v. 8, n. 1, jan./jun. 2018, p. 13-31. Disponível em: <https://bityli.com/TyWwVI>. Acesso em: 24 maio 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em 2 jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto - PIB e Valor Adicionado Bruto – VAB 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de Influência das Cidades - REGIC 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativas da população residente para os municípios e para as unidades da federação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>. Acesso em: 10 set. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCANTADO. **Dados do município de Encantado**. Disponível em: <https://encantado.rs.gov.br/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARDO. **Dados do município de Rio Pardo**. Disponível em: <https://www.riopardo.rs.gov.br/porta1/servicos/1003/dados-do-municipio/>. Acesso em: 18 jul. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO. **Dados do município de Sobradinho.** Disponível em: <http://sobradinho.rs.gov.br/portal/> Acesso em: 18 jul. 2022.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS). **Número de empregados por setor CNAE 2.0. 2018.** Disponível em: <https://bit.ly/3F872fk>. Acesso em: 23 nov. 2021.

RÉ, T. M.; BOVO M. C. PEQUENAS CIDADES: uma análise dos referenciais e dos parâmetros conceituais utilizados nas teses e dissertações produzidas entre 2000 a 2010. *In: IV SINAPEQ. Anais [...]*. Ituiutaba: UFU, 2016. Disponível em: <https://bityli.com/egvWMw>. Acesso em: 24 jun. 2022.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade.** Petrópolis: Vozes, 1979.

SILVEIRA, R. L. L.; FACCIN, C. R.; DETONI, L. P. Cidades pequenas, rede urbana e desenvolvimento regional na região dos Vales-RS. *In: XIX ENANPUR. Anais [...]*. Blumenau, ANPUR, 2022, v. XIX, p. 1-27.

SILVEIRA, R. L. L.; FACCIN, C. R.; GIACOMETTI, N. B.; SILVEIRA, T. F.; SEIBERT, C. C. As Áreas Urbanas Funcionais das cidades médias de Santa Cruz do Sul e Lajeado na Região Funcional de Planejamento 2 - Rio Grande do Sul, p. 67-96. *In: SILVEIRA, R. L. L.; FACCIN, C. R. (org.). Urbanização, Cidades Médias e Dinâmicas Urbanas e Regionais.* São Carlos: Pedro & João Editores, 2021a.

SILVEIRA, R. L. L.; BRANDT, G. B.; CAZAROTTO, R.; T. FACCIN, C. R.; GIACOMETTI, N. B.; SILVEIRA, T. F.; SEIBERT, C. C.; VITALIS, A. Policentrismo, áreas urbanas funcionais e gestão territorial na Região Funcional de Planejamento 2 – RS, p. 217-244. *In: CAMPOS, H. A.; MARASCHIN, C.; SILVEIRA, R. L. L. Policentrismo, Rede Urbana e Aglomerações Urbanas no Rio Grande do Sul.* São Carlos: Pedro & João Editores, 2021b.

SPOSITO, E. S.; JURADO DA SILVA, P. F. **Cidades Pequenas: Perspectivas Teóricas e Transformações Socioespaciais.** Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

SPOSITO, M. E. B. **Para Pensar as Pequenas e Médias Cidades Brasileiras.** Belém: Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional/FASE; Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/UFPA; Observatório Comova, 2009.

AS CIDADES PEQUENAS NO CONTEXTO DA REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE BREVES: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA

*Sandra Maria Fonseca da Costa
Gustavo Rodrigo Milaré Montoia
Viviana Mendes Lima
Jobair Assis Rangel*

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo apresentar as principais características demográficas, espaciais e econômicas, da Região Intermediária de Breves, localizada na ilha de Marajó, no estado do Pará. Para sua elaboração, foram utilizados dados secundários, disponibilizados pelo IBGE, relativos ao Censo de 2010, projeções e censo agropecuário de 2016, assim como dados da RAIS e do REGIC 2018. Foi observado que a Região de Breves possui 16 municípios, sendo que 14 possuíam população urbana abaixo de 50 mil habitantes. Apesar de similaridades, as sedes municipais possuem diferentes características socioeconômicas e relações diferenciadas com a economia proveniente dos recursos da floresta. As cidades ocuparam, muitas vezes, a área de várzea, a partir de adaptações construtivas à dinâmica da várzea, o que, associado à economia da floresta, estabeleceu um sistema ribeirurbano, singular a estas localidades.

Palavras-chave: Região Intermediária de Breves; Cidades Pequenas; Características socioespaciais.

1 INTRODUÇÃO

A gênese da produção espacial na Amazônia esteve muito entrelaçada aos seus aspectos físicos e naturais. Assim, as formas, estruturas, cidades e relações de exploração foram sendo estabelecidos e analisados envolvendo esses fatores. Bertha Becker menciona que a via de desenvolvimento da região passou a ser identificada com a do próprio país, ou seja, de acordo com o cenário vigente de acontecimentos nacionais ou internacionais, os aspectos de desenvolvimento regional tornaram-se reflexo dos interesses dos agentes externos (BECKER, 2001).

O período colonial foi o início da organização planejada no espaço da Amazônia, os primeiros núcleos de povoamento na densa

floresta basearam-se no controle do território e dos povos indígenas com os assentamentos religiosos e a implantação dos fortins. Tavares (1993) explica que esses primeiros nódulos no espaço formaram o que hoje são os municípios mais antigos, que possuem suas sedes situadas na beira dos rios que eram as vias estratégicas para o deslocamento. Em 1750, as vilas passaram a se tornar cidades, de acordo o tratado de limites do Marquês de Pombal e foi o momento da criação de novas unidades administrativas (TAVARES, 1993).

Após este período, Tavares (1993) menciona que o *boom* da borracha foi outro momento importante que trouxe modificações significativas no espaço urbano da Amazônia, a partir do final do século XIX, quando os benefícios econômicos e estruturais, advindos desta produção, se concentraram, principalmente, nas cidades de Belém e de Manaus. A atividade atraiu muitos trabalhadores para os interiores, muitos deles vindo do nordeste para atuar na atividade de extração do látex. Este período econômico entrou em colapso, após a década de 1910, perdeu o status de principal fonte de recursos para a Região, em função da competição internacional, o que causou uma estagnação econômica regional (SANTOS, 1980).

No século XX, após a década de 1960, a estrutura da região ganhou novas formas, a partir de um modelo de organização territorial pautado nos planos do governo, com o intuito de integrar a Amazônia com o resto do país. As concentrações populacionais, antes situadas, em grande parte, nas beiras dos rios, com a implantação das rodovias, direcionam-se para as margens das estradas. Esse período foi decisivo para modificar a estrutura da rede urbana na Amazônia, facilitando as interações espaciais e implementando um novo tipo de urbano, não apenas o urbano das cidades ribeirinhas.

A partir dos diferentes processos históricos, e de como se estabeleceram as relações socioespaciais na Amazônia urbana, Trindade Júnior (2010, p. 235) propôs o conceito de "urbanodiversidade", considerando que

é revelada não somente por diversos tipos de cidades e pela existência de múltiplos tipos de urbanização que decorrem de um único processo, mas também por formas mistas de espaços que indicam a hibridização de relações marcadas por contatos e resistências em face de processos de diferentes naturezas.

Os tipos de organização territorial na região desenvolveram estruturas diferenciadas como, por exemplo, as cidades que refletem em suas formas e em seu cotidiano a diversidade desses processos. As

pequenas, médias, e grandes cidades, na Amazônia, apresentam dinâmicas regionais e locais diferentes, que moldam o seu espaço e influenciam o cotidiano das relações urbanas.

Na Amazônia, as dinâmicas urbanas metropolitanas, as cidades de beira de estrada, as cidades que surgiram a partir dos grandes projetos são muito conhecidas e estudadas, porém, ainda é escassa a literatura voltada para o urbano das pequenas cidades, principalmente daquelas ribeirinhas, localizadas na ilha de Marajó, que possuem uma dinâmica de crescimento diferente das cidades de terra firme.

Na região, essas pequenas cidades, com menos de 20 mil habitantes, são predominantes, segundo dados do IBGE (2020). Nesse contexto, há uma diversidade de cidades pequenas que foram analisadas por vários ângulos acadêmicos (TRINDADE JR., 2010; COSTA *et al.*, 2012; BRONDIZIO, 2016; OLIVEIRA, 2006; OLIVEIRA, SCHOR, 2008), e são estas pequenas cidades que constituem o cerne do urbano na Amazônia. Segundo Oliveira (2006, p. 27),

É preciso falar delas para compreender a Amazônia, não porque são importantes do ponto de vista econômico e político, mas porque são lugares em que pulsam modos de vida que diferem significativamente do padrão caracterizado como urbano e predominante em outras regiões do Brasil.

Sposito e Silva (2013) explicam que as pequenas cidades são espaços dinâmicos e com particularidades, afirmando que nestes locais “produz-se o espaço pelo trabalho e a política se sustenta como magnitude do poder, em escalas demarcadas” (SPOSITO e SILVA, 2013, p. 42). São cidades com recortes socioespaciais resultantes de uma totalidade particular e com relações que superam os limites locais.

As pequenas cidades do Marajó, que se inserem na Região Imediata de Breves, apresentam-se como uma totalidade espacial que é possível de ser explicada pela sua diversidade econômica, social e espacial. São cidades que vivenciaram diferentes momentos históricos (COSTA & ROSA, 2017), que se estruturaram diante de conflitos de defesas territoriais, e hoje apresentam-se como espaços de rugosidades. Essas pequenas cidades ribeirinhas são moldadas pela presença da floresta e dos rios, com ruas que começam e terminam nos rios, e fazem parte da expressão urbana das cidades amazônicas (TRINDADE JR., 2020).

São pequenos núcleos urbanos com deficiência de oferta de serviços de infraestrutura urbana, o que expõe os seus moradores a diferentes riscos. Mais de 90% dos moradores urbanos da Região de Breves vivem com deficiência de serviços sanitários, em assentamentos

precários. Essas cidades têm crescido de forma significativa e sem o acompanhamento de infraestrutura adequada, sem políticas públicas que norteiem a expansão urbana, assim como também com ausência ou deficiência de determinados tipos de serviços que são essenciais para a população local.

A realidade geográfica em que as pequenas cidades estão inseridas é caracterizada por singularidades e peculiaridades que representam diferentes urbanos que fazem parte da organização espacial da Amazônia. A pluralidade dos núcleos urbanos se contrapõe ao pensamento de que as cidades são homogêneas. É neste sentido que Castro (2009), Oliveira (2016), Trindade Jr. (2013), Marinho e Schor (2009) chamam atenção, pois há dificuldades de se adequar os estudos urbanos à realidade socioespacial da Amazônia. Os estudos sobre o urbano no Brasil se voltam para o modelo de cidades metropolitanas ou dos grandes e médios centros urbanos localizados no centro-sul, o que não condiz com a realidade das pequenas cidades. São múltiplas dimensões ecológicas, econômicas, simbólicas, culturais e funcionais que compõem esse urbano.

Analisar essas cidades como lugar, também é pensar o particular no global, podendo identificar as formas de ocupação e o espaço como representatividade da cultura. Para Costa *et al.* (2016), é possível perceber o ritmo do urbano, se está ligado ao rio, estrada, terra firme, ou a outro fator que se apresenta nas cidades do delta. No Delta do rio Amazonas, o qual inclui o arquipélago do Marajó, existem cidades próximas a estradas, muitas próximas aos rios e, entre estas, aquelas localizadas dentro da várzea ou em áreas mais elevadas. É sobre esta estrutura que se assentam as cidades, e que também dita os seus ritmos. Segundo os autores, analisar as cidades permite construir uma estratégia geográfica específica: relacionar os lugares, entre si, e relacionar os lugares com a dinâmica econômica global, fatores esses que estruturam a dinâmica urbana (SCHOR *et al.*, 2016). Nessas análises, é importante ressaltar que essas cidades não são apresentadas como espaços iguais, de possibilidades limitadas; ao contrário, são singulares, com especificidades históricas, e atendem às necessidades básicas dos moradores. Ao se formarem como entrepostos, se firmaram como protagonistas da diversidade urbana regional, cumprido um papel de atendimento às necessidades mais básicas da população.

Dessa forma, este artigo tem como objetivo caracterizar a Região Intermediária de Breves, localizada na ilha de Marajó, a partir da singularidade das cidades e das suas relações com o local e global. Na sua construção, foram utilizados dados demográficos do IBGE

(2020), do censo agropecuário (IBGE, 2016) e dados da RAIS - Relação Anual de Informações Sociais (MTE, 2020).

2 CARACTERIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DA REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE BREVES

Como Sposito (2016, p. 46) afirma que

As cidades não podem ser entendidas fora das redes urbanas que conformam, uma vez que cada estrato de uma rede urbana expressa particularidades relativas a um conjunto que desempenha papéis semelhantes, e a singularidade de cada cidade fica resguardada pela comparação que fazemos com o conjunto ao qual ela pertence (o particular) e a totalidade compreendida por uma rede ou sistema urbano, ou mesmo a totalidade compreendida como a urbanização contemporânea – totalidades que são estabelecidas conforme se elabora o pensamento e reconhecidas como o geral.

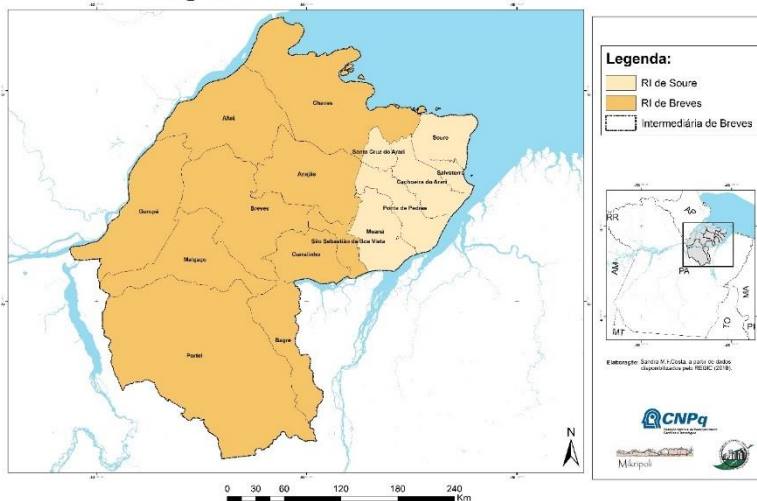
As pequenas cidades, apesar de não oferecerem serviços básicos suficientes aos seus moradores, exercem um papel importante na construção da rede urbana local e regional. Assim, a Região Intermediária de Breves, localizada no estado do Pará (Figura 1), é formada por duas Regiões Imediatas (RI): A RI de Breves, formada pelos municípios de Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Chaves, Currallinho, Gurupá, Melgaço, Portel, e São Sebastião de Boa Vista; A RI de Soure-Salvaterra Cachoeira do Arari, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, e Soure.

Nesta Região Intermediária, no conjunto dos 16 municípios, 14 possuem menos de 50 mil habitantes, de população total. Para as sedes administrativas destes municípios, este limiar populacional, um dos parâmetros que caracterizam uma pequena cidade, nos permite perceber que não há nenhuma cidade desta Região com mais de 50 mil habitantes. Entretanto, três cidades possuem acima de 20 mil habitantes: Soure (21.015 hab.), Portel (24.852 hab.) e Breves (46.560 hab.), a principal cidade da Região Intermediária. Ou seja, por estes parâmetros, não há cidades médias na Região Intermediária de Breves, entretanto, a cidade de Breves, a maior, em termos demográficos, também concentra serviços e atividades, que atendem às demandas mais básicas da população regional.

Considerando, ainda, os parâmetros populacionais, disponíveis no Censo (IBGE, 2010), observa-se que a região possuía uma população total de 487.010 habitantes, sendo que 43% desse total residiam nas diferentes áreas urbanas e 67% na área rural. À exceção

de Soure, Salvaterra e Breves, que possuíam, respectivamente, 91%, 63% e 50% de população urbana, todas as outras cidades da região intermediária possuíam predominância de população rural. Na Figura 2 pode-se perceber a relação entre população urbana e rural, segundo o IBGE (2010).

Figura 1 - Localização da Região Intermediária de Breves.

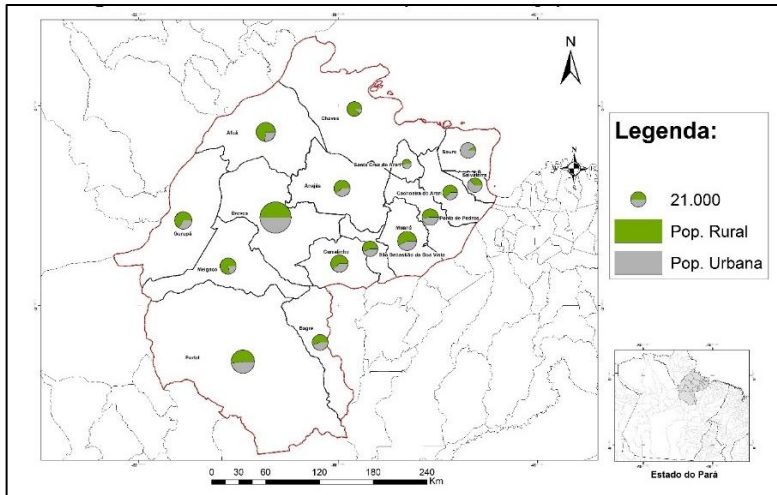


Fonte: Elaboração própria, a partir de IBGE (2020).

No mapa da Figura 2, pode-se observar que o município menos urbano é Chaves, que possuía menos de 12% do total de sua população residindo na área urbana, seguido por Melgaço (22%) e Afuá (27%). Como mencionado, o mais urbano é Soure, com mais de 90% da população residindo na sede administrativa. Interessante ressaltar que o município de Santa Cruz do Arari, que possuía o menor número total de habitantes da Região, tanto em 2010 (8.155 hab.), quanto também de acordo com as projeções do IBGE (2021), que o confere 10.496 habitantes, possuía quase 50% da sua população urbana.

Um aspecto que também caracteriza esses municípios é a dimensão territorial. A área total da região é de 104.141,6 km² e a densidade demográfica, considerando a população total estimada em 2020, na Região Intermediária de Breves, era de 5,6 hab./km². O município com maior densidade demográfica é Salvaterra, com 23 hab./km², o qual também possui a menor área municipal. Chaves, o segundo maior município, que também é responsável pela maior taxa de população rural (88%), possui a menor densidade demográfica (1,8 hab./km²). A densidade reflete, também, a estrutura fundiária destes municípios.

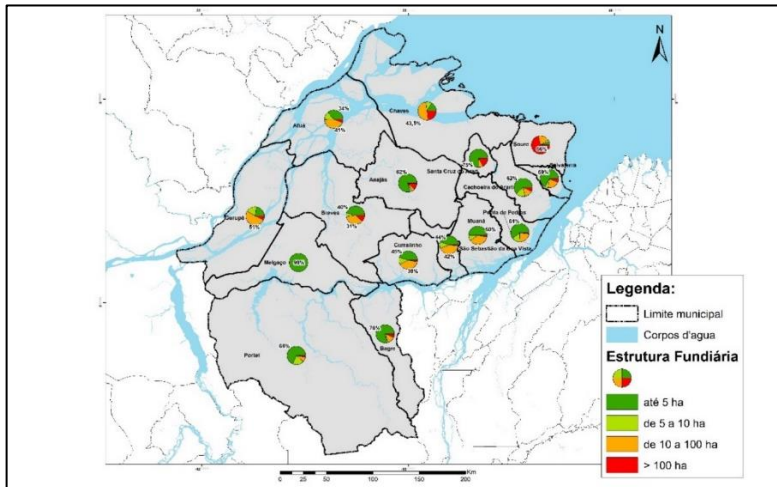
Figura 2 - Relação entre população urbana e rural na Região Intermediária de Breves.



Fonte: elaborado por Sandra Costa, a partir dos dados do IBGE (2010).

Na Figura 3, observa-se o número de estabelecimentos agropecuários existentes nos municípios, de acordo com o Censo Agropecuário (IBGE, 2017).

Figura 3 - Número de estabelecimentos agropecuários de acordo com o tamanho da propriedade.



Fonte: Elaborado por Sandra Costa, a partir de dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017).

Na Região Intermediária, há um predomínio dos estabelecimentos com menos de 10 ha (63% do total), relacionada, predominantemente, à produção agroflorestal, presente em 56% dos estabelecimentos agrícolas da região. O açaí é o principal produto deste sistema agroflorestal.

Conforme a Figura 3 demonstra, a maioria dos municípios (64%), possui mais de 50% dos estabelecimentos com menos de 5 hectares. Entre eles, destacam-se: Ponta de Pedras (60,6%), Cachoeira do Arari (61,5%), Anajás (62,5%), Portel (67,9%), Santa Cruz do Arari (75,4%), Bagre (76,3%) e Melgaço (99,9%). No caso do município de Melgaço, a predominância dos estabelecimentos com área inferior a 5 ha. se reflete na área ocupada por estes estabelecimentos, que ocupam mais de 90% da área total dos estabelecimentos agrícolas. Nos outros municípios, os pequenos estabelecimentos agrícolas, com menos de 5 ha. ocupam, no máximo, 5% da área total dos estabelecimentos. Esta informação demonstra a concentração fundiária em estabelecimentos com área maior que 100 ha.

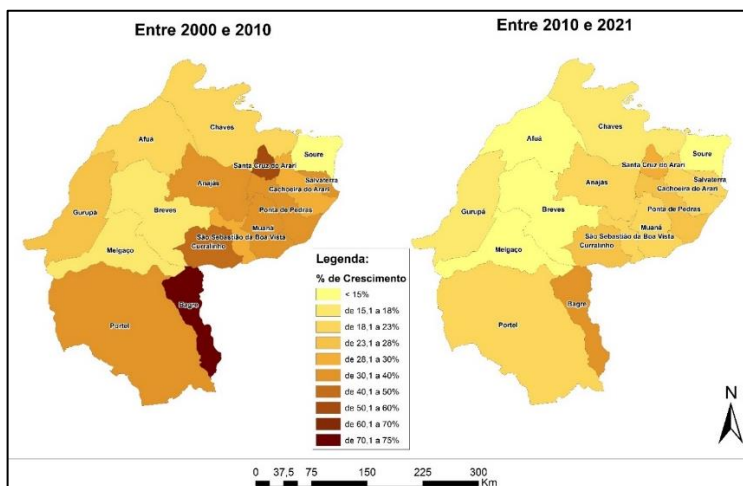
Em relação aos estabelecimentos com área maior do que 100 ha, observa-se que, apesar de não serem predominantes em número (representam 6,4% do total de estabelecimentos), ocupam 63% da área dos estabelecimentos agrícolas. Entretanto, alguns municípios possuem uma maior concentração fundiária do que outros. Alguns exemplos são os municípios de Cachoeira de Arari, que possui 7,5% dos estabelecimentos agrícolas com mais de 100 ha, os quais ocupam 77% da área total; Anajás, que possui 9,1% do estabelecimento nesta categoria, os quais ocupam mais de 90% da área total; Chaves, com 20,3% dos estabelecimentos com mais de 100 ha, ocupando 95% da área total; e Soure que possui 65,8% dos estabelecimentos agropecuários ocupando 99,6% da área total dos estabelecimentos.

Como mencionado, a situação fundiária é um reflexo da produção agrícola na Região Intermediária de Breves. Na Figura 4, apresenta-se um mapa sobre a produção agrícola nos municípios da mesma. De acordo com os dados gerais, 56% dos estabelecimentos estão associados à Floresta Nativa, que representa os sistemas agroflorestais, 18% com a produção de lavoura temporária, 15% de lavoura permanente, e 8% dos estabelecimentos relacionados à pecuária, principalmente bovina e bubalina.

Na Figura 4, observa-se que nos municípios de Chaves (42%), Soure (92%) e Santa Cruz de Arari (96%) há um predomínio de estabelecimentos destinados à produção pecuária. Em contraposição, em Portel 90% dos estabelecimentos destinam-se à produção de lavoura temporária, onde domina a mandiocultura. De acordo com

Arari (28,7%), e Bagre (34,0%). Esses municípios localizam-se na face leste do arquipélago do Marajó, e são mais diretamente influenciados pela cidade de Belém, o que pode ser um fator de influência das mudanças demográficas.

Figura 5 - Crescimento populacional entre 2000 e 2010 e entre 2010 e 2021, em porcentagem.



Fonte: Elaborado por Sandra Costa, a partir de dados do IBGE (2000; 2010; 2021).

Estas informações, descritas de forma exploratória, podem ser complementadas com alguns indicadores socioeconômicos, tais como o PIB (Produto Interno Bruto) per capita, a mortalidade infantil², e o acesso ao esgotamento sanitário, sintetizados na Tabela 1. O PIB per capita, que corresponde ao Produto Interno Bruto, dividido pela quantidade de habitantes, nos permite perceber a riqueza produzida por cada habitante, mas também representa um cenário mais geral. No estado do Pará, este indicador é de R\$ 15.372,00 e para a Região Intermediária de Breves é de R\$ 9.018,58. Ou seja, a região encontra-se abaixo da média do estado. De forma mais específica, o município de Muaná possui o menor indicador na região, R\$ 6.425,83. É interessante observar que o município de Portel possui o maior PIB per capita, de R\$ 12.703,78, sendo que a sua economia é movida, basicamente, pela agricultura e produção agroflorestal.

² Quantidade de mortes de crianças no primeiro ano de vida, observada durante um determinado ano, a cada mil nascidos vivos, neste mesmo período.

Tabela 1 - Indicadores Socioeconômicos.

Município	PIB per capita (2019)	Mortalidade Infantil (2019)
Afuá	9.446,15	11,83
Anajás	7.326,86	14,34
Bagre	6.647,26	25,5
Breves	7.880,38	16,96
Cachoeira do Arari	8.157,47	23,32
Chaves	8.236,88	17,54
Curralinho	7.391,80	24,32
Gurupá	8.148,07	11,63
Melgaço	6.548,45	6,23
Muaná	6.425,83	19,48
Ponta de Pedras	7.150,48	13,74
Portel	12.703,78	14,02
Salvaterra	7.605,36	17,8
Santa Cruz do Arari	7.094,00	18,18
São Sebastião da Boa Vista	7.698,46	15,21
Soare	7.798,94	7,77

Fonte: IBGE (2022).

Em relação ao índice de mortalidade infantil, a média da Região Intermediária de Breves é de 16,6 crianças a cada mil, a do estado do Pará é de 16,3, a do Brasil é de 13,3. Ou seja, os dados da região se aproximam da realidade do estado, entretanto, alguns municípios possuem médias inferiores à média nacional (Soare, com 7,7 e Melgaço com 6,23). Os municípios de Bagre, Cachoeira do Arari, e Curralinho, possuem indicadores de mortalidade infantil duas vezes maiores do que a média nacional. Os resultados não são animadores, mas são explicados pelas condições de vida da população destes municípios, que possuem os menores IDHs (Índices de Desenvolvimento Humano) do estado e estão entre os menores índices do país. As condições de acesso à água tratada e às condições sanitárias, assuntos que não serão tratados neste capítulo, interferem nas condições de saúde desta população e causam o aumento de óbitos de infantes.

Em relação ao emprego, dados da RAIS (MTE, 2020) mostram que 65% da população ocupada da Região Intermediária de Breves estavam vinculados à administração pública. Em todos os municípios, a porcentagem de vínculos formais de emprego neste setor (adm. pública) varia de 75 a 96,5%, a exceção de Breves (22%) e Salvaterra (60%). O setor de serviços é o segundo mais importante, em termo de

emprego formal, possuindo 19,4% da população ocupada e o setor de comércio³ emprega por 9,6%. Breves é o único município que possui 61,7% do pessoal ocupado, formalmente, no setor de serviços, explicitando a sua classificação, segundo o REGIC-2018 (IBGE, 2020), como Centro de Zona B⁴.

Quanto ao setor agropecuário, a RAIS (MTE, 2020) demonstra que os municípios de Chaves e Soure são os que possuem as maiores porcentagens de população ocupada, com 21% e 7%, respectivamente, com vínculo profissional nestes setores. Esta situação é reflexo da importância da produção pecuária, relacionada à criação de gado bovino e bubalino, na economia municipal.

Ressalta-se que o emprego informal é muito forte em todos os municípios. Um exemplo é a relação entre o número total de trabalhadores com registro profissional, informação disponibilizada pela RAIS (MTE, 2020), de 22.339 trabalhadores, e o número de registros de microempreendedor individual (MEI), que totalizou, em 2020, 6.139 inscritos (RFB, 2020). O município de Breves possui a maior porcentagem de MEIs na região (27%). A cada trabalhador com registro MEI, existem 3,6 trabalhadores com carteira assinada, situação essa que reverbera em todo território nacional.

Assim, observa-se que as cidades que fazem parte da Região Intermediária de Breves possuem características muito singulares, que as diferenciam, por exemplo, das pequenas cidades da Região Sul do país. Estas informações permitem reforçar a importância destas cidades como centros locais, mas, também, como dados prospectivos, construir uma linha de continuidade de pesquisa, a partir do detalhamento das informações socioeconômicas e de levantamento de dados primários, para que análises mais robustas possam ser construídas, que possibilitem compreender as singularidades destas pequenas cidades. Entretanto, precisamos ter cuidado, pois as diferenças sociais “[...] podem existir no interior de cada unidade territorial, favorecendo o fetichismo espacial, merecedor das mesmas críticas que receberam alguns enfoques dos estudos regionais.” (ENDLICH, 2007, p. 26).

³ A RAIS não agrega o setor de comércio ao setor de serviços.

⁴ “As Cidades classificadas no quarto nível da hierarquia urbana caracterizam-se por menores níveis de atividades de gestão, polarizando um número inferior de Cidades vizinhas em virtude da atração direta da população por comércio e serviços baseada nas relações de proximidade.” (REGIC, IBGE, 2020, p. 13).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de serem dados prospectivos, as informações apresentadas nos permitiram perceber que, apesar de todas as sedes municipais da Região Intermediária de Breves possuírem menos de 50 mil habitantes, é evidente que a cidade de Breves polariza a região e apresenta uma dinâmica que a aproxima mais de uma cidade de porte médio do que pequeno.

A partir das informações apresentadas, observa-se que cada município possui características socioeconômicas próprias, o que coloca suas sedes administrativas como cidades locais e, ao mesmo tempo, nos instiga a aprofundar as análises para entendermos as suas singularidades, possibilitando-nos compreender que, apesar de serem “espaços opacos” no que tange ao território nacional (SANTOS, 2014, p. 134), são espaços de possibilidades para políticas públicas, desde que os agentes entendam a necessidade de conciliar os aspectos físico-sociais e econômicos, pois, como afirmou Oliveira (2016, p. 200), para analisar esta realidade, muitas vezes partimos da observação da macroestrutura para apontar carências e perdas o que acaba por conceber como um espaço inumano, quando, na verdade,

é preciso compreender o território que resulta desse processo que se de um lado reflete as duras condições de vida, de outro também é sinal de resistência, de força inquebrantável para construção de uma nova vida que não é necessariamente melhor ou pior, mas é outra vida. (OLIVEIRA, 2016, p. 200).

4 REFERÊNCIAS

BECKER, B. K. **Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?** (versão preliminar), Rio de Janeiro, Laboratório de Gestão do Território/UFRJ, 2001.

BRONDIZIO, Eduardo. The elephant in the room: Amazonian cities deserve more attention in climate change and sustainability discussions. **The Nature of Cities**, 2016.

CASTRO, E. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. *In*: Castro, Edna (org.). **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2009, 352 p.

COSTA, S. M. F.; VALOTA, E. C. S.; OLIVEIRA, I. G.; MONTOIA, G. R. M.; SANTOS, E. A. Crescimento urbano e ocupação de várzea em

pequenas cidades da Amazônia: uma discussão premente. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, v. 20, n. 1, 2016, p. 114-129.

COSTA, S. M. F. *et al.* Pequenas cidades do estuário do Rio Amazonas: fluxo econômico, crescimento urbano e as novas velhas urbanidades da pequena cidade de Ponta de Pedras. **Redes** (St. Cruz do Sul *Online*), v. 17, n. 2, p. 56-74, 2012.

COSTA, S. M. F.; ROSA, N. C. O processo de urbanização na Amazônia e suas peculiaridades: uma análise do delta do rio Amazonas. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 5, n. 2, p. 81-105, 2017.

ENDLICH, A. M. Novos referenciais de desenvolvimento e planejamento territorial: possibilidades para as pequenas cidades? **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 12, n. 2, p. 5-35, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em 2 jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativas da população residente para os municípios e para as unidades da federação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>. Acesso em: 10 set. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de influência das cidades: 2018/IBGE**, Coordenação de Geografia - Rio de Janeiro: IBGE, 2020, 192 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de Influência das Cidades - REGIC 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

MARINHO, T. P.; SCHOR, T. Segregação socioespacial, dinâmica populacional e rede urbana na cidade de Parintins/AM. **Revista Geografares**, v. 7, p. 77-92, 2009.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). **Número de empregados por setor CNAE 2.0**. 2020. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/scripts10/dardoweb.cgi>. Acesso em: 10 ago. 2022.

OLIVEIRA, J. A. A produção da cidade na Amazônia: Tempos e Espaços de Ações e Reações. *In: SPOSITO, E. S. et al. A Diversidade da Geografia*

Brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.

OLIVEIRA, J. A. de. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. **Ciência e Cultura**, v. 58, n. 3, São Paulo, jul/set 2006.

OLIVEIRA, José Aldemir de; SCHOR, Tatiana. Das cidades da natureza a natureza das cidades. *In*: TRINDADE JÚNIOR, S. C. de; TAVARES, Maria Goretti da Costa (org.). **Cidades Ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências.** Belém: EDUFPA, p. 15-26, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL (PMP). **Modernização dos meios de produção e abastecimento de pequenos e médios produtores rurais do município de Portel.** 16/11/2022. Disponível em: <https://portel.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/12/TERMO-DE-REFERENCIA-1.pdf>. Acesso em: 9 set. 2022.

RFB. Receita Federal do Brasil. **Total de Microempreendedores Individuais.** 31/12/2020. Disponível em: <http://www22.receita.fazenda.gov.br/inscricaoemi/private/pages/relatorios/relatorioMunicipio.jsf>. Acesso em: 10 set. 2022.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia (1800-1920).** São Paulo: TA Queiroz Editora, 1980.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão.** 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SCHOR, T.; OLIVEIRA, J. A.; OLIVEIRA MORAES, A.; DE SANTANA, P. V. Apontamentos metodológicos sobre o estudo de cidades e de rede urbana no estado do Amazonas, Brasil. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 9, n. 1, p. 09-35, 2016.

SPOSITO, E. S.; JURADO DA SILVA, P. F. **Cidades Pequenas: Perspectivas Teóricas e Transformações Socioespaciais.** Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

SPOSITO, M. E. B. Oportunidades e Desafios da Pesquisa Urbana Comparada. *In*: FREITAS-FIRKOWSKI, Olga Castreghini de *et al.* (org.). **Estudos urbanos comparados: oportunidades e desafios da pesquisa na América Latina.** 1. ed. - San Miguel de Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán, 2016.

TAVARES, M. G. C. Genealogia da dinâmica Municipal no Pará. *In*: V Encontro Nacional da ANPUR, 1993, Belo Horizonte. **Anais [...] 5º Encontro Nacional da ANPUR.** Belo Horizonte: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1993, v. 3, p. 887-908.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. A cidade e o rio na Amazônia: mudanças e permanências face às transformações subregionais.

Terceira Margem: Amazônia, v. 1, p. 171-183, 2013.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. **CIDADES**, v. 7, n. 12, 2010.

A MICRORREGIÃO DE PARINTINS (AM): CARACTERÍSTICAS, SISTEMAS TERRITORIAIS E O PATRIMÔNIO TERRITORIAL

Estevan Bartoli

RESUMO

O artigo objetiva traçar o perfil socioeconômico dos municípios da microrregião de Parintins (AM) descrevendo tanto aspectos físicos que condicionam as redes como apresentando características comuns, articulações e dinâmicas dos sistemas territoriais. Inicialmente descrevemos como a base física municipal e a posição das sedes em relação à rede urbana regional condicionam dinâmicas de distribuição da população, usos do solo, fluxos diversos e redes urbanas. O subitem seguinte apresenta análise de dados socioeconômicos que evidenciam a estagnação dos municípios, elencando dados sobre comércio, os serviços, a população e o PIB. Apresentamos o modelo teórico metodológico relativo ao Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR), que realiza análise da dinâmica de setores populares da economia urbana em interação com o capital mercantil. Os resultados demonstram a existência de um padrão espacial de influência das cidades no contexto sub-regional, cuja importância para a reprodução das relações locais pode ser caracterizada como patrimônio territorial.

Palavras-chave: Microrregião de Parintins; Sistemas Territoriais; Patrimônio Territorial.

1 INTRODUÇÃO

Com objetivo de traçar o perfil socioeconômico dos municípios da microrregião de Parintins (AM), apresenta-se neste capítulo aspectos físicos que condicionam as redes urbanas, assim como as articulações e dinâmicas dos sistemas territoriais de cada cidade.

O presente texto é um esforço de síntese das pesquisas realizadas ao longo dos últimos quatro anos em Parintins (AM), e nas cidades de seu entorno imediato.

Descrevemos, inicialmente, como aspectos físicos sub-regionais (relevo e relação com cursos fluviais), o sítio urbano, a

posição da sede em relação à rede urbana regional, condicionam o tipo de uso do solo e a distribuição da população. A maior parte da circulação e dos aglomerados humanos (rurais e urbanos) concentra-se na faixa de entorno do rio Amazonas⁵.

No item seguinte, apresentam-se resultados e discussões do projeto intitulado *Rede urbana, Tipologia de Cidades e Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos (STUR) no Baixo Amazonas*⁶, resumindo critérios analíticos do modelo STUR. Consta-se que, a partir do modelo STUR, é possível descrever características gerais existentes nos municípios, onde circuitos realizados por transporte fluvial/ribeirinho de setores populares são “impulsionados” gerando “forças” centrífugas e centrípetas. Consta-se ainda que: i) as centralidades dos municípios e das comunidades conectadas e tais circuitos são afetadas por novos tipos de transporte e intensificação das trocas; ii) a caracterização laboral multifuncional aparece como um dos aspectos centrais das territorialidades dos sujeitos que formam o STUR; iii) a intensificação do processo de urbanização se reproduz localmente pela interação STUR e o capital mercantil, se manifestando na *morfologia da cidade* com ocorrência de conflitos, disputas, e tensões territoriais.

Como conclusão, o artigo demonstra a existência de um padrão espacial de influência das cidades no contexto sub-regional (com intensa dinâmica ribeirinha e fluvial⁷), estruturado por sistemas territoriais populares, em interação com sistemas territoriais mercantis, e demais escalas na rede.

⁵ Para melhor compreensão dos perfis e dinâmicas municipais na microrregião será indicado aos leitores durante nossa explanação a consulta ao Atlas de Parintins (BARTOLI; PINHEIRO, 2022) que possui capítulos específicos sobre cada sessão.

⁶ Financiamento concedido através de Bolsa Produtividade da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) intitulado: “Rede urbana, Tipologia de Cidades, e Sistemas territoriais Urbano-ribeirinhos no Baixo Amazonas.”

⁷ Usaremos o termo ribeirinho associado a práticas espaciais e territorialidades associadas a populações interioranas (elemento simbólico-cultural ativo), com permanência de temporalidades ligadas a flexíveis e criativas estratégias dos populares hibridizadas e adaptadas ao meio urbano. O termo fluvial será utilizado indicando atividades de transporte com maior funcionalidade e uso de embarcações maiores que são relacionadas às atividades do capital mercantil e dos setores distribuidores de produtos das metrópoles regionais e cidades médias. Na maioria dos estudos, ribeirinho e fluvial acabam sobrepondo lógicas como demonstrado no modelo STUR.

2 CONDICIONANTES FÍSICAS, POSIÇÃO E SÍTIO

No estado do Amazonas, o predomínio do transporte fluvial na consolidação de redes urbanas, coloca a maioria das sedes municipais muito mais sujeitas às condicionantes físicas do que em qualquer outra fração do território nacional devido à baixa presença de sistemas de engenharia (estradas, ferrovias, aeroportos⁸, etc.). O intuito do presente item é demonstrar como características de posição, aspectos físicos (relevo e hidrografia), sítio, e a sazonalidade das redes fluviais, são condicionantes na maneira com que se configuram dinâmicas de distribuição da população, usos do solo e das redes urbanas na microrregião de Parintins.

Localizadas na porção oriental do Estado do Amazonas, de acordo com o IBGE (2013), as formas de relevo que compõem os municípios da microrregião de Parintins (AM) se estendem de norte a sul a partir das unidades geomorfológicas⁹: Pediplanos, Planaltos Dissecados, Depressões Periféricas, Planaltos de Bacia Sedimentar e Planície Amazônica, chegando até mesmo à Chapada do Cachimbo, no extremo sul (BARTOLI; PINHEIRO, 2022, p. 22).

A Planície Amazônica constitui-se de uma área alongada, que se estende na direção E-W e tem o rio Amazonas como seu eixo principal. Nela registra-se um ambiente fluvial complexo com paranás, furos, igarapés, vales fluviais com foz afogada ou rias fluviais, lagos com forma e gênese diferenciadas, diques aluviais, áreas de inundação constantemente alagadas com brejos e igapós, e cursos fluviais anastomosados com numerosas ilhas (NASCIMENTO *et al.*, 1976).

De acordo com o critério hidrológico utilizado pelo RADAM BRASIL, Nascimento *et al.* (1976) classificam a planície quaternária do rio Amazonas em “planície fluvial alagada” e “planície inundável”. Assim, consideraram a várzea baixa como “planície fluvial alagada”, que em condições consideradas normais do regime hidrológico do rio Amazonas, começa a ser transbordada nos três primeiros meses do ano, enquanto que a várzea alta foi classificada como “planície inundável”, cujo transbordamento total pelas águas do rio só acontece durante as grandes enchentes.

Já os rios que atravessam a microrregião longitudinalmente são, em sua maioria, caracterizados morfologicamente como rios de águas pretas, percorrendo formações menos propícias à erosão,

⁸ Mesmo presentes na maioria das pequenas cidades, não há voos regulares ou empresas atuando, apenas ocorrendo voos ocasionalmente por frete/táxi aéreo.

⁹ Consulte Seção II sobre os aspectos físicos do Atlas de Parintins.

transportando poucas frações de material em suspensão (SIOLI, 1985; JUNK, 1983). Suas nascentes ao norte encontram-se no Planalto das Guianas e seu perfil longitudinal se estende no sentido N-S até ser represado, no baixo curso, pela planície fluvial do rio Amazonas, onde assume característica de uma ria fluvial, com baixa declividade e desembocadura larga e desproporcional ao restante dos canais. A conexão desses rios com o rio Amazonas ocorre por meio de pequenos furos, lagos, paranás e igarapés, condicionando os tipos de fluxos e trajetos de embarcações. No período de vazante, as margens da ria fluvial do Nhamundá (por exemplo), são formadas por praias de areia clara e límpida, com alto potencial para o setor turístico, e, na enchente, as margens são submersas.

Quanto a aspectos econômicos, na Planície Amazônica os solos se caracterizam principalmente como solos de várzea, portando hidromórficos, como Gleissolos Háplicos e Neossolos Flúvicos. São solos fertilizados pelas enchentes e propícios a culturas de ciclos curtos (milho, feijão, melancia, mandioca, cará, etc.) que constam como os principais produtos locais das zonas rurais inundáveis (BARTOLI; PINHEIRO, 2022). No encontro dos rios de águas pretas com o rio Amazonas, predominam complexos sistemas flúvio-lacustres compostos de lagos com morfologia e gênese diferenciados, furos, igarapés, e paranás, perfazendo um ambiente com alta piscosidade, complexa fauna silvestre e florestas de influência fluvial.

Nas várzeas, no complexo anualmente colmatado por intenso processo de deposição de sedimentos, encontram-se grande parte das comunidades rurais dos municípios (*Ibid*, p. 22). Tanto as populações "rurais" como as "urbanas" estão concentradas nessa faixa de entorno do rio Amazonas e paraná do Ramos.

Quanto às características dos sítios urbanos, as condicionantes físicas estabelecem relações de limites de ocupação, como, por exemplo, em Nhamundá, que é uma ilha de morfologia assimétrica em formato de terraço fluvial. Geralmente as cheias transbordam e a água avança alguns metros sobre aglomerações de moradias palafíticas. Em Barreirinha e Parintins também ocorre limite expansivo dos planos urbanos e geram formação de extensos aglomerados de moradias populares de madeira em áreas de inundação.

O regime fluvial, a fisiografia dos rios, a geomorfologia e o sítio das cidades, necessitam ser entendidos como variáveis que condicionam ou até limitam a navegação e atracação de embarcações, o que pode refletir em perdas e ganhos de centralidade e na forma como configuram os usos e disputas pelas margens fluviais e de lagos. Associar a discussão do sítio (base física em que se desenvolve o plano)

à situação (relações com a rede, fluxos e centralidade, meio técnico, relações escalares, etc.) requer entendimento de que as redes locais de sujeitos realizam disputas territoriais. Um exemplo dessas disputas ocorre no controle das margens fluviais (privatizações das beiras de rio), inerentes ao processo de territorialização em que o capital mercantil tem sido preponderante. A privatização de beiras de rios e demais corpos hídricos se intensificou com a expansão dos planos urbanos, que são importantes pontos de conexão com as diversas redes “urbano-ribeirinhas”. Constatamos uma apropriação desigual das beiras, com não adequação das ruas, glebas e construções às nuances do relevo, onde a justaposição do plano não se complementa tecnicamente às necessidades locais de mobilidade por transporte fluvial (BARTOLI, 2018b; MARQUES; BARTOLI, 2020; SILVA; BARTOLI, 2019; BARTOLI, 2020d). Na maioria das cidades os espaços públicos das beiras não respondem às condições sazonais, causando disputas por atracagem de embarcações¹⁰. Indicam acessos e mobilidades reduzidos de classes populares às margens frontais das cidades pela privatização das beiras na formação de portos pertencentes ao capital mercantil. Em Parintins e Barreirinha, a erosão fluvial e as terras caídas têm tornado ainda mais raras as margens fluviais em determinados trechos (BARTOLI; MARQUES, 2019; BARTOLI, 2020d).

Calhas de rios condicionam dinâmicas fluviais e ribeirinhas centrais para formação da *situação*, onde os papéis na Divisão Territorial do Trabalho são estruturados também pelo tipo de circulação. Comunidades situadas nos altos cursos dos rios nas áreas municipais são mais “fechadas” e voltadas para mediações e mercados das sedes municipais, possuindo baixa complexidade de funções produtivas e comerciais, mas apresentando considerável atividade extrativista, caça, pesca e produção rural de subsistência. Já as comunidades e distritos da rede urbana localizadas no rio principal e proximidades (rio Amazonas), são mais “abertas” e dinâmicas, recebendo fluxos da metrópole Manaus, a oeste, e da rede urbana paraense, a leste. Essa calha principal condiciona cidades como Barreirinha e Nhamundá a serem mais polarizadas por Parintins. Tanto sedes municipais como comunidades e distritos localizadas no rio Amazonas são os que mais cresceram nos últimos anos.

¹⁰ No documentário Pescadores Urbanos, apresenta-se resultado de um exercício de cartografia participante que evidenciou os conflitos por acessos de beiras de rios devido à intensa privatização. Acesse o Canal do Núcleo de Estudos Territoriais da Amazônia (NETAM): <https://www.youtube.com/watch?v=jQX6uTE3EUg&t=40s>.

3 CARACTERÍSTICAS DA MICRORREGIÃO DE PARINTINS: ASPECTOS COMUNS, DES-ARTICULAÇÕES E OS SISTEMAS TERRITORIAIS

A Microrregião de Parintins, mesmo com significativa presença de populações rurais, possui baixa densidade demográfica, de 2,2 hab/km². A maior densidade é verificada no município de Parintins com índice de 17,1 hab/km² e a menor densidade no município de Uruará com 0,6 hab/km². Apesar do patamar de cidades pequenas (exceção de Parintins, considerada cidade média de reponsabilidade territorial – BARTOLI *et al.*, 2019; SCHOR *et al.*, 2022), enormes áreas municipais permanecem com baixa densidade demográfica (Tabela 1).

Tabela 1 - População rural e urbana, área e densidade demográfica dos municípios do Baixo Amazonas.

Município	População residente (2010)	Urbana	Rural	Área total (km ²)	Densidade demográfica (hab/km ²)
Parintins	102.033	69.890	32.143	5.952,4	17,14
Barreirinha	27.355	12.418	14.937	5.750,6	4,76
Boa Vista do Ramos	14.979	7.550	7.429	2.586,8	5,79
Nhamundá	18.278	7.010	11.268	14.105,6	1,30
Uruará	17.094	9.886	7.208	27.903,4	0,61
Maués	52.236	25.832	26.404	39.989,9	1,31
São Sebastião do Uatumã	10.705	5.904	4.801	10741,1	1,00

Fonte: IBGE Cidades (2019).

A distribuição entre população rural e urbana também chama a atenção. Nhamundá, Barreirinha, e Maués, são os municípios em que as populações rurais são mais numerosas do que as urbanas. Tais números nos colocam o desafio de pensar uma abordagem relacional que ultrapasse a dicotomia “rural – urbana”, necessitando de modelos analíticos que forneçam leituras sobre a interpenetração, complementaridade, e sobreposição, como proposto no modelo Sistema-Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR) apresentado adiante.

Os papéis reduzidos das sedes na divisão territorial do trabalho induzem manutenção de vínculos territoriais por classes populares que reforçam o caráter processual e relacional do modelo analítico relativo ao STUR. Outras características são comuns entre os municípios da microrregião: i) predomínio de repasses públicos na formação do PIB municipal; ii) predomínio do transporte fluvial na formação da rede

urbana; iii) domínio da economia local (e geralmente domínio político) pela fração relativa ao capital mercantil reforçando funções comerciais desempenhadas pelas sedes enquanto lugares centrais; iv) formação de uma economia popular com dinâmica específica realizando complementações através das relações urbano-ribeirinhas (BARTOLI, 2020 c).

Com baixa formação de receita/arrecadação, os municípios do Baixo Amazonas tornam-se dependentes do setor público através de transferências federais e estaduais (Tabela 2).

Em quatro municípios, Barreirinha, Boa Vista do Ramos, São Sebastião do Uatumã e Parintins, o PIB da agropecuária ultrapassa o PIB relativo ao comércio e serviços. A maior parte da renda agropecuária advém da atividade pecuária extensiva de pequena escala. Ao contrário das áreas do sudeste do Pará, sul do Amazonas, Rondônia e norte do Mato Grosso, que possuem domínio de grandes pecuaristas, as cidades do Baixo Amazonas tem predomínio de pequenos produtores como demonstra Freitas (2018). Trata-se de aspecto cultural dos municípios da microrregião, onde populações urbanas possuem poucas cabeças de gado nos interiores como "reserva" ou complemento de renda para as atividades urbanas desenvolvidas pela economia popular.

Tabela 2 - Produto Interno Bruto (PIB) por setor da economia e pessoal ocupado.

Município	Agropecuária	Indústria	Serviços e comércio	Setor Público	Pessoal ocupado
Barreirinha	23,51%	3,08%	16,51%	56,59%	954
Boa Vista do Ramos	17,52%	2,96%	16,71%	62,81%	685
Maués	15,05%	4,61%	21,33%	58,56%	3.574
Nhamundá	17,44%	4,32%	19,22%	59,02%	888
São Sebastião do Uatumã	26,54%	4,66%	16,04%	54,76%	536
Parintins	28%	4,57%	25,85%	41,58%	6.974
Urucará*	- - -	- - -	- - -	- - -	882

Fonte: SEBRAE, 2019. Organizado pelo autor. Pesquisa não realizada em Urucará*.

Interpretar antigos padrões de circulação, extração de excedentes e drenagem de renda frente às recentes mudanças relacionadas ao processo de urbanização é parte de uma questão ampla que se desdobra em outras: quais seriam as principais *mediações no ordenamento territorial* que os núcleos urbanos possuem hoje? Quais são as redes de sujeitos, e como suas práticas territoriais reinserem o papel dos núcleos urbanos numa nova divisão territorial do trabalho?

Em Bartoli (2020c) apresenta-se avanços metodológicos e discussão de resultados para interpretação do processo urbano na

Amazônia e em quais aspectos a proposta dos Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos (STUR) avança. O desenvolvimento do modelo STUR faz análise do “retorno ao território” de populações que migraram para cidades e que, recentemente, passam a reconstruir redes complementares através da interação com o *milieu* urbano.

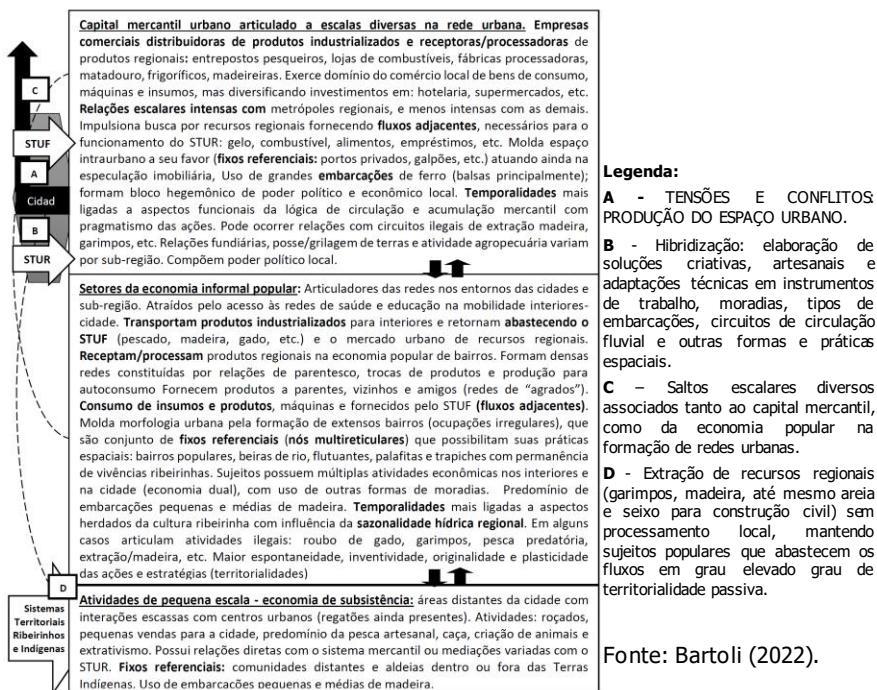
A análise exige entendimento da constante reterritorialização e novas mediações urbanas que possibilitam coevolução das articulações territoriais transescalares (BARTOLI, 2017). Elenca-se elementos para reconduzir a interpretação do território a partir da cidade, que é cenário de coalizões, negociações, conflitos, articulações e redesenho dos projetos das redes de sujeitos. Populações indígenas e interioranas, antes distanciadas da *presença da cidade como recurso*, do acesso a bens de consumo, educação, instituições, etc., hoje usufruem do meio urbano enquanto possibilidade de novas interações com ambientes rurais, comunidades, aldeias, vilas e distritos (BARTOLI, 2015; 2017).

O STUR é um modelo analítico que propõe detalhar o comportamento espacial dos circuitos informais da economia popular inseridos em contexto específico de intensa relação com a fração local do capital mercantil. Considerações sobre dinâmicas transescalares são feitas para melhor detalhamento das complexas relações existentes com a rede urbana regional com forte influência da metrópole Manaus em disputa com a rede urbana paraense, e escalas nacionais e globais.

Moldando espaços intraurbanos e realizando intensos deslocamentos, trocas e intercâmbios com as áreas de entorno, o papel mediador que o STUR abrange aparece em vertentes apresentadas em Bartoli (2017; 2018a; 2018b; 2020; 2022). Apresentamos, na Figura 1, a interação e composição entre os sistemas territoriais, num modelo geral cujas características variam a partir da *situação* de cada localidade e pela variedade das territorialidades que sujeitos constroem em subsistemas.

Pela aceleração do processo urbano, cada vez mais o Sistema Territorial Urbano Fluvial (STUF) composto pelo capital mercantil influencia o STUR ocorrendo complementos, interpenetração e dependência deste, devido à intensificação da demanda por recursos regionais e da agropecuária pela economia urbana. A propagação de modos de vida e consumo urbano também tem aumentado o poder do capital mercantil, que começa a receber concorrências devido à aceleração do comércio *online*.

Figura 1 - Interações entre sistemas territoriais mediadores da influência urbana.



4 O MODELO STUR APLICADO À MICRORREGIÃO DE PARINTINS E O PATRIMÔNIO TERRITORIAL: RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em 2019, ampliamos a área de estudo a partir do projeto *Rede urbana, Tipologia de Cidades e Sistemas territoriais Urbano-ribeirinhos no Baixo Amazonas*¹¹. Dando seqüência à proposta metodológica sobre o STUR presente em Bartoli (2017, 2018a, 2018b), os resultados foram apresentados em publicações diversas (BARTOLI, 2019a; 2019b; 2020a; 2020b; 2020c; 2021a; 2021b 2022; BARTOLI; PINHEIRO, 2022) que, em síntese, apontam características comuns entre os municípios estudados revelando que:

¹¹ Com bolsa produtividade concedida pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA), aplicamos o modelo STUR em seis municípios do Baixo Amazonas entre janeiro de 2019 e dezembro de 2020, realizando adaptações na metodologia e novas constatações.

- a) Duas “forças” partindo das cidades para interiores e no sentido inverso dialeticamente se impulsionam, compondo a maneira com que o STUR realiza sua circunscrição espacial. A força centrípeta consiste no movimento de populações que migram dos interiores na busca de melhorias de renda e acesso a serviços e mercados ofertados nas cidades, induzindo novos contextos de inserção de sujeitos na cidade. A economia urbana incompleta impulsiona parte dos sujeitos novamente aos interiores (força centrífuga), que retornam com uma série de produtos industrializados adquiridos nos comércios da cidade, configurando aspectos do processo da urbanização extensiva (MONTE-MÓR, 1994). A força centrífuga ocorre pela busca do complemento dual: através da demanda de produtos extrativos regionais ou produção rural e pecuária, a economia mercantil dominante influencia, financia, incentiva e, de certa maneira, “impulsiona” a economia popular do STUR usufruindo de seus saberes em navegar, coletar, pescar, etc.
- b) A análise do uso das embarcações nos fornece indicações multidimensionais das territorialidades dos sujeitos do STUR: não se restringem ao transporte de produtos regionais, pesca, produção agrícola, etc., mas cumprem função de moradia¹², sendo ainda *lócus* de relações sociais amplas ou familiares. No que tange ao papel de drenagem de renda e exploração de recursos, o cenário mais preocupante encontrado nas pesquisas sobre os fluxos de embarcações do STUR, foi na enorme quantidade de madeira ilegal e pescado transportados para as cidades. Mas, grande parte dessa madeira cumpre uso social de extrema serventia na construção de moradias e embarcações populares (BARTOLI, 2019a), sendo recurso estratégico da manutenção da vida urbano-ribeirinha.
- c) A caracterização laboral multifuncional é um dos aspectos centrais das territorialidades dos sujeitos pertencentes ao STUR, sinalizando a capacidade de adaptação sazonal e situacional dos sujeitos em criativos modos de subsistência. Como resultado interativo das forças centrípeta e centrífuga, proprietários de embarcações realizam variadas atividades e serviços laborais na cidade, necessitando complementos de renda com outras atividades nos interiores. Sobre estas, destacamos o extrativismo, a pecuária de pequena escala,

¹² Em diversos textos temos salientado como as embarcações têm internalizadas diversas contradições do processo urbano, alterando suas formas, somando funções e possuindo outras intencionalidades. No canal do *YouTube* do Núcleo de Estudos Territoriais da Amazônia (NETAM) o documentário *Vivendo em barcos* apresenta resultados de pesquisas sobre esses aspectos: <https://www.youtube.com/watch?v=Vj6Pss9UwRs>.

agricultura, pesca, caça, e a criação de animais. Assentados em ocupações irregulares urbanas, também necessitam “absorver” complementos recursivos dos interiores: madeira para moradia popular, construção de barcos ou para pequena indústria moveleira; pescados; palha; piaçava; carne de caça ou quelônios, pequenas criações de gado, produtos do extrativismo.

- d) Lanchas de alumínio denominadas localmente como “expresso” ou “a jato” proliferaram, reduzindo percursos, dependendo da sazonalidade fluvial. As transformações nesse tipo de transporte afetam as centralidades, tanto dos municípios como das comunidades conectadas nos trajetos.
- e) Disputas territoriais entre pescadores e o capital mercantil são interpretadas como conflitos entre STUR e STUF. Colônias de pescadores têm realizado auxílio na formação de acordos de pesca junto ao IBAMA na implementação de controles contra pesca predatória e industrial financiadas pelos frigoríficos do STUF, inclusive os de cidades paraenses como Santarém (BARTOLI, 2019b).
- f) A demanda de alimentos no mercado urbano vem alterando cada vez mais itens da dieta regional, com marcante presença de conserva, frango congelado, embutidos e diversos outros produtos industrializados. Os fluxos de embarcações do STUR (força centrífuga) possibilitam a distribuição de produtos industrializados adquiridos nas cidades: eletrodomésticos, gasolina (para uso em embarcações, roçadeiras e motosserras), rancho (cesta básica), frios e estivas. A substituição paulatina dos fogões à lenha pelo uso de botijas para fogões a gás é ainda tímida, mas notada. A comercialização de ração também foi bastante notada, demonstrando prática da criação animal nas comunidades como fonte de proteína, principalmente o frango e suínos. A insuficiente produção de farinha na microrregião tem sido suprida pela importação do Pará.
- g) No quadro urbano sub-regional, as cidades pequenas do entorno de Parintins possuem centralidade baixa limitando-se a atender demandas de seus entornos. Caracterizam-se por seu caráter funcional mais local, atendendo a sua região imediata com alcance espacial “mínimo”, considerando a escala municipal, mas atingindo longínquas comunidades das bacias hidrográficas.
- h) A necessidade das transações comerciais e a imposição do valor de troca não anulam as vivências ribeirinhas e a espontaneidade das apropriações e práticas espaciais dos

sujeitos que compõem o STUR. Populações tradicionais passam a usar os espaços das cidades, mantendo certos aspectos e traços culturais ribeirinhos reconstruídos e/ou adaptados ao meio urbano. Nota-se que a intensificação do processo de urbanização se reproduz localmente pela interação STUR/STUF, que se manifesta na *morfologia das cidades*: aspectos sítio/plano/paisagem aparecem como condicionantes das práticas espaciais onde os limites de ocupação são cada vez mais salientados pela dispersão urbana observada em todas as cidades da microrregião de Parintins. Surgem grandes áreas de ocupação irregulares periféricas que se tornaram bairros, cuja rápida expansão do plano urbano acarreta sérios problemas socioambientais. As contradições entre STUR/STUF também ocorrem nos usos de espaços das cidades enquanto par público/privado, onde as edificações urbanas (fixos diversos) ditam parte das dinâmicas nas beiras de rio enquanto nódulos multirreticulares.

A partir de 2021 iniciamos o Projeto de Pesquisa *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões* (ProPAT)¹³, que possui objetivo de propor e validar um instrumental metodológico mais adequado à perspectiva territorial de análise, com o fim de contribuir na elaboração de diagnósticos territoriais que favoreçam a prospecção de alternativas inovadoras e sustentáveis de desenvolvimento, tendo o patrimônio territorial como referência.

O patrimônio territorial é compreendido como o conjunto de ativos e recursos materiais e imateriais que se acumularam ao longo da história num determinado território, resultante de processos históricos de construção e reconstrução socioeconômica e cultural na relação com o entorno ambiental, representados nas suas diferentes dimensões (produtiva, cultural, institucional, natural, social e humano-intelectual) (DALLABRIDA, 2020). Em consonância com a base epistêmica, assume-se, no projeto em referência, uma base teórica sustentada em quatro categorias conceituais: território, governança, patrimônio, e desenvolvimento territorial.

Em Büttenbender *et al.* (2022) reconhecemos os componentes e variáveis da *dimensão produtiva* que contribuem na estruturação de

¹³ Projeto de pesquisa coordenado pelo professor Valdir Roque Dallabrida, professor visitante da Universidade Federal do Paraná (UFPR), referente à bolsa produtividade em pesquisa (CNPQ). Paralelamente, no âmbito da UFPR/PPGDTS está em execução o projeto *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões: pressupostos epistêmico-teóricos e proposta de instrumental metodológico*.

um instrumental metodológico que oportunize gerar cenários, políticas públicas e prioridades na promoção do desenvolvimento territorial. O texto versa sobre aspectos teóricos e tem seu foco na caracterização socioeconômico-cultural e ambiental. A análise propõe detectar as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças, enquanto a prospecção territorial.

Visando “calibrar” a metodologia do ProPAT para análise de realidades periféricas e regiões de baixo dinamismo econômico e suas concepções coevolutivas, partimos recentemente dos diversos subsistemas territoriais da microrregião de Parintins, visando caracterizá-los como patrimônios territoriais. Pretende-se alicerçar análises críticas e multidimensionais mais complexas acerca dos rumos do desenvolvimento territorial em um recorte amazônico. A construção da base conceitual e metodológica considera elementos que compõem os sistemas territoriais entendidos como: (i) produtos do processo de coevolução e interação de longa duração entre relações sociais e ambiente (MAGNAGHI, 2010); (ii) consolidados pela mediação do trabalho e da informação (RAFFESTIN, 1993) sob intensa pressão hegemônica da unicidade das técnicas e suas intencionalidades (SANTOS, 2003); (iii) portadores de territorialidades ativas ou passivas (DEMATTEIS; GOVERNA, 2005); (iv) espaços permeados por expressões, processos e movimentos socioespaciais e socioterritoriais (FERNANDES, 2005; PEDON, 2009; SOBREIRO FILHO, 2016) passíveis de serem caracterizados como espaços de resistência e territorialidades contra-hegemônicas; (v) espaços permeados de lógicas exógenas (técnicas, científicas e informacionais) que, enquanto verticalidades, dimensionam configurações variadas de alienação territorial e alterações das horizontalidades (SANTOS; SILVEIRA, 2003).

Nesse sentido, a ausência de agregação de valor aos produtos exportados no baixo Amazonas merece atenção urgente como no caso do pescado, madeira e guaraná (BARTOLI, 2017; 2019a; 2021). A capacidade de ordenamento das relações territoriais das cidades fica comprometida pela ausência de planos de manejo e de fiscalização das atividades pesqueira e madeireira. Os conflitos e territorialização da atividade pesqueira foram relatados em Bartoli (2019b). Portanto, as cidades do entorno de Parintins, apesar de pequenas, são responsáveis por influenciar o ordenamento territorial de imensas áreas municipais. Muitas vezes os subsistemas territoriais locais são geradores de impactos ambientais que afetam a o patrimônio territorial configurado em longa evolução.

Quanto à dimensão social, as experiências organizacionais em cooperativas são tímidas e pouco numerosas, mas existentes. Estas

realizam saltos escalares que propiciam maior interação com a rede urbana regional e nacional/global (Quadro 1). O caso do consórcio indígena Sateré-Mawé é um dos exemplos de reterritorialização a partir das práticas espaciais construídas no ambiente urbano (BARTOLI, 2015).

Por fim, apresentamos no Quadro 1 (BARTOLI, 2020 c), os subsistemas mais significativos em cada município, reinterpretados enquanto patrimônios territoriais e considerando as mediações que as redes de sujeitos realizam nas cidades, cujas diferenças de trajetórias históricas formam particularidades internas. Nas cidades afetadas por ações de grandes empresas como Maués e Uruará, ocorrem inexpressivas alterações em suas estruturas internas e complexidades econômicas, além de não corroborar com o desenvolvimento de complementaridades econômicas com a rede urbana. Essa influência direta de grandes empresas na produção do guaraná e na extração de calcário não incentiva a criação de novas funções nas cidades para geração de novas divisões territoriais do trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interpretação das cidades como ambientes de relações que afetam o ordenamento territorial da microrregião de Parintins, requer entendimento da materialidade que os sistemas territoriais configuram, incluindo a relação com a geomorfologia, sazonalidade, e aspectos da morfologia urbana. Quanto aos aspectos relacionais e organizacionais, a análise das redes de natureza e temporalidade diversas (redes da economia popular/mercantil, de solidariedade e novas formas de organização) se justapõem a essa base física condicionante possuindo permanências culturais fortes e de heranças de ciclos econômicos.

Pela fragilidade econômica dos municípios, uma das lacunas explicativas para entendimento da dinâmica das cidades estudadas, seria investigar até que ponto a “cultura herdada” de ciclos econômicos passados compõe o movimento atual de desterritorialização contínuo, que, enquanto componente da acumulação primitiva permanente (BRANDÃO, 2010), veio se redesenhando sem cessar até a atualidade.

O desafio para análise das permanências de padrões de drenagem de renda cada vez mais dinamizados por dinâmicas inter-regionais, deve considerar as mediações de cidades funcionando para além de simples bases logísticas. Desvendar o funcionamento das lógicas espaciais dinamizadas por Sistemas Territoriais multidimensionais de dinâmicas transescalares, tem mostrado resultados promissores como na análise proposta no modelo STUR.

Quadro 1 - Principais Subsistemas Territoriais compoendo Patrimônios Territoriais na microrregião de Parintins.

Município	Subsistemas Territoriais	Escalas/redes
Barreirinha	- ausência de especializações produtivas. - presença de 15 pequenas movelarias.	- vendas pouco expressivas de móveis para Manaus.
	- Estoque madeireiro vasto com intensa exploração de madeira / ausência de Planos de Manejo Florestal.	- abastece STUR/STUF de Parintins.
Boa Vista do Ramos	- ausência de especializações produtivas. - produção de mel com presença de cooperativa.	- vendas pouco expressivas para Manaus.
Maués	- especialização produtiva: - 1º colocado na produção de guaraná estadual.	- influência de transnacionais de bebidas no ordenamento territorial.
	- presença de sistemas territoriais de circuitos ilegais: garimpos e drogas - Importante presença indígena da etnia Sateré-Mawé em múltiplas formas de territorializações.	- redes externas de poder, principalmente da metrópole Manaus influenciam usos do território.
Nhamundá	- ausência de especializações produtivas. - pequena atividade pesqueira (presença de colônia e sindicato de pescadores).	- fortemente polarizada por Manaus, Parintins e pela rede paraense.
S. Sebastião do Uatumã	- especialização produtiva: - maior polo naval de embarcações de madeira do estado / presença de cooperativa de construtores em carpintaria naval.	- vendas para todo o estado do Amazonas.
	- cooperativa de moveleiros.	- vendas para Manaus.
Urucará	- 2º maior produtor de guaraná do estado.	- relações escalares externas com influência de grandes empresas transnacionais fabricantes de bebidas e mineradora.
	- intensa atividade pesqueira (presença de colônia e sindicato de pescadores).	- abastece STUR/STUF de Parintins e vendas de menor quantidade para Maués e ocasionalmente Santarém (PA).
	- pequena produção de cacau.	- vendas para Manaus.
	- produção mineral / extração de calcário dolomítico.	- beneficiamento de minério no município de Manacapuru (AM).
Parintins	- festival folclórico de projeção regional/nacional. - conta com potencial polo de economia criativa com enorme quantidade de artistas, estúdios, escolas de arte e as agremiações dos bumbás.	- enorme complexidade escalar e reticular: patrocínios de transnacionais (nacionais e estrangeiras); apoio governamental estadual intenso; disputas locais pelo controle político das agremiações; disputa de redes de poder pelo controle de vendas de ingressos, bebidas, direitos de imagem, etc.; espetacularização e mercantilização da cultura local; migração de artistas para todo o país para produções de carnavales e outras festividades. - aquecimento e intensificação da relação STUR/STUF.
	- polo moveleiro com 53 empresas e diversas pequenas indústrias (olarias, polpa de frutas, sorvetes, etc).	- abastecimento local e pequena exportação para Manaus.
	- três entrepostos pesqueiros/ frigoríficos de médio porte; - presença de colônia e sindicato de pescadores.	- absorve pescado de toda sub-região; barcos pesqueiros atingem o Baixo Solimões. - empresas exportam para o sudeste peixes filetados.
	- significativa presença da carpintaria naval em 6 pequenos estaleiros. - 5 pequenas empresas de embarcações pequenas de alumínio.	- escala local / manutenção da navegação doméstica no STUR e STUF.

Os diversos subsistemas que compõem a dinâmica cidade-território-região são *condições de contexto*, onde a noção de patrimônio territorial pode ser encampada na análise da importância da circulação necessária dos sujeitos do STUR. Estas contrastam com formas de circulação alienadas no interior da relação STUR/STUF. Da mesma forma, sem nos precipitar por delimitar relações socioterritoriais enquanto patrimônio, ressalta-se que é necessário desvendar lógicas de *"geografias do atraso"* e *manutenção de poder relacionadas às frações arcaicas do capital mercantil e existência de redes ilícitas*. Nesse sentido, o patrimônio territorial estaria sob ataque, pois a ocupação das vastas porções do território (predatórias ou não) estão sob influência e comando também das redes de poder alocadas nas cidades (CANO, 2010; BRANDÃO e CANO, 2006).

Por fim, o desafio de entendimento do patrimônio territorial abrange *conjuntos de práticas espaciais e a capacidade de abertura ou fechamento operacional dos sistemas evolutivos* considerando diversas modalidades de estratégias que redes de sujeitos constroem. Ressaltar a valorização "genético-evolutiva" do território local permite entender a variedade de opções elementares para o desenvolvimento territorial.

6 REFERÊNCIAS

- BARTOLI, E. Ações Indígenas Sateré-Mawé na Cidade de Parintins (AM) e a Formação de Sistemas Locais Territoriais Urbano-Ribeirinhos. *In: Simpósio Nacional de geografia Urbana (SIMPURB)*. **Anais [...]**. CD-room. Fortaleza: UFCE, 2015.
- BARTOLI, E. O Retorno ao Território a partir da cidade: Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos em Parintins (AM). 2017. 335 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017.
- BARTOLI, E. Cities in the Amazon, Territorial Systems and the Urban Network. **Mercator**, v. 17, e17027, p. 1-16, 2018a.
- BARTOLI, E. Entre o Urbano e o Ribeirinho: Territorialidades Navegantes e Sistemas Territoriais em Parintins (AM). **Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 169-185, 2018b.
- BARTOLI, E. Tilheiros: carpintaria naval e sistemas territoriais em Parintins-AM. **Desenvolvimento e Meio Ambiente** (UFPR), v. 51, p. 43-62, 2019a.
- BARTOLI, E. Territorialidades Urbano-Ribeirinhas: o Sistema Territorial pesqueiro de Parintins (AM). **GeoNorte**, v. 13, 2019b.

BARTOLI, E. Cidades Pequenas na Amazônia e Ordenamento Territorial: Redes de Sujeitos Locais e as Redes Urbanas de Uruará (AM) e São Sebastião do Uatumã (AM). Geoiंगा: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**. Maringá, v. 12, n. 1, p. 80-105, 2020a.

BARTOLI, E. Cidades pequenas na Amazônia: sítio, situação e sistemas territoriais de Barreirinha (AM). **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, n. 19 (junho). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 132-157, 2020 b.

BARTOLI, E. Cidades na Amazônia: Centralidades e Sistemas territoriais na sub-região do Baixo Amazonas (AM). **Revista Espaço e Economia**, v. 20, p. 1, 2020 c.

BARTOLI, E. A Cidade Arquipélago: Expansão e morfologia urbana de Parintins (AM). *Revista de Desenvolvimento Econômico*, v. 2, p. 347, 2020d.

BARTOLI, E. Funções Urbanas na Faixa de Fronteira Amazônica: Centralidade de Nhamundá (AM) e seus Sistemas Territoriais. **Geografia em Questão**, v. 14, p. 117-139, 2021.

BARTOLI, E. Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos: uma proposta metodológica para análise de cidades de dinâmica fluvial e ribeirinha na Amazônia. *In*: CASTRO, Claudio Eduardo de; FILHO, José Sobreiro; SAQUET, Marcos Aurélio; VINHA, J. F. de S. C. (org.). **Geografias Fora do Eixo**: por outras Geografias feitas com práxis territoriais / Londrina, PR: Editora Liberdade/EDUEMA, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/358175387_GEOGRAFIAS_FORA_DO_EIXO_por_outras_geografias_feitas_com_praxis_territoriais_versao_impressa?fbclid=IwAR1PWzif-A-eMLWcea1aQYSxWWcUgcJ_Oh9iGLwr9bkCIZd-dARiw03zLcM. Acesso em: 11 dez. 2022.

BARTOLI, Estevan; SERRÃO, A. M. Periodização Econômica, Espaço Intraurbano e Sistemas Territoriais de Uruará (AM). **Revista Geoamazonia**, v. 8, p. 214-235, 2021.

BARTOLI, Estevan; SCHOR, Tatiana; OLIVEIRA, José Aldemir. Cidades Médias na **Amazônia**: ampliando percepções sobre a responsabilidade territorial de Parintins (AM). Terra Plural, 2019.

BARTOLI, E. MARQUES, Rildo. Morfologia e Geomorfologia Urbana: sistemas territoriais e as margens fluviais em Parintins (AM). **Revista Geografia e Pesquisa**, Ourinhos, v. 13, n. 2, p. 44-58, 2019.

BARTOLI, Estevan. PINHEIRO, Heitor. **Atlas de Parintins e Microrregião** – Panejamento Territorial e Urbano. Manaus, EDUA, 2022.

BRANDÃO, C. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista. *In: Capitalismo Globalizado e recursos territoriais.* ALMEIDA, A. W. de. *et al.* (org.). Lamparina: Rio de Janeiro, 2010, p. 39-69.

BRANDÃO, C. A.; CANO, W. **Anotações sobre o Capital Mercantil:** análise de sua natureza e estudo das formas através das quais ele dá a tônica da valorização de capitais no Brasil. Campinas, 2006. Mimeografado.

BÜTTENBENDER, P. L.; BARTOLI, E.; MENEZES, E. C. de O.; ZAMBERLAN.; C. O.; COVAS, A. M. A.; HENZEL, M. E. (2022). Abordagem Territorial do Desenvolvimento: Referências Teórico-Metodológicas da Dimensão Produtiva. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, 18 (1): 2022.

DALLABRIDA, V. R. Patrimônio Territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 52, p. 12-32, jul./2020.

DEMATTEIS, G.; GOVERNA, F. (org.). **Territorialità, Sviluppo Locale, sostenibilità:** Il modello SLoT. Roma: Franco Angeli, 2005.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, año 6, n. 16, p. 273-283, 2005.

FREITAS, Carlos Alberto. o matadouro frigorífico Osório Melo no Município de Parintins enquanto nódulo mediador no ordenamento territorial. 2018. 22 f. Monografia (Licenciatura em Geografia). Centro de Estudos Superiores de Parintins - Universidade do Estado do Amazonas, UEA/CES/Parintins, 2018.

JUNK, W. J. As águas da região Amazônica. *In: Amazônia: desenvolvimento, integração, ecologia.* São Paulo: Brasiliense; (Brasília) CNPq, 1983, p. 45-100.

MAGNAGHI, A. **Montespertoli:** le mappe di comunità per lo statuto del território. Firenze: Alinea, 2010.

MONTE-MÓR, R. L. A. Urbanização Extensiva e Lógica de Povoamento. *In: SANTOS, Milton et al.* (org.). **Território, globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994, p. 169-181.

NASCIMENTO, D. A; MAURO, C. A; GARCIA, M. G. L. **Geomorfologia.** Projeto RADAMBRASIL: Folha SA.21-Santarém. Rio de Janeiro: DNPM, 1976, p. 131-198.

PEDON, N. R. Movimentos Socioterritoriais: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica. 235 f. Tese. (Doutorado em

geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2009.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. **Por uma outra Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **Brasil: território e sociedade no limiar do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SCHOR, Tatiana; OLIVEIRA, J. A.; BARTOLI, E. Escalas de análise, dimensões e aspectos de uma cidade média no Amazonas. *In*: SILVA, W. R. da; SCHOR, T. (org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbano e regional**: Resende e Parintins. Rio de Janeiro: Consequência, 2022, p. 177-193.

SILVA, Fernando; BARTOLI, Estevan. Capital mercantil, transportes fluviais e a rede urbana sub-regional de Parintins-AM. **Revista Geografia e Pesquisa**, Ourinhos, v. 13, n. 1, p. 7-18, 2019.

SIOLI, H. **Amazônia: fundamentos de ecologia da maior região de florestas tropicais**. Petrópolis - RJ: Vozes, 1985, 72 p.

SOBREIRO FILHO, J. **Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e contentions políticos**: produção do espaço, redes e lógica racionalidade espaço-temporal no Brasil e Argentina. 2016, 440 f. Tese. (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2016.

REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE MARINGÁ: FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E SUAS PEQUENAS CIDADES/LOCALIDADES

*Angela Maria Endlich
Larissa de Mattos Alves
Juliana Carolina Teixeira*

RESUMO

Este texto é voltado à contextualização da Região Intermediária de Maringá como recorte de estudos tomando por referência a formação socioespacial e elementos fundamentais para entender a rede urbana produzida, pontuada por pequenas cidades/localidades. O texto foi elaborado tendo em vista o compartilhamento e debate, por ocasião do Sinapeq (Simpósio Nacional de Pequenas Cidades), para uma aproximação inicial de regiões intermediárias abrangidas em projeto de pesquisa do CNPq, desenvolvido no âmbito da rede Mikripoli. Foram incluídos dados levantados para a referida região quanto a aspectos demográficos, estrutura fundiária, e relativos a classificações existentes para os diversos tipos de localidades/cidades/municípios, no intuito de compreender a sua diversidade e particularidades.

Palavras-chave: Pequenas cidades; Regiões Intermediárias; Paraná; Mikripoli.

1 INTRODUÇÃO

Podemos considerar a criação das regiões intermediárias e imediatas como relativamente recentes. Em 2017 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE promoveu uma revisão e atualização da divisão anterior brasileira em micro e mesorregiões, adotando essa nova compartimentação em dois níveis regionais – Regiões Imediatas e Regiões Intermediárias. Conforme justifica o próprio instituto, essa proposta deve-se às intensas transformações ocorridas no território brasileiro, tanto quanto ao espaço produtivo, aspectos demográficos e ambientais, mas também às mudanças político-administrativas como o surgimento de municípios. Pautadas pela rede urbana, elas implicam na busca de um modelo de divisão regional com coerência interna e certa permanência dos seus atributos, ainda que sejam sinalizadas as necessidades de alterações mais constantes nos recortes (IBGE, 2017).

O Norte do Paraná é uma região muito citada, mas tanto quanto é lembrada são muitas as concepções territoriais que essa designação pode abranger. A dificuldade da delimitação permeia sempre o debate regional, pois muitos podem ser os critérios, desde os administrativos, ambientais, econômicos e decorrentes de protagonismo político e cultural. Não prolongaremos esse debate neste texto, queremos apenas registrar essa complexidade da questão regional e de suas delimitações.

Em nossa pesquisa, antes da criação das regiões imediatas e intermediárias utilizamos a soma de três mesorregiões (Noroeste, Centro Ocidental e Norte Central) que formavam parte do Norte do Paraná, com 165 municípios. Na mesorregião Norte Central Paranaense encontravam-se Londrina e Maringá, mas parte da área de influência de Londrina ficava fora da delimitação. Por isso, a proposta do IBGE em regiões imediatas e intermediárias nos pareceu mais adequada e coerente. Contudo, como é uma proposta de regionalização recente, cabe ressaltar que os estudos anteriores não estiveram obviamente nela baseada, e compete, para adotá-la como recorte de estudo, fazer as adequações e migração de dados.

Dessa forma, aqui apresentamos a adequação com o novo recorte espacial: a Região Intermediária de Maringá, composta por Regiões Imediatas e 115 municípios.

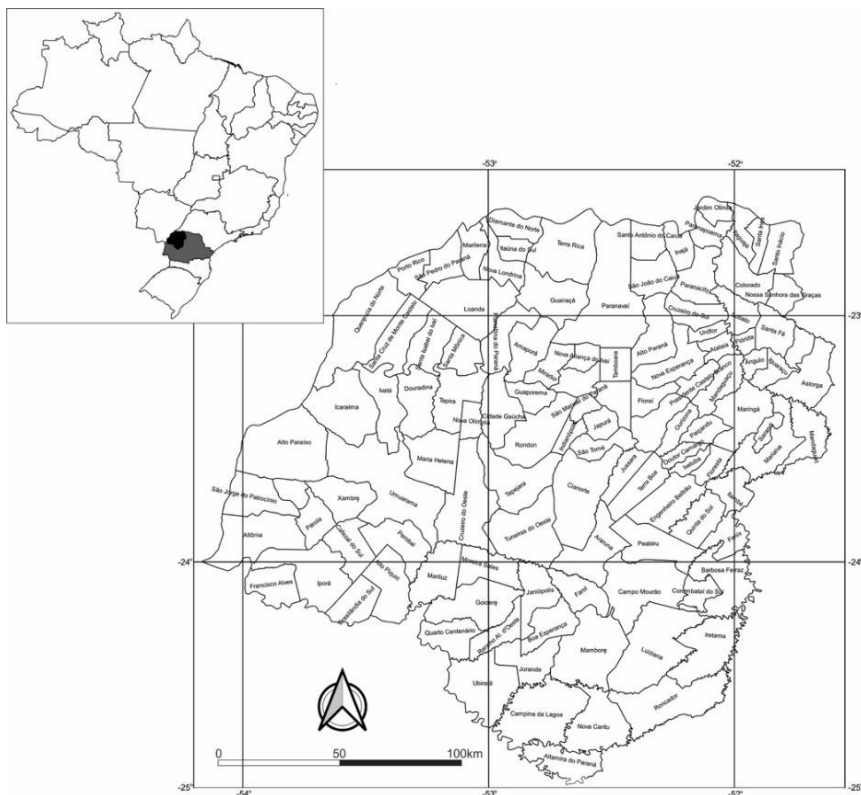
O texto foi organizado em quatro itens, sendo o primeiro esta introdução, seguida de aspectos relativos à formação socioespacial da região, com o intuito de compreender a composição da rede urbana regional, cujos dados apresentamos no terceiro item. Por fim, no quarto item mostramos como se situam os municípios do recorte regional adotado em estudos classificatórios como o Regic (Região de Influência de Cidades) e as tipologias das cidades brasileiras.

2 REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE MARINGÁ E SUAS DIVERSAS PEQUENAS CIDADES/LOCALIDADES

No Brasil todo são 510 Regiões Geográficas Imediatas agrupadas em 133 Regiões Geográficas Intermediárias. No Paraná são seis Regiões Intermediárias e 29 Regiões Imediatas. A Região Intermediária (RGInt) de Maringá é a que possui maior número de municípios abrangidos no Estado do Paraná, 115 municípios (Figura 1).

Os 115 municípios da Região Intermediária de Maringá compõem sete Regiões Imediatas que, na Tabela 1, são apresentadas, considerando a quantidade de municípios, agrupados por porte demográfico.

Figura 1 - RGInt Maringá. Municípios, 2022.



Fonte: IBGE, 2017. Elaboração: Américo Dias Marques.

Tabela 1 - RGInt Maringá.

Regiões Imediatas e municípios por porte demográfico, 2010 (mil habitantes).

<i>Região Imediata/porte municípios</i>	<i>Até 5</i>	<i>5 a 10</i>	<i>10 a 20</i>	<i>20 a 50</i>	<i>+ de 50</i>
<i>Região Imediata de Maringá</i>	9	5	2	5	2
<i>Região Imediata de Campo Mourão</i>	7	5	9	2	1
<i>Região Imediata de Umuarama</i>	4	10	5	2	1
<i>Região Imediata de Paranavaí</i>	6	6	4	0	1
<i>Região Imediata de Cianorte</i>	3	5	2	0	1
<i>Região Imediata de Colorado/Paranacity</i>	8	1	1	1	0
<i>Região Imediata de Loanda</i>	3	2	1	1	0
<i>Total</i>	40	34	24	11	6

Fonte: IBGE, 2017 e 2010.

Os dados não deixam dúvidas de que é uma região basicamente composta de pequenas cidades/localidades, com apenas seis cidades acima de 50 mil habitantes. O intuito desse texto é apresentar esse aspecto da realidade da rede urbana regional, com densa presença de pequenas cidades. São núcleos urbanos com intensos desafios, em geral pouco visibilizados no cenário político.

São muitos os recortes regionais já propostos para trabalhar com a região genericamente conhecida como Norte do Paraná. Trata-se de área marcada a partir da ocupação capitalista efetiva pela produção cafeeira. Expomos esse marco econômico dessa maneira porque a região tem antecedentes históricos de ocupação, com a criação de cidades/núcleos como pontos de apoio desde o período em que era parte do território espanhol. Entretanto, essa ocupação inicial passou por rupturas e quase nada resta como patrimônio e testemunho desses acontecimentos.

Compreendemos a Geografia como ciência do presente, mas que se ampara na História, Economia, e outros campos científicos para entender a realidade analisada. Por isso, partimos da condição contemporânea da região em tela, mas pontuamos retomadas históricas que nos ajudam a interpretar o espaço analisado.

2.1 ANTECEDENTES URBANOS E A OCUPAÇÃO CAPITALISTA EFETIVA

Conforme assinalado, a área contida neste referido recorte tem registros históricos bem anteriores ao que seria a ocupação capitalista efetiva iniciada por meio do complexo cafeeiro. Lembrar disso é necessário porque não tem sido incomum que a história de ocupação capitalista efetiva seja contada de modo acrítico, desconsiderando ocupações anteriores. Quando ela se impõe, não encontra um espaço vazio e disponível para ser incorporado sem resistência ao capitalismo.

Povos originários indígenas e uma população tida como cabocla, habitavam essas áreas. Os registros existentes são os das tentativas de ocupação espanhola na região, de modo que as primeiras cidades criadas foram *Ciudad Real del Guayrá* e *Vila Rica del Espírito Santo* no século XVI.

Posteriormente, foram criadas as reduções jesuítas, conhecidas como missões, abrangendo extensa área do Paraná, nas margens dos rios Paranapanema, Pirapó, Ivaí, Piquiri, Iguaçu e outros. Apesar disso, pouquíssimo se manteve como patrimônio histórico material. Trabalhos arqueológicos têm recuperado parte desse patrimônio no Museu Histórico de Santo Inácio e no Parque Estadual de Vila Rica do Espírito Santo, no município de Fênix, este último como unidade do Museu Paranaense.

A constituição de uma escala regional é marcada por elementos que trazem uma coerência escalar, ou seja, processos geradores de atributos em comum. Uma das maiores dificuldades nos recortes espaciais é que não existe uma exatidão para estabelecer os seus limites. Sempre será complexo definir, por exemplo, quais municípios entram ou não em um recorte regional. Ainda que com essas dificuldades, é certo dizer que a coerência escalar na Região Intermediária de Maringá está vinculada à sua história econômica pautada pela cafeicultura e ao seu arranjo produtivo no Paraná.

Reiteramos que nos referimos à ocupação capitalista efetiva, exatamente porque outros intentos ocorreram, sem, contudo, vincular a região à economia mundial (BECKER; EGLER, 1998) como ocorreu com a economia cafeeira. Esse vínculo tanto ajuda a explicar a rápida ocupação da região, quanto é significativo elemento explicativo para a sua decadência. Não consiste apenas em um prolongamento de expansão econômica. Ao contrário, é uma história com muitas controvérsias, muitas vezes ocultadas quando se toma por referência apenas o cultivo adotado. Ou seja, não basta falar em cafeicultura, é preciso estar atento à estrutura fundiária, à fonte de trabalho, e a outros aspectos fundamentais para compreender a realidade regional.

Uma junção de interesses do governo paranaense e de companhias colonizadoras contaram com o apreço ao cultivo do café. Seu histórico anterior como alavanca econômica foi utilizado para impulsionar a comercialização de terras na região, bem como os desdobramentos econômicos que vieram em seguida. Contudo, isso ocorreu em um contexto nacional de produção maior do que a absorvida pelo mercado internacional.

A obra de Delfim Netto (1981) contribui para compreender essa realidade, ao distinguir as fases da economia cafeeira. Segundo ele, após uma primeira fase caracterizada pela ausência da intervenção estatal (metade do século XIX a início do século XX), uma segunda etapa contava com defesa eventual (1906 a 1914), baseada em acordos, preços, e compras asseguradas pelo governo. Na terceira fase havia uma defesa permanente e institucionalizada desde meados da década de 1920, inclusive a famosa queima de café por parte de Getúlio Vargas em decorrência da crise de 1929. Ora, o café no Paraná se expande nessa etapa em que já se percebia sua grande vulnerabilidade ao mercado internacional.

Portanto, o avanço do café na região não decorre de uma demanda espontânea desse produto por parte do mercado, mas do seu significado na economia nacional, do apreço que os produtores tinham com esse cultivo que funcionaram como chamariz para a sua expansão,

em um contexto econômico e político muito adverso fora do Paraná. Não é possível estudar a região e esses aspectos históricos, e, especialmente as suas transformações posteriores, sem pensar que fora parte de uma "crônica de uma morte anunciada"¹⁴.

Ou seja, era previsível a inviabilidade de manter a cafeicultura como referência econômica principal pois havia um cenário internacional para este produto, marcado por adversidades. Produzir uma região inteira ancorada nisso era realmente muito inseguro, mas atendia aos interesses políticos e econômicos do Paraná, que pretendiam alavancar a arrecadação. De acordo com Gonçalves (1999), colonizadoras procuraram divulgar a terra da região como apta a cultivos diversos, mas o governo do estado do Paraná negociou a liberação dos cultivos do café, quando ele já se encontrava restrito ao estado de São Paulo. Os agentes mais frágeis incorporados ao processo, os trabalhadores e proprietários dos pequenos estabelecimentos agropecuários, foram os mais afetados com essa instabilidade. Por isso, essa tornou-se uma questão também social.

Foi nesse contexto em que empreendimentos imobiliários propostos por várias iniciativas¹⁵ foram implantados no norte do Paraná, sendo o mais expressivo o da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná - CMNP¹⁶. Ao todo, essa única empresa foi a responsável pela criação de 62 localidades, com uma rede urbana pensada estrategicamente: a aproximadamente cem quilômetros estavam quatro centros regionais (Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama) e,

¹⁴ Referência a um livro de literatura de Gabriel Garcia Márquez. Nele toda uma comunidade sabia que a vida de um rapaz estava ameaçada, mas nenhuma providência foi tomada para evitar. Neste caso, utilizamos esse título como uma analogia a previsibilidade da crise vivenciada na região.

¹⁵ Empresas que atuaram na região, além da CMNP: Imobiliária Ypiranga, de Boralli & Held; Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão Lima; Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (Sinop); Nogueira, Comercial e Exportadora de Santos-SP; Colonizadora Rio Bom; Colonizadora Imobiliária Agrícola de Catanduva; Sociedade Goio-Êrê; Empresa Colonizadora Norte do Paraná Ltda. (pertencente a Irio Spinardi, fundador de Dracena-SP e outros sócios); Aniz Abud & Cia. Ltda.; Empresa Colonizadora Marilena, de José Volpato; Terras e Colonização Paranapanema Ltda., dirigida por Antenor Borba e José Nite; Imobiliária Progresso Ltda.; Companhia Colonizadora Brasil-Paraná Loteamentos S. A.; Companhia Brasileira de Imigração e Colonização (Cobrinco); Imobiliária Coressato & França; Companhia Imobiliária e Colonizadora Santa Isabel do Ivaí; A. Junqueira & Cia. e outras tantas. Registram-se, ainda, iniciativas de engenheiros civis, ou outros profissionais, que se tornaram empreendedores. Algumas localidades foram criadas diretamente pelo governo do estado do Paraná (FERREIRA, 1959).

¹⁶ Essa empresa denominava-se inicialmente Companhia de Terras Norte do Paraná, formada com capital inglês. A instabilidade trazida pela II Guerra Mundial levou à venda dela a banqueiros paulistas, dando origem à Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (MONBEIG, 1984, p. 238-240).

a distâncias mais curtas, de aproximadamente 15 quilômetros, ficavam pequenas cidades/localidades, que funcionariam como suportes de atendimento básico para a população numerosa, basicamente do campo. Portanto, a maior parte dos núcleos urbanos foram pensados como localidades centrais, ainda que no seu patamar mínimo de centralidade.

Atualmente, das 62 localidades criadas pela CMNP, 54 são sedes de municípios. Uma observação atenta à Região Intermediária de Maringá nos mostra que a rede urbana pensada para a área da companhia foi complementada pelas diversas localidades criadas por outras iniciativas, formando um arranjo complementar. Deste modo, Paranaíba e Campo Mourão, complementam a rede como centros regionais com distâncias e papéis similares aos demais, bem como as diversas localidades, pequenos núcleos urbanos.

2.2 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E ELEMENTOS SIGNIFICATIVOS PARA COMPREENDER A PRESENÇA DAS PEQUENAS CIDADES

Retomamos para esse recorte territorial reflexões acerca da formação socioespacial da região e suas particularidades, sobretudo no que elas podem explicar a densa presença das pequenas cidades/localidades.

A formação econômica brasileira incide na região pela submissão econômica em escala mundial, marcada pela dependência econômica que tanto impôs pautas de produção como as modificou de acordo com os interesses nacionais e internacionais, inclusive incorporando uma modernização da agricultura.

A região tem peculiaridades produzidas por uma formação socioespacial que geraram características diferentes (como o predomínio de pequenos estabelecimentos agropecuários; complexo cafeeiro que demandava uso intensivo de trabalho, suprido com mão de obra familiar e assalariada com externalidades urbanas, marcadamente atividades comerciais, bancárias, industriais e logística; atuação de empresas colonizadoras que empreenderam não só a venda de estabelecimentos no campo, mas também promoveram a criação de cidades/localidades urbanas).

Em decorrência desses fatores foi constituída uma rede urbana com densa presença de pequenas cidades, com papéis claramente definidos para o período: atender a densa população regional decorrente da estrutura fundiária e do uso intensivo de trabalho. Tratamos de modo detalhado essas questões em estudos anteriores (ENDLICH, 2007; 2019). Aqui retomamos alguns pontos de modo mais sintético.

Conforme assinalamos antes, a economia cafeeira já encontrava instabilidades desde o início do século. A ocorrência de uma geada negra em 1975 consistiu no fato que desencadeou muitas mudanças. Poucos meses após a ocorrência da fatídica geada, fator circunstancial de ordem local/regional, que, associado aos demais de natureza conjuntural e estrutural (MORO, 1991), levou à erradicação dos cafezais na região.

As mudanças trazidas pela decadência da economia cafeeira nos moldes em que era produzida na região, atingiu sobretudo os pequenos produtores e a força de trabalho. Jornais da época registraram o drama social. A erradicação do café gerou milhares de desempregados, que não só perderam o emprego ou a fonte de geração de renda, como ficaram sem ter onde morar, pois o trabalho no campo incluía um espaço de moradia, como tão bem mostram diversas publicações e o documentário Geada Negra (2008). Intensos fluxos migratórios foram registrados para os estados de Mato Grosso e Rondônia; para São Paulo e outras grandes cidades; bem como para centros regionais, ou para as sedes das pequenas cidades na região.

A região que havia passado por um intenso crescimento passou a registrar forte declínio demográfico, evidenciado principalmente pelo Censo Demográfico de 1980. Levantamento de dados realizados em períodos anteriores, tomando por referência a regionalização mais recente do IBGE, mostra que, na referida década, todas as regiões imediatas tiveram perda de população. Nas décadas seguintes observa-se uma recuperação da Região Imediata de Maringá, mas, para as demais, a recuperação foi mais lenta, sendo que a de Campo Mourão não deixou mais de registrar perdas demográficas. O declínio demográfico, aqui expresso no âmbito da região, ocorreu nos municípios polarizados por pequenos núcleos urbanos (Tabela 2).

Tabela 2 - RGIInt Maringá - Regiões Imediatas. População Total, 1960-2010.

	1960	1970	1980	1991	2000	2010
RImMga	331.174	404.370	381.818	487.555	582.506	680.917
RImCpo	215.932	535.533	399.785	382.457	340.744	328.370
RImUmu	135.816	486.788	360.987	294.355	267.605	276.154
RImPnvai	192.439	197.840	174.376	173.134	179.879	190.419
RImCnte	117.335	186.816	138.282	124.567	130.261	147.147
RImCP	94.919	80.905	58.639	58.862	61.611	64.238
RImLoa	47.963	80.454	68.914	57.666	57.111	58.374
Total	1.135.578	1.972.706	1.582.801	1.578.596	1.619.717	1.745.619

Fonte: IBGE, 1960-2010.

Economicamente, na região se fala em modernização da agricultura, incluindo a substituição dos cultivos. Embora o café ainda se encontre presente em diversos municípios, não é mais a referência econômica principal para a região. A paisagem do campo foi tomada por monoculturas de cultivos temporários (soja, trigo e milho). Essa realidade, contudo, é da parte da região que conta com solos argilosos. Parte do setentrião paranaense, com solos decorrentes do Arenito Caiuá, não tem as suas transformações explicadas por uma modernização agrícola. De fato, muitos municípios tiveram dificuldades de reinserção econômica. Nesta área, encontram-se iniciativas diversas: setor sucro-alcooleiro; mandiocultura; tentativa de produção de soja no arenito; mas predominam os estabelecimentos agropecuários voltados à pecuária extensiva.

Se, como afirmamos antes, o complexo cafeeiro trazia uma coerência para a região não só pelo produto econômico, mas pelas dinâmicas externalizadas, com os processos de transformação, a região apresenta, no seu conjunto, realidades bastante diferenciadas. Por isso, torna-se fundamental acompanhar a dinâmica demográfica, bem como a estrutura fundiária regional como parte das tarefas de promover uma leitura atual da região, sem desconsiderar seus aspectos históricos.

Quanto à densa rede urbana, com pequenas cidades/localidades, também houve expressiva mudança. Pode-se dizer que houve uma concentração de papéis em centros regionais, como também de população, ao passo que localidades e cidades menores na rede urbana, significativas historicamente, foram atingidas em seus papéis como localidades centrais.

3 A COMPOSIÇÃO ATUAL DA REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE MARINGÁ – DADOS DEMOGRÁFICOS E DE ESTRUTURA FUNDIÁRIA

As tabelas de dados que contemplam todos os municípios ficam muito extensas, pois são 115 municípios. Por isso, extraímos delas alguns dados que consideramos expressivos para compreender a realidade contemporânea da região, considerando tendências e desafios baseados nas transformações que têm vivenciado.

Como assinalamos antes, os dados quanto à população total dos municípios, mostram ainda forte declínio demográfico. Procuramos apresentar na Tabela 3 quantos municípios apresentam essa tendência para cada Região Imediata. Alguns municípios tinham uma perda muito pequena, enquanto que, em outros, as taxas eram mais altas.

Tabela 3 - RGInt Maringá: número de municípios com perda de população total, 2000-2010.

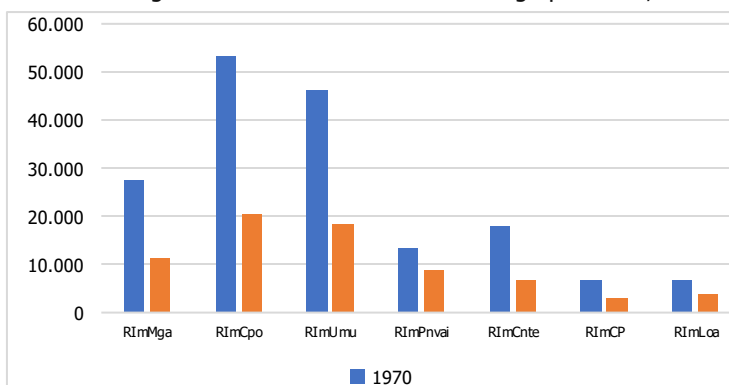
Região Imediata	Nº de mun.	Mun. c/perda pop. total
RimMga	23	4
RimCpo	24	21
RimUmu	22	13
RimPnvai	17	6
RimCnte	11	2
RimCP	11	4
RimLoa	7	4
Total	115	54

Fonte: IBGE, 2000 e 2010.

O novo censo demográfico nos permitirá atualizar os dados. A situação mais grave é certamente a da Região Imediata de Campo Mourão, seguida da de Umuarama. Na primeira, o número de municípios com essa condição é próximo ao número total. Apenas três municípios não apresentam decréscimo de população. Trata-se, sem dúvida, de especialidades de esvaziamento, inviabilizados como espaço social. Economicamente consiste em área com destaques, como o fato de ter grandes cooperativas agropecuárias em nível nacional.

Dados referentes à estrutura fundiária também são relevantes para entender a região. Como, igualmente, se trata de tabela extensa por municípios e várias décadas, sintetizamos, na Figura 2, o número de estabelecimentos agropecuários desde a década de 1970 até 2006. A década de 1970 pode ser considerada como o marco de consolidação na ocupação efetiva dos diversos municípios na região, sendo também o ano em que os números relativos aos estabelecimentos agropecuários atingiram o seu auge.

Figura 2 - RGIntMga. Número de estabelecimentos agropecuários, 1970-2006.



Fonte: IBGE, 1970-2006.

A figura apresentada revela que em todas as Regiões Imediatas há uma nítida redução do número de estabelecimentos. É certo que os estabelecimentos mais numerosos e que foram reduzidos foram os pequenos, seguidos dos médios. Portanto, essa é uma forma sintética de mostrar a concentração fundiária ocorrida na região. Ao todo, somando todas essas áreas que compõem no total a Região Intermediária de Maringá, são cem mil estabelecimentos agropecuários a menos no período analisado. Alguns dados absolutos e relativos neste sentido podem ser visualizados na Tabela 4:

Tabela 4 - RGInt Maringá. Redução estabelecimentos agropecuários, 1970-2006.

Região	Redução est. agropecuários	%
RImMga	16.321	59,23
RImCpo	32.532	61,14
RImUmu	27.935	60,36
RImPnvai	4.822	35,54
RImCnte	11.339	62,62
RImCP	3.731	55,03
RImLo	2.913	42,60
Total	99.593	57,79

Fonte: IBGE, 1970 e 2006.

Na média regional foram quase 60% de estabelecimentos a menos. As Regiões Imediatas de Cianorte, Campo Mourão, e Umuarama, são aquelas em que esse processo foi mais intenso. A de Paranaíba foi a menos atingida. Deve-se ter em consideração que nesta já havia uma maior concentração de terras. De qualquer modo, consiste em uma forma de mensurar as transformações ocorridas na região, especialmente quando mencionamos a inviabilização da reprodução da vida nos diversos municípios da mesma. Mais do que uma substituição de cultivos, as transformações ocorridas estão relacionadas à inviabilização da pequena produção, que era como o café era produzido em grande parte na região.

4 MUNICÍPIOS, CIDADES E LOCALIDADES DA REGIÃO NOS ESTUDOS CLASSIFICATÓRIOS EM ESCALA NACIONAL

Neste item, apresentamos as classificações das cidades da região em dois estudos de abrangência nacional: o Regic - Região Influência de Cidades, e a Tipologia das Cidades Brasileiras, estudos abrangentes, mas que nos ajudam a sinalizar para a diversidade urbana regional.

4.1 OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE MARINGÁ SEGUNDO O REGIC-2018

Os estudos voltados para a compreensão das funções dos centros urbanos e suas áreas de influências são realizados periodicamente pelo IBGE desde a década de 1960. A partir do final da década de 1970, as suas pesquisas foram intituladas como Regiões de Influência das Cidades e ocorreram em 1978, 1993, 2007 e 2018 (MOURA; NAGAMINE; FERREIRA, 2021).

De acordo com o Regic de 2018 (IBGE, 2020), considerando as relações estabelecidas entre os centros, os mesmos podem ser classificados como: 1) Metrôpoles (grande metrôpole nacional, metrôpoles nacionais e metrôpoles regionais; 2) Capitais regionais (A, B e C); 3) Centros sub-regionais (A e B); 4) Centros de zona (A e B); e 5) Centros locais.

Maringá, o município com maior população na região, é classificado como Capital Regional B¹⁷. Além dele, outros nove municípios também estão nesta categoria, todos na Região Imediata de Maringá. Contudo, a classificação dessas nove localidades deve-se por serem integrantes do Arranjo Populacional de Maringá, e não por centralidade própria. Isso se confirma ao perceber que se encaixam, nessa classificação, municípios de pequeno porte demográfico como Iguaraçu e Ourizona que, no censo de 2010, registravam, respectivamente, 3.982 e 3.380 moradores.

Além desses municípios, a Região Imediata de Maringá é composta, segundo o Regic de 2018 (IBGE, 2020), por um Centro de Zona A¹⁸, Nova Esperança, que, em 2010, tinha 26.615 moradores. Cada um dos demais municípios da referida região é classificado como

¹⁷ "Capitais Regionais: São os centros urbanos com alta concentração de atividades de gestão, mas com alcance menor em termos de região de influência em comparação com as Metrôpoles [...] Ao todo, 97 cidades foram classificadas como Capitais Regionais em todo o país, com três subdivisões: a) Capital Regional A [...]; b) Capital Regional B - reúne 24 cidades, geralmente centralidades de referência no interior dos Estados [...]. Caracterizam-se por possuírem, em média, 530 mil habitantes [...]; e c) Capital Regional C - possui 64 cidades." (IBGE, 2020, p. 11).

¹⁸ Centros de Zona A: "As cidades classificadas no quarto nível da hierarquia urbana caracterizam-se por menores níveis de atividades de gestão, polarizando um número inferior de cidades vizinhas em virtude da atração direta da população por comércio e serviços baseada nas relações de proximidade [...] Formado por 147 cidades com cerca de 40 mil pessoas." (IBGE, 2020, p. 13).

Centro Local¹⁹, sendo o maior deles, Mandaguari com 32.658 moradores, e o menor, Uniflor, com 2.466 habitantes.

Considerando toda a Região Intermediária, cinco municípios são classificados como Centros Sub-regionais A²⁰, sendo o maior deles Umuarama, o único que, em 2010, superava 100 mil habitantes. Maria Helena, com 5.956 habitantes no Censo de 2010, também recebe essa classificação por compor o Arranjo Populacional de Umuarama. Além desses dois municípios, todos os demais integrantes da Região Imediata de Umuarama são classificados como Centros Locais, tanto Esperança Nova com 1.970 moradores, quanto Altônia com 20.516 habitantes.

Cenário semelhante ocorre na Região Imediata de Cianorte, na qual este é o único município classificado como Centro Sub-regional A. Todos os demais municípios são classificados no Regic (IBGE, 2020) como Centro Locais, desde Terra Boa, com 15.776 habitantes, até Guaporema, com 2.219 moradores.

As regiões imediatas de Campo Mourão e de Paranavaí têm seus municípios sede classificados como Centros Sub-regionais A. Como nas demais regiões imediatas, grande parte dos municípios são classificados como centros locais, contudo a Região Imediata de Paranavaí conta ainda com um município classificado Centro de Zona B, Nova Londrina, com 13.067 habitantes. A Região Imediata de Campo Mourão, por sua vez, tem quatro municípios nessa categoria; o menor, Barbosa Ferraz, tem 12.656 habitantes, e o maior, Goioerê, tinha, em 2010, 29.018 habitantes.

Dois regiões imediatas se diferenciam do apresentado até o momento e se assemelham por terem suas cidades principais com classificação de centralidade inferior. Loanda, classificada como Centro

¹⁹ "Centros Locais: o último nível hierárquico define-se pelas cidades que exercem influência restrita aos seus próprios limites territoriais, podendo atrair alguma população moradora de outras cidades para temas específicos, mas não sendo destino principal de nenhuma outra cidade. Simultaneamente, os Centros Locais apresentam fraca centralidade em suas atividades empresariais e de gestão pública, geralmente tendo outros centros urbanos de maior hierarquia como referência para atividades cotidianas de compras e serviços de sua população, bem como acesso a atividades do poder público e dinâmica empresarial. São a maioria das cidades do país, totalizando 4.037 centros urbanos – o equivalente a 82,4% das unidades urbanas analisadas na presente pesquisa. (IBGE, 2020, p. 13).

²⁰ Centros Sub-regionais: "Neste terceiro nível hierárquico, as [...] Cidades possuem atividades de gestão menos complexas (todas são nível 3 na classificação de gestão do território), com áreas de influência de menor extensão que as das Capitais Regionais. São também Cidades de menor porte populacional, com média nacional de 85 mil habitantes [...].

de Zona²¹ A, tem também em sua região o município de Santa Isabel do Ivaí, classificado como Centro de Zona B, mas todos os demais municípios estão na categoria Centro Local.

Na Região Imediata de Colorado, Paranacity, Colorado e Nossa Senhora das Graças são as cidades com maior centralidade e estão classificadas como Centros de Zona B.

Diante do exposto, foi possível identificar que, na Região Intermediária de Maringá, a Região Imediata de Maringá é a única que tem uma Capital Regional, além de outros nove que recebem a mesma classificação por fazerem parte do arranjo populacional de Maringá. Cinco localidades são Centros Sub-regionais A. Como Centros de Zona A, estão classificados dois municípios, e outros oito municípios são considerados Centros de Zona B. A maior parte dos municípios (88) são centros locais. Dois municípios da Região Imediata de Paranavaí não foram classificados pelo Regic (2018): Marilena e Nova Aliança do Ivaí, que têm, respectivamente, 6.858 e 1.431 habitantes.

4.2 A REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE MARINGÁ NA PERSPECTIVA DA METODOLOGIA DAS "TIPOLOGIAS DAS CIDADES BRASILEIRAS"

A Região Intermediária de Maringá, quando analisada por meio da metodologia da "Tipologia das Cidades Brasileiras" de Bitoun e Miranda (2009) ganha outras perspectivas e reflexões somadas ao Regic (IBGE, 2020). Bitoun e Miranda (2009) buscaram identificar os espaços efetivamente "metropolitanos" no Brasil. Para essa empreitada, os pesquisadores levantaram os agrupamentos de centros urbanos, dos mais ricos aos mais pobres, no intuito de compreender as parcelas do território que poderiam contribuir com o dinamismo brasileiro. Nesse contexto, inspirados em metodologias anteriores, Bitoun e Miranda (2009) associaram a abordagem do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) de 2003, a visão da rede urbana brasileira e sua malha político-administrativa concebida em outros estudos, do ano de 2000.

A metodologia construída para o desenvolvimento do estudo, portanto, partiu de uma abordagem pelo território (utilizando os quatro Tipos Microrregionais do PNDR²²) e de uma abordagem pela rede de cidades (utilizando metodologias do Instituto de Pesquisa Econômica

²¹ "Centros de Zona: As Cidades classificadas no quarto nível da hierarquia urbana caracterizam-se por menores níveis de atividades de gestão, polarizando um número inferior de Cidades vizinhas em virtude da atração direta da população por comércio e serviços baseada nas relações de proximidade." (IBGE, 2020, p. 13).

²² Os quatro Tipos Microrregionais do PNDR foram construídos a partir do estoque de riqueza definidos pela soma do PIB municipal do IPEA entre 1990 e 1998 e o rendimento domiciliar médio do Censo de 2000 do IBGE.

Aplicada/Ipea; do IBGE; do Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional/Nesur; e do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional/Cedeplar). Nesse sentido, a "Tipologia das Cidades Brasileiras" observa a realidade por meio de complexas variáveis, e estabelece 19 tipos de cidades. Em cada um deles foram definidas classificações de A a D, conforme o cruzamento de outras variáveis no estudo. As pequenas cidades com até 20 mil habitantes foram classificadas entre os tipos 14 e 19, conforme sua inserção nos Tipos Microrregionais do PNDR.

Quando olhamos para as pequenas cidades da Região Intermediária de Maringá, observamos que estão concentradas nela, principalmente, os tipos 16 e 18. Conforme o estudo de Bitoun e Miranda (2009), o Tipo 16 é classificado como "pequenas cidades com relevantes atividades urbanas em espaços rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente", e o Tipo 18 como "pequenas cidades com relevantes atividades urbanas em espaços rurais de pouca densidade econômica", que, conforme Bitoun e Miranda (2009), apontam para o descolamento do dinamismo econômico urbano em relação ao do meio rural.

Observando, então, a Região Intermediária de Maringá pelas lentes do estudo das "Tipologias das Cidades Brasileiras", identificamos que no Tipo Microrregional 1, de municípios com mais de 100 mil habitantes, Maringá está na Classe B. Municípios dentro do Tipo Microrregional 1 são caracterizados "por um alto estoque de riqueza acumulada" (BITOUN; MIRANDA, 2009, p. 21) e, dentro da classe B, apresentam algum acúmulo de riqueza com níveis maiores de desigualdade que a Classe A.

Além de Maringá, podemos observar que no Tipo Microrregional 1 também estão Marialva, Sarandi e Paiçandu na categoria de municípios de 20 a 100 mil habitantes. Os municípios dentro desse porte demográfico apresentam maior estoque de riqueza. O único município que está nas Classes A e B é Marialva, o que significa que "[...] Há nesses municípios, o convívio entre situações diferenciadas entre relativa riqueza e pobreza" (BITOUN; MIRANDA, 2009, p. 41). Enquanto isso, os demais municípios estão nas classes C e D, o que significa que eles apresentam populações relativamente homogêneas sem padrões elevados de riqueza e há contrastes sociais mais acentuados que na Classe B.

No Tipo Microrregional 2 foram identificados 46 municípios da Região Intermediária com até 20 mil habitantes. Nesse Tipo Microrregional, os municípios possuem crescimento do PIB e uma transformação no relativo atraso, porém apresentam desigualdade e

déficit habitacional. Desses 46 municípios, 44 deles estão nas classes A e B. Na Classe A, apresentam geração de riqueza com forte desigualdade, e, na Classe B, apresentam menor crescimento que na classe anterior e uma sociedade mais homogênea. Dois municípios (Porto Rico e Mariluz) estão nas classes C e D. Na Classe C apresentam manutenção no quadro socioeconômico dominado por uma desigualdade de caráter tradicional e, na Classe D, apresentam movimentos migratórios e uma pressão que exercem sobre as precárias condições habitacionais preexistentes (BITOUN; MIRANDA, 2009).

No Tipo Microrregional 3 estão a maioria dos municípios da Região Intermediária. No total são 59 municípios que se caracterizam por “[...] um médio estoque de riqueza acumulada e por uma variação positiva de intensidade média ou baixa do PIB” (BITOUN; MIRANDA, 2009, p. 21). Do total desses municípios, sete são classificados entre A e B, com porte demográfico de 20 a 100 mil habitantes (Campo Mourão, Goioerê, Cianorte, Colorado, Astorga, Nova Esperança e Ubitatã), o que significa que apresentam condições de precariedade e intensidade da desigualdade de renda. Os demais 52 municípios são classificados entre A a D. Para esses, a classificação A refere-se a municípios inseridos no contexto de crescimento brasileiro associado à desigualdade. Aqueles classificados como B apresentam maior homogeneidade que nos municípios da classe anterior. Com relação a classe C significa que possuem baixo padrão socioeconômico com desigualdade e, na classificação D apresentam uma sociedade relativamente homogênea em baixo padrão socioeconômico (BITOUN; MIRANDA, 2009).

Não existem municípios enquadrados no Tipo Microrregional 4 na Região Intermediária de Maringá e não foram classificados Paranaíba, Alto Paraíso, Cruzeiro do Oeste e Umuarama.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto representou um esforço em resumir parte do que temos estudado na região abordada, ao mesmo tempo em que adaptamos alguns dados iniciais para um novo recorte regional, que é a Região Intermediária de Maringá. Trata-se de uma região com um número significativo de municípios, com peculiaridades decorrentes da sua formação socioespacial e dinâmicas mais recentes. Os estudos classificatórios assinalados nos auxiliam a compreendê-la em um contexto comparativo mais amplo. Sinalizamos, contudo, a necessidade de incluir, na pesquisa a ser desenvolvida, indicadores sociais para avançarmos na compreensão das diversas localidades/cidades/municípios quanto aos seus significados nas dimensões humanas e sociais.

6 REFERÊNCIAS

- BECKER B.; EGLER, C. **Brasil – uma nova potência regional na economia mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, 3. ed., 272 p.
- BITOUN, Jan; MIRANDA, Lívia. (org.). **Tipologia das Cidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009.
- DELFIN NETTO, A. **O problema do café no Brasil**. São Paulo: IPE/USP, 1981, 359 p. (Ensaio econômico, 16).
- ENDLICH, Angela Maria. Pequenas localidades: desafios socioespaciais e pauta de estudos. *In*: MARCATTO, Francieli Sant'ana *et al.* **Construindo o saber geográfico – 20 anos do PGE UEM**. Maringá: PGE, 2019, p. 61-82.
- ENDLICH, Angela Maria. Formação socioespacial da região Noroeste do Paraná e as pequenas cidades. *In*: **Boletim de Geografia**, v. 25, n. 1, 2007, p. 37-58.
- FERREIRA, J. P. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**, v. 31, Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, 1959, 532 p.
- GARCIA MÁRQUEZ, Gabriel. **Crônica de uma morte anunciada**. São Paulo, Record, 2019.
- GEADA NEGRA. Direção Adriano Justino. Curitiba-Paraná – Kosmos Noetos. Distribuidora Moro Filmes. 2008. 1 filme (52 min.), color.
- GONÇALVES, J. H. R. Quando a imagem publicitária vira evidência factual: versões e reversões do norte (novo) do Paraná: 1930/1970. *In*: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R. (org.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999, p. 87-121.
- IBGE. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017**. Rio de Janeiro, IBGE, 2017, 83 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em: 26 maio 2022.
- IBGE. **Regiões de influência das cidades - 2018**; Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia, 2020, 192 p.
- IBGE. **Censo Agropecuário – Paraná**, VIII Recenseamento Geral – 1970, v. 3, tomo 19, Rio de Janeiro: IBGE, 1975, p. 164-187.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, 2007.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro, 2019.
- IBGE. **Sinopse preliminar do Censo Demográfico do Paraná**, v. 1, t. 19. VIII Recenseamento Geral 1970, Rio de Janeiro: IBGE, 1971, p. 137 e 141.

IBGE. **Censo Demográfico** – Paraná, v. 1, t. 3, n. 18. IX Recenseamento Geral do Brasil, 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1982, p. 2-39.

IBGE. **Censo Demográfico** – Paraná 1991, n. 22. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

IBGE. **Sinopse preliminar do Censo Demográfico 2000** – Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, 2001, 20 p.

IBGE. **Censo Demográfico, 2010**. Rio de Janeiro, 2011.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984, 392 p. (Teoria e Realidade).

MORO, D. A. **Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural, no norte do Paraná**. 1991. 353 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 1991.

MOURA, R.; NAGAMINE, L.; FERREIRA, G.; Regic: trajetória, variações e hierarquia urbana em 2018. *In: Texto para Discussão*, n. 2666, IPEA, 2021.

AS PEQUENAS CIDADES DA REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA DE LONDRINA, NO NORTE DO ESTADO DO PARANÁ

Pedro Henrique Carnevalli Fernandes

RESUMO

É preciso avançar nas discussões acerca das pequenas cidades a partir do recorte espacial das Regiões Geográficas Intermediárias e das Regiões Geográficas Imediatas (IBGE, 2017). Por isso, o objetivo principal deste texto é caracterizar a Região Geográfica Intermediária de Londrina, no Norte do Estado do Paraná, a partir das pequenas cidades. Os procedimentos metodológicos utilizados foram: levantamento bibliográfico sobre o tema das pequenas cidades; levantamento de dados demográficos dos municípios da região; levantamento da área de influência e dos papéis desempenhados na rede urbana das cidades da região; e, por fim, elaboração de produções cartográficas e da redação final. Como resultados, a Região Geográfica Intermediária de Londrina possui 94 municípios, sendo 85 deles polarizados por pequenas cidades. Quanto à área de influência, Londrina possui ampla área de influência, sendo classificada como Capital Regional B (IBGE, 2020), sobre as pequenas cidades da região. Logo, as preocupações acadêmicas precisam compreender o urbano pelas pequenas cidades de modo a demonstrar a sua vastidão, diversidade e até mesmo seus problemas.

Palavras-chave: Pequenas localidades; Centros locais; Regiões Geográficas Imediatas; Paraná.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, ainda existe na Geografia brasileira uma imensa necessidade em avançar nas discussões acerca das pequenas cidades. Apesar disso, é preciso enaltecer um aspecto positivo: a difusão do interesse científico em demonstrar a realidade urbana de pequenas cidades. A consolidação do Simpósio Nacional Sobre Pequenas Cidades (Sinapeq), e o surgimento da Mikripoli, são exemplos desse aspecto.

O urbano brasileiro não é formado apenas pelas metrópoles e pelas cidades médias, e os estudos acadêmicos não devem contemplar apenas esses recortes. As preocupações acadêmicas precisam compreender o urbano brasileiro em sua totalidade, inserindo as pequenas cidades no debate, de modo a diminuir a dificuldade na conceituação desses espaços, que ocorre, sobretudo, devido à quantidade e à diversidade delas, além da própria proximidade de muitas com o meio rural. Portanto, “não contemplar as pequenas cidades é esquecer uma parte da realidade urbana.” (ENDLICH, 2006, p. 31).

É preciso considerar, também, que as pequenas cidades não estão isoladas na rede urbana brasileira, ou seja, elas compõem as redes geográficas e estão inseridas, articuladas, e conectadas, às dinâmicas urbanas, já que fazem parte do modo de produção capitalista e são influenciadas – de diferentes naturezas e intensidades – pelo fenômeno da globalização, sofrendo as consequências e a perversidade desses processos (FERNANDES, 2019).

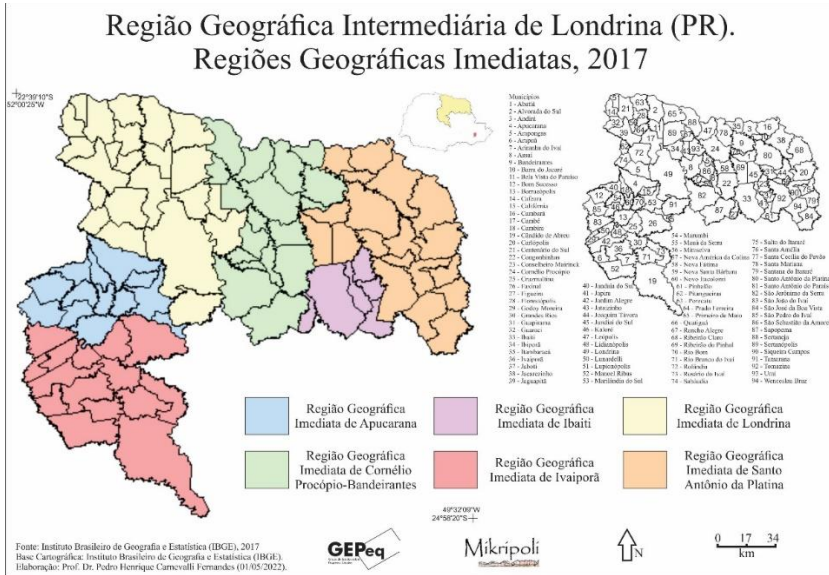
Por isso, o objetivo principal deste texto é caracterizar a Região Geográfica Intermediária de Londrina, no norte do estado do Paraná, a partir das pequenas cidades. Os objetivos específicos são: avançar teoricamente acerca da conceituação de pequenas cidades; apresentar os dados demográficos dos municípios da região; e, por fim, discorrer acerca da área de influência das cidades da região.

A Figura 1 apresenta a localização dos 94 municípios que compõem a Região Geográfica Intermediária de Londrina e, inserida nela, as seis Regiões Geográficas Imediatas, de Londrina (23 municípios), de Santo Antônio da Platina (19 municípios), de Cornélio Procópio-Bandeirantes (18 municípios), de Ivaiporã (15 municípios), de Apucarana (13 municípios), e de Ibaiti (seis municípios).

Os procedimentos metodológicos deste texto foram: levantamento bibliográfico de assuntos pertinentes ao tema; levantamento de dados secundários acerca dos municípios da região, sobretudo quanto ao aspecto demográfico – Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010) e Estimativas da População 2021 (IBGE, 2021); levantamento da área de influência e dos papéis desempenhados na rede urbana por cada pequena cidade da região – Região de Influência das Cidades (Regic) 2018 (IBGE, 2020); e, por fim, elaboração de produções cartográficas, e da redação final.

Os principais autores consultados foram: Santos (1979; 1982), Fresca (1990), Corrêa (1994; 1999), Soares (2003), Bernardelli (2004), Endlich (2006), Pereira (2007), e Melo (2008).

Figura 1 - Região Geográfica Intermediária de Londrina-PR. Localização, Regiões Geográficas Imediatas e Municípios, 2017.



Fonte: Adaptado de IBGE (2017).

O texto está estruturado em três partes, além desta introdução, das considerações finais, e das referências. Na primeira parte, apresenta-se um esforço na conceituação de pequena cidade. Na segunda, o texto discorre sobre a divisão regional do Brasil por meio da Região Geográfica Intermediária, e da Região Geográfica Imediata. Por fim, a terceira parte transita pelas pequenas cidades da Região Geográfica Intermediária de Londrina, a partir do viés demográfico, e da região de influência das cidades.

2 UM ESFORÇO EM CONCEITUAR AS PEQUENAS CIDADES

Nesta parte, com aspecto mais teórico, procurou-se contribuir com a conceituação de pequenas cidades, de modo a avançar na discussão acerca desses espaços no âmbito da ciência geográfica. Evidentemente, a redação se coloca como aprendiz e no intuito de contribuir. No entendimento sobre o conceito de pequenas cidades, Fernandes (2012; 2017; 2019) considera duas abordagens: a quantitativa (os patamares mínimos e máximos de habitantes, de edificações, de empregos, e estabelecimentos do setor secundário, entre outros), e a qualitativa (as relações e influências na rede urbana e a formação socioespacial).

Santos (1981) e Pereira (2007) acreditam que o patamar máximo para uma cidade ser considerada como pequena é contar com uma população de vinte mil habitantes. Bernardelli (2004) considera pequenas cidades aquelas com menos de trinta mil habitantes. Corrêa (1999) pontua que as cidades pequenas são as que possuem até cinquenta mil habitantes. Fernandes (2017; 2019) também considera o patamar de cinquenta mil habitantes para definição de pequenas cidades no Paraná, ainda que com algumas exceções. A classificação do IBGE (2000) define pequena cidade como aquelas que têm até cem mil habitantes.

O patamar demográfico também é utilizado em algumas políticas públicas de repasses financeiros, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Segundo Mendes, Miranda e Cosio (2008, p. 30), ele é uma “transferência redistributiva, paga pela União a todos os municípios do País. [...] trata-se da segunda maior categoria de transferências”. Segundo os autores, ele é partilhado conforme um coeficiente de participação determinado, a partir da quantidade de habitantes de cada município.

No entanto, utilizar apenas os dados demográficos para definir uma cidade como pequena empobrece o conceito (FERNANDES, 2019). Assim,

aceitar um número mínimo [...] para caracterizar diferentes tipos de cidades [...] é incorrer no perigo de uma generalização perigosa. O fenômeno urbano, abordado de um ponto de vista funcional, é antes um fenômeno qualitativo e apresenta certos aspectos morfológicos. (SANTOS, 1982, p. 70).

Então, a perspectiva qualitativa de abordagem do conceito de pequenas cidades é fundamental. Santos (1979) propôs entender as pequenas cidades dentro do contexto urbano, ou seja, consonantes com as cidades regionais e as metrópoles. Logo, uma cidade local corresponde à “aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações.” (SANTOS, 1979, p. 71).

Melo (2008) reconhece a existência de quatro situações para as pequenas cidades: (i) as inseridas em áreas economicamente dinâmicas que conseguem atender às demandas básicas da população; (ii) as que funcionam como reservatório de mão de obra e são marcadas por processos migratórios, sobretudo de pessoas em idade ativa, permanecendo os idosos; (iii) as que se inserem em um contexto socioeconômico mais amplo, como as turísticas, as industriais, com

festividades religiosas, feiras, etc.; e (iv) as localizadas nos entornos metropolitanos.

A caracterização de uma cidade pequena está, portanto, associada à sua inserção na rede urbana, como o estudo de Fresca (1990), na rede urbana do oeste do estado de São Paulo, e o estudo de Soares (2003), que contextualizou as pequenas cidades na rede urbana do cerrado, principalmente no sudeste goiano, na região de Catalão-GO, no Triângulo mineiro/Alto Paranaíba, na região de Uberlândia-MG, e no norte de Minas Gerais, na região de Montes Claros-MG.

Portanto, isso se deve ao fato delas se definirem a partir das relações internas e em função das interações externas estabelecidas com outras cidades, o que vai definir sua posição no espaço regional, ou na rede urbana (CORRÊA, 1994).

Diante do exposto, e considerando ressalvas necessárias, Fernandes (2019) acredita que uma definição que parece ser adequada é a que considera pequenas cidades como aquelas que apresentam área de influência apenas na sua municipalidade ou em uma área imediata ao seu entorno municipal, ou seja, sobre outra(s) pequena(s) cidade(s) que depende(m) dela, como exemplo, a sede da comarca, ou portadora de órgãos públicos.

3 A DIVISÃO REGIONAL DO BRASIL EM REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA E REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA

Em 2017, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou uma nova regionalização do Brasil no estudo "Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias" (IBGE, 2017). Com isso, o órgão federal criou um quadro novo do recorte regional, rompendo com o anterior, denominado de Mesorregiões Geográficas e Microrregiões Geográficas, publicado em 1989.

Conforme o IBGE (2017), a necessidade de atualização ocorreu devido ao expressivo aumento verificado na diferenciação interna do território brasileiro, como resultado das transformações econômicas, demográficas, políticas e ambientais. Então, "a definição de um novo quadro regional está vinculada ao intenso processo de ocupação e ampliação dos espaços produtivos que, aliado ao acelerado movimento de criação de municípios, a partir da Constituição Federal do Brasil de 1988, coloca novos desafios metodológicos à sua construção." (IBGE, 2017, n.p.). Nesse contexto, um duplo processo de mudança (socioeconômico e político-administrativo) alterou a Geografia do Brasil,

gerando diferenças e desigualdades que tornaram mais complexa a leitura do território (IBGE, 2017).

As Regiões Geográficas Imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência, sendo que são estruturadas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, como compras de bens de consumo duráveis e não duráveis, busca de trabalho, procura por serviços de saúde e educação, prestação de serviços públicos, entre outros (IBGE, 2017).

As Regiões Geográficas Intermediárias correspondem a uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas, sendo que para elas o órgão buscou a delimitação a partir da inclusão das Metrôpoles ou Capitais Regionais, embora, em alguns casos, principalmente onde não existiam Metrôpoles ou Capitais Regionais, ele tenha utilizado centros urbanos de menor dimensão, desde que representativos para o conjunto das Regiões Geográficas Imediatas.

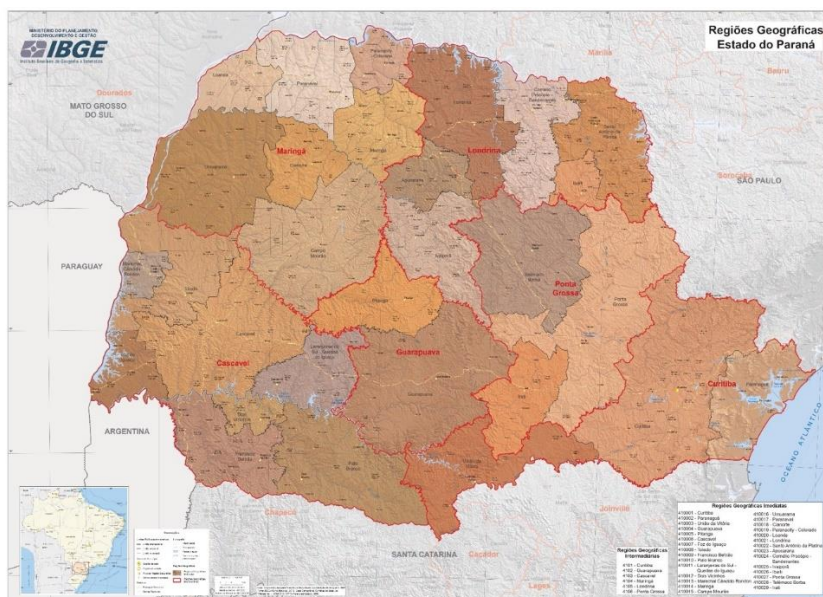
Logo, “as Regiões Geográficas Intermediárias organizam o território, articulando as Regiões Geográficas Imediatas por meio de um polo de hierarquia superior diferenciado a partir dos fluxos de gestão privado e público, e da existência de funções urbanas de maior complexidade.” (IBGE, 2017, n.p.).

No Brasil, o IBGE (2017) delimitou 133 Regiões Geográficas Intermediárias e 509 Regiões Geográficas Imediatas. No Estado do Paraná, são seis Regiões Geográficas Intermediárias (Curitiba, Guarapuava, Cascavel, Maringá, Londrina e Ponta Grossa) e 29 Regiões Geográficas Imediatas (Curitiba, Paranaguá, União da Vitória, Guarapuava, Pitanga, Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo, Francisco Beltrão, Pato Branco, Laranjeiras do Sul-Quedas do Iguaçu, Dois Vizinhos, Marechal Cândido Rondon, Maringá, Campo Mourão, Umuarama, Paranavaí, Cianorte, Paranacy-Colorado, Loanda, Londrina, Santo Antônio da Platina, Apucarana, Cornélio Procópio-Bandeirantes, Ivaiporã, Ibaiti, Ponta Grossa, Telêmaco Borba e Irati) – Figura 2.

4 AS PEQUENAS CIDADES DA REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA DE LONDRINA-PR

A Região Geográfica Intermediária de Londrina é uma região basicamente composta por municípios polarizados por pequenas cidades. No aspecto quantitativo, pelo viés demográfico, a Tabela 1 apresenta a Região Geográfica Intermediária de Londrina por porte demográfico dos municípios, considerando o último censo do IBGE, em 2010.

Figura 2 - Estado do Paraná. Região Geográfica Intermediária e Região Geográfica Imediata, 2017.



Fonte: Adaptado de IBGE (2017).

Tabela 1 - Região Geográfica Intermediária de Londrina-PR. Quantidade e proporção de municípios e de população, por porte demográfico, 2010.

PORTE DEMOGRÁFICO	QUANTIDADE	%	POPULAÇÃO TOTAL	%
ATÉ 5.000 HABITANTES	28	29,8%	99.886	5,4%
5.001 A 10.000 HABITANTES	25	26,6%	175.268	9,5%
10.001 A 25.000 HABITANTES	29	30,9%	407.708	22,2%
25.001 A 50.000 HABITANTES	7	7,4%	269.705	14,7%
MAIS DE 50.001 HABITANTES	5	5,3%	886.365	48,2%
TOTAL	94	100%	1.838.932	100%

Fonte: Adaptado de IBGE (2010).

Os dados revelam que mais da metade dos municípios da região (56%) têm menos de dez mil habitantes. Considerando o patamar de 25 mil habitantes, a quantidade passa para 87% dos municípios. Quanto à proporção de habitantes, por porte demográfico, há um predomínio de população residindo em municípios com mais de cinquenta mil habitantes: 48% dos quase dois milhões de habitantes

da Região Geográfica Intermediária de Londrina. Considerando o patamar de mais de 25 mil habitantes, a quantidade de moradores atingiu 63% da população regional.

É fundamental destacar que Londrina, com mais de meio milhão de habitantes, representa 28% do total da população da região. A Tabela 2 apresenta os municípios com mais de 25 mil habitantes na Região Geográfica Intermediária de Londrina, em 2010. Já a Tabela 3 demonstra os municípios com menos de quatro mil habitantes na Região Geográfica Intermediária de Londrina, em 2010. Apenas três municípios (3%) da região têm mais de cem mil habitantes: Londrina, Apucarana e Arapongas. Cambé deve ultrapassar essa marca no próximo censo demográfico.

Tabela 2 - Região Geográfica Intermediária de Londrina-PR. Municípios com mais de 25 mil habitantes, 2010.

Ranking	Município	População total (2010)
1	Londrina	506.701
2	Apucarana	120.919
3	Arapongas	104.150
4	Cambé	96.733
5	Rolândia	57.862
6	Ibiporã	48.198
7	Cornélio Procopio	46.928
8	Santo Antônio da Platina	42.707
9	Jacarezinho	39.121
10	Bandeirantes	32.184
11	Ivaiporã	31.816
12	Ibaiti	28.751

Fonte: Adaptado de IBGE (2010).

Em contrapartida, 22 municípios (23%) têm menos de quatro mil habitantes na Região Geográfica Intermediária de Londrina, sendo que Miraselva é o menor deles, com 1.862 habitantes – o único da região com menos de dois mil habitantes. Santo Antônio do Paraíso e Ariranha do Ivaí têm menos de 2,5 mil habitantes.

Comparando os resultados do censo demográfico de 2010 com as Estimativas da População de 2021, é possível constatar, ainda que de maneira preliminar – o que será evidenciado apenas com o novo censo demográfico –, o crescimento demográfico e o declínio demográfico nos municípios da Região Geográfica Intermediária de Londrina. Nesse sentido, a Tabela 4 destaca os municípios com as dez maiores taxas de crescimento demográfico e os municípios com as dez maiores taxas de declínio demográfico, entre 2010 e 2021, na Região

Geográfica Intermediária de Londrina, e a Figura 3 apresenta as taxas de crescimento demográfico e de declínio demográfico nos municípios da Região Geográfica Intermediária de Londrina, entre 2010 e 2021.

Tabela 3 - Região Geográfica Intermediária de Londrina-PR.
Municípios com menos de quatro mil habitantes, 2010.

Ranking	Município	População total (2010)
1	Miraselva	1.862
2	Santo Antônio do Paraíso	2.408
3	Airanha do Ivaí	2.453
4	Cafeara	2.695
5	Barra do Jacaré	2.727
6	Pitangueiras	2.814
7	Novo Itacolomi	2.827
8	Cruzmaltina	3.162
9	Rio Bom	3.334
10	Godoy Moreira	3.337
11	Jundiá do Sul	3.433
12	Prado Ferreira	3.434
13	Nova América da Colina	3.478
14	Arapuã	3.561
15	Conselheiro Mairinck	3.636
16	Santa Cecília do Pavão	3.646
17	Santa Amélia	3.803
18	Guapirama	3.891
19	Rio Branco do Ivaí	3.898
20	Nova Santa Bárbara	3.908
21	Rancho Alegre	3.955
22	Lidianópolis	3.973

Fonte: Adaptado de IBGE (2010).

Na Região Geográfica Intermediária de Londrina, 49 municípios (52%) apresentaram crescimento demográfico no período de 2010 e 2021 (juntos, esses municípios ganharam 178.581 habitantes em 11 anos) e 45 municípios (48%) registraram declínio demográfico para o mesmo período (juntos, esses municípios perderam 27.545 habitantes em 11 anos). Considerando que a Região Geográfica Intermediária de Londrina teve um crescimento demográfico de 8,2% (média de crescimento de 0,75% ao ano), apenas 23 municípios (25%) apresentaram taxas melhores que a taxa regional, enquanto os demais registraram taxas piores.

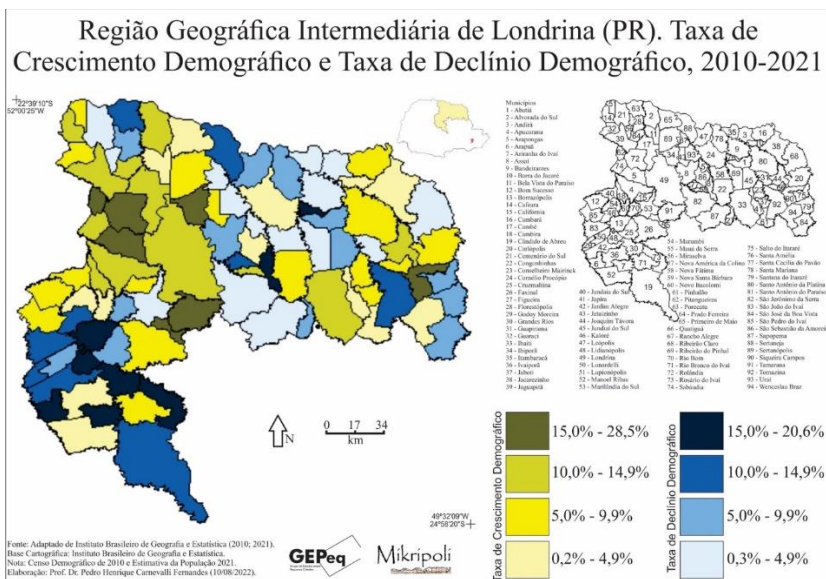
Tabela 4 - Região Geográfica Intermediária de Londrina-PR. Municípios com maiores taxas de crescimento demográfico e de declínio demográfico, 2010-2021.

Rank	Município	População (2010)	População (2021)	2010-2021	Média por ano
1	Mauá da Serra	8.555	10.994	28,5	2,59
2	Tamarana	12.262	15.277	24,6	2,24
3	Arapongas	104.150	126.545	21,5	1,95
4	Rolândia	57.862	68.165	17,8	1,62
5	Pitangueiras	2.814	3.298	17,2	1,56
6	Siqueira Campos	18.454	21.476	16,4	1,49
7	Ibiporã	48.198	55.688	15,5	1,41
8	Londrina	506.701	580.870	14,6	1,33
9	Sabáudia	6.096	6.954	14,1	1,28
10	Apucarana	120.919	137.438	13,7	1,24
85	São João do Ivaí	11.525	9.897	-14,1	-1,28
86	Godoy Moreira	3.337	2.850	-14,6	-1,33
87	Santo Antônio do Paraíso	2.408	2.032	-15,6	-1,42
88	Santa Amélia	3.803	3.208	-15,6	-1,42
89	Arapuã	3.561	2.951	-17,1	-1,56
90	Ariranha do Ivaí	2.453	2.026	-17,4	-1,58
91	Rosário do Ivaí	5.588	4.595	-17,8	-1,62
92	Grandes Rios	6.625	5.379	-18,8	-1,71
93	Borrazópolis	7.878	6.290	-20,2	-1,83
94	Lidianópolis	3.973	3.155	-20,6	-1,87

Fonte: Adaptado de IBGE (2010; 2021).

Em três municípios, a taxa de crescimento demográfico foi superior a 20%. Mauá da Serra apresentou o maior crescimento da Região Geográfica Intermediária de Londrina, com 28,5%, passando de 8,5 mil para quase 11 mil habitantes, entre 2010 e 2021 – crescimento médio de 2,6% ao ano. Tamarana registrou crescimento demográfico de 24,6%, passando de 12 mil para 15 mil habitantes – crescimento médio de 2,2% ao ano. Ambas são pequenas cidades. Arapongas teve crescimento demográfico de 21,5% - crescimento de mais de vinte mil habitantes em 11 anos. É preciso destacar também que outros 16 municípios apresentaram taxa de crescimento superior a 10% para o período de 2010 a 2021. Entre esses municípios, Cafeara é menor em número de habitantes – ele cresceu 10,3%, quase 1%, em média, por ano.

Figura 3 - Região Geográfica Intermediária de Londrina-PR. Taxa de Crescimento Demográfico e Taxa de Declínio Demográfico, 2010-2021.



Fonte: Adaptado de IBGE (2010; 2021).

Em contrapartida, em dois municípios a taxa de declínio demográfico foi superior a 20%. Lidianópolis apresentou o maior declínio da Região Geográfica Intermediária de Londrina, com 20,6%, perdendo 818 habitantes, logo, passando de 3.973 para 3.155 moradores, entre 2010 e 2021 – declínio médio de 1,9% ao ano. Borrazópolis registrou declínio demográfico de 20,2%, perdendo 1.588 habitantes, logo, passando de 7.878 para 6.290 moradores, entre 2010 e 2021 – declínio médio de 1,8% ao ano. Além deles, mais 15 municípios tiveram declínio demográfico superior a 10% para o período de 2010 a 2021, todos polarizados por uma pequena cidade.

Londrina, a maior em número de habitantes, apareceu com a oitava maior taxa de crescimento, com 14,6%, ou seja, crescimento médio de 1,3% ao ano. Já Miraselva, a menor em número de habitantes, registrou um declínio demográfico de 4,1%. É relevante destacar que Bandeirantes foi o único entre os 12 municípios com mais de 25 mil habitantes da região a apresentar declínio demográfico. O município registrou taxa de declínio de 3,5%, ou seja, 0,3% em média por ano.

Já no aspecto qualitativo, as análises ocorrem a partir da área de influência das cidades, por meio do estudo "Regiões de Influência

das Cidades (Regic) 2018". Em 2020, o IBGE atualizou o Regic, cuja versão anterior era de 2007, com o objetivo principal de identificar e analisar a rede urbana brasileira, estabelecendo a hierarquia dos centros urbanos e as regiões de influência das cidades (IBGE, 2020). Os resultados revelaram eixos de integração no território e padrões diferenciados de distribuição de centralidades urbanas, sendo que a rede urbana brasileira foi estruturada em duas dimensões: (i) a hierarquia dos centros urbanos, e (ii) as regiões de influência (IBGE, 2020).

No Regic 2018, as cidades brasileiras foram classificadas, hierarquicamente, a partir das funções de gestão que exercem sobre outras cidades, considerando os papéis de comando em atividades empresariais, de gestão pública e de atratividade para suprir bens e serviços para outras cidades (IBGE, 2020). Então, "o alcance desse comando e atratividade no território corresponde à delimitação de sua área de influência, ou seja, quais Cidades estão subordinadas a cada centralidade classificada." (IBGE, 2020, p. 9).

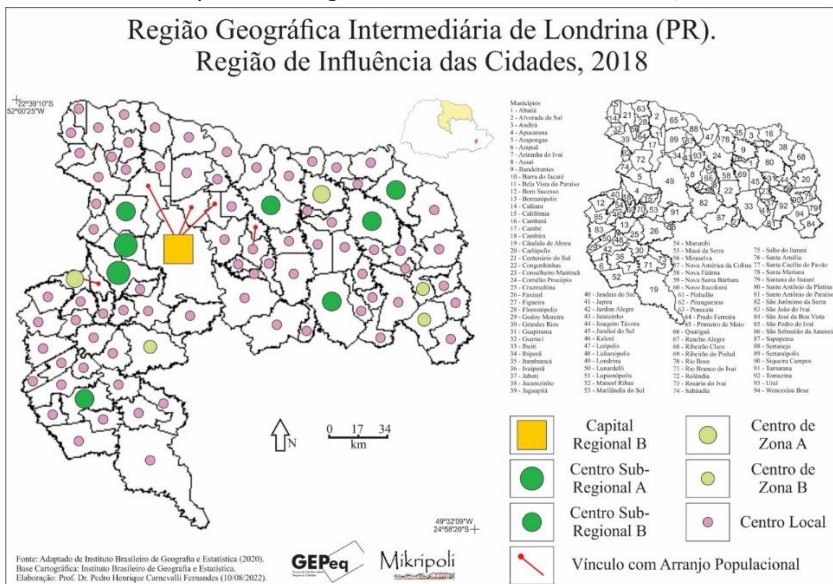
É importante esclarecer que, no Regic 2018, o IBGE tratou a unidade urbana como um "conjunto formado por Municípios e Arranjos Populacionais." (IBGE, 2020, p. 11). Em síntese, considerou como unidade urbana "municípios isolados" ou "arranjos populacionais" – que consistem em agrupamentos de dois ou mais municípios, ou seja, "trata-se de Municípios conurbados ou que possuem forte movimento pendular para estudo e trabalho, com tamanha integração que justifica considerá-los como um único nó da rede urbana." (IBGE, 2020, p. 11).

Assim, os cinco níveis de hierarquia caracterizados pelo IBGE (2020) foram: (i) Metrôpoles: representam os 15 principais centros urbanos, dos quais todas as cidades brasileiras recebem influência direta, seja de uma ou mais metrôpoles simultaneamente; a região de influência dessas centralidades é ampla e contempla todo o território do Brasil, com áreas de sobreposição; (ii) Capitais Regionais: correspondem a 97 centros urbanos com alta concentração de atividades de gestão, mas com alcance menor em termos de região de influência em comparação com as Metrôpoles; (iii) Centros Sub-Regionais: 352 cidades que possuem atividades de gestão menos complexas, com áreas de influência de menor extensão que as das Capitais Regionais; (iv) Centros de Zona: 398 cidades que caracterizam-se por menores níveis de atividades de gestão, polarizando um número inferior de cidades vizinhas em virtude da atração direta da população por comércio e serviços baseada nas relações de proximidade; (v) Centros Locais: 4.037 centros urbanos que exercem influência restrita aos seus próprios limites territoriais, podendo atrair alguma população

moradora de outras cidades para temas específicos, mas não sendo destino principal de nenhuma outra cidade; apresentam fraca centralidade em suas atividades empresariais e de gestão pública, geralmente possuindo outro centro urbano de maior hierarquia como referência para as atividades cotidianas de compras e de serviços, de acesso às atividades do poder público e das dinâmicas empresariais.

A Figura 4 apresenta a classificação hierárquica a partir das regiões de influência das cidades na Região Geográfica Intermediária de Londrina, em 2018. Entre as 94 cidades da região, apenas 14 (15%) apresentam grau de hierarquia que supera a municipalidade; juntas, elas representam quase 60% da população regional. As demais 76 cidades (85%) são classificadas pelo IBGE (2020) como “centros locais”. É fundamental destacar que cinco cidades compõem Arranjos Populacionais: i) Cambé, Ibiporã e Jataizinho fazem parte do Arranjo Populacional de Londrina; ii) Cambira compõe o Arranjo Populacional de Jandaia do Sul; e iii) Nova América da Colina faz parte do Arranjo Populacional de São Sebastião de Amoreira.

Figura 4 - Região Geográfica Intermediária de Londrina-PR. Hierarquia Urbana a partir da Região de Influência das Cidades, 2018.



O Arranjo Populacional de Londrina, classificado como Capital Regional B, tem a maior hierarquia urbana e, por conseguinte, área de influência na região. Apucarana e Arapongas são classificadas como

Centro Sub-Regional A; e Cornélio Procópio, Ibaiti, Ivaiporã, Jacarezinho, Rolândia, e Santo Antônio da Platina são classificadas como Centro Sub-Regional B. Bandeirantes e o Arranjo Populacional de Jandaia do Sul têm hierarquia de Centro de Zona A; e Faxinal, Siqueira Campos, e Wenceslau Braz aparecem como Centro de Zona B. Os demais municípios e o Arranjo Populacional de São Sebastião de Amoreira são classificados como Centros Locais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso avançar nas discussões acerca das pequenas cidades. Por isso, o Simpósio Nacional Sobre Pequenas Cidades (Sinapeq) tem relevância significativa para a Geografia brasileira. O urbano não é formado apenas pelas metrópoles e pelas cidades médias. As pequenas cidades, igualmente, são relevantes. Elas são numerosas, diversas, compõem as redes geográficas, e estão inseridas, articuladas, e conectadas às dinâmicas urbanas.

Soma-se a isso, o novo recorte regional criado pelo IBGE em 2017, o "Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias". Com isso, o órgão federal rompeu com o quadro anterior, denominado de Mesorregiões Geográficas e Microrregiões Geográficas, publicado em 1989. A definição desse novo quadro regional está vinculada ao intenso processo de ocupação e ampliação dos espaços produtivos que, aliado ao acelerado movimento de criação de municípios, colocou novos desafios metodológicos. As Regiões Geográficas Intermediárias, segundo o IBGE (2017), correspondem a uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas. Elas organizam o território, articulando as Regiões Geográficas Imediatas, por meio de um polo de hierarquia superior diferenciado, a partir dos fluxos de gestão privado e público, e da existência de funções urbanas de maior complexidade (IBGE, 2017).

Por isso, este texto caracterizou a Região Geográfica Intermediária de Londrina, no Norte do Paraná, a partir das pequenas cidades. Essa nova regionalização possui 94 municípios e quase 1,9 milhão de habitantes. Portanto, é extremamente relevante na realidade urbana do Paraná e, até, do Brasil.

No aspecto demográfico, a Região Geográfica Intermediária de Londrina é composta predominantemente por pequenas cidades que polarizam mais de 90% dos municípios da região. Mais da metade dos municípios (56%) têm menos de dez mil habitantes.

Quanto ao crescimento demográfico *versus* o declínio demográfico, 49 municípios (52%) apresentaram crescimento e 45 municípios (48%) registraram declínio demográfico no período de 2010 a 2021. Em três municípios, a taxa de crescimento demográfico foi superior a 20% (Mauá da Serra, Tamarana e Arapongas). Em contrapartida, em dois municípios a taxa de declínio demográfico foi superior a 20% (Lidianópolis e Borrazópolis).

A análise qualitativa foi construída a partir da área de influência das cidades, utilizando o Regic 2018. O objetivo principal do Regic 2018 é identificar e analisar a rede urbana brasileira, estabelecendo a hierarquia dos centros urbanos e as regiões de influência das cidades (IBGE, 2020). Os resultados revelaram eixos de integração no território e padrões diferenciados de distribuição de centralidades urbanas (IBGE, 2020).

Dos cinco níveis de hierarquia caracterizados pelo IBGE (2020), Metrôpoles, Capitais Regionais, Centros Sub-Regionais, Centros de Zona e Centros Locais, apenas o de Metrópole não aparece na Região Geográfica Intermediária de Londrina. O Arranjo Populacional de Londrina, classificado como Capital Regional B, tem a maior hierarquia urbana e, por conseguinte, área de influência na região. No entanto, 76 cidades (85% do total) são classificadas como "centro local" e, portanto, são consideradas pequenas cidades. Essas cidades exercem influência restrita aos seus próprios limites territoriais, podendo atrair alguma população moradora de outras cidades para temas específicos, mas não sendo destino principal de nenhuma outra cidade, e apresentam fraca centralidade em suas atividades empresariais e de gestão pública, geralmente possuindo outro centro urbanos de maior hierarquia como referência para as atividades cotidianas.

6 REFERÊNCIAS

BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. **Pequenas cidades na região de Catanduva – SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias**. 2004. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n.], 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**, Rio de Janeiro, Ano IV, n. 06, p. 43-53, jan./jun., 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. Hinterlândias, hierarquias e redes: uma avaliação da produção geográfica brasileira. *In*: CARLOS, Ana Fani

(org.). **Os caminhos da reflexão da cidade e do urbano**. São Paulo: Edusp, p. 323-359, 1994.

ENDLICH, Angela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. 2006. 505 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n.], 2006.

FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. **Sociabilidade e sentimento de insegurança urbana em pequenas cidades: o Norte do Paraná**. 2012. 261 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli Fernandes. **Um espectro ronda as pequenas cidades: o aumento da violência e da insegurança objetiva**. 2017. 525 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2017.

FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades. **Revista Eletrônica Geoaraguaia**. Barra do Garças-MT, v. 8, n. 1, p. 13 - 31. Janeiro/Junho, 2018.

FRESCA, Tânia Maria. **A dinâmica funcional da rede urbana do Oeste Paulista: estudo de casos: Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista**. 1990. 282 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da População 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Região de Influência das Cidades (Regic,) 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

MELO, Nágela Aparecida de. **Pequenas cidades na microrregião geográfica de Catalão (GO): análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas**. 2008. 527 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008.

MENDES, Marcos, MIRANDA; Rogério Boureri; COSIO, Fernando Blanco. Transferências intergovernamentais no Brasil: diagnósticos e

proposta de reforma. *In*: Textos para discussão. **Consultoria Legislativa do Senado Federal**, n. 40, 2008.

PEREIRA, Anete Marília. **Cidade média e região**: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. 2007. 350 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), 2007.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, Milton. **O Espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1979.

SANTOS, Wilson dos. **Cidades locais, contexto regional e urbanização no período técnico-científico**: o exemplo da região de Campinas-SP. 1989. 192 f. Tese (Doutorado em Geografia) – FFLCH, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Cidade e metrópole: notas de um debate. **Dilemas urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, p. 81-86, 2003.

AS CIDADES PEQUENAS NO CONTEXTO DA REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA DE CAMPO GRANDE-MS

*Paulo Fernando Jurado da Silva
Mara Lúcia F. da H. Bernardelli*

RESUMO

Pretende-se, neste trabalho, desenvolver uma análise a respeito da Região Geográfica Intermediária de Campo Grande, que é constituída por 32 municípios, conforme o recorte estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Esta região, por sua vez, é composta por quatro Regiões Geográficas Imediatas: Campo Grande, Três Lagoas, Paranaíba-Chapadão do Sul-Cassilândia, e Coxim. O objetivo principal é analisar a Região Geográfica Intermediária de Campo Grande-MS, especialmente, levando-se em consideração o recorte populacional e a rede urbana, com base nos dados do último Censo Demográfico de 2010 e da Regiões de Influência das Cidades (Regic), elaborado pelo IBGE (2018). Para tanto, os procedimentos metodológicos adotados consistem em: levantamento e revisão bibliográfica sobre o assunto, compilação e tabulação de dados secundários institucionais, entre outros. O intuito do artigo é apresentar os atributos, papéis e atividades econômicas predominantes, avaliando as dinâmicas urbanas e regionais presentes no estado do Mato Grosso do Sul. Torna-se importante destacar que se trata de uma discussão introdutória, a ser ampliada com o desenvolvimento das pesquisas.

Palavras-chave: Cidades Pequenas; Rede Urbana; Região Geográfica Intermediária de Campo Grande – MS.

1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista a enorme complexidade acerca das pequenas cidades, sua abordagem na academia ainda é considerada reduzida, diante do volume de trabalhos publicados em outras temáticas. Segundo o Censo de 2010, os municípios de até 50 mil habitantes correspondiam a 91% do total, justificando a necessidade de melhor compreender esta realidade. Outrossim, os aspectos que conformam essa dimensão na rede urbana são diversos, o que requer a análise a partir de múltiplas perspectivas, em termos econômicos, políticos, sociais, culturais e ambientais.

Neste sentido, a magnitude dos problemas a serem estudados é ampla, sendo observados, nesses pequenos centros, problemas que também são encontrados em cidades médias e metrópoles, a exemplo da questão habitacional, trabalho e renda, oferta de serviços e comércio aos residentes, precariedade e/ou inexistência de equipamentos, serviços públicos e infraestrutura urbana, que possam atender minimamente às necessidades da população, conforme destacado por Santos (1979) e Bernardelli (2004).

No caso do presente estudo, é importante ressaltar que ele integra o projeto: "Cidades pequenas, dinâmicas socioespaciais e desenvolvimento regional no Brasil", financiado pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), e desenvolvido por meio da Rede de Pesquisa de Pesquisadores de Pequenas Cidades – Mikripoli). Tal iniciativa reúne diferentes pesquisadores brasileiros, analisando distintos recortes espaciais de todas as grandes regiões do país (Norte, Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste).

O objetivo principal é analisar a Região Geográfica Intermediária de Campo Grande-MS, constituída por 32 municípios, especialmente na dimensão urbana, levando-se em consideração o recorte populacional e a rede urbana, com base nos dados do último Censo Demográfico de 2010 e nos das Regiões de Influência das Cidades (Regic), elaborado pelo IBGE (2018). Esta região, por sua vez, é composta por quatro Regiões Geográficas Imediatas: Campo Grande, Três Lagoas, Paranaíba-Chapadão do Sul-Cassilândia, e Coxim (conforme o mapa da Figura 1), sendo uma das maiores regiões analisadas pela Rede Mikripoli, no que tange à extensão territorial, embora, o tamanho e o número de cidades sejam pequenos, se comparados a recortes semelhantes, em outras regiões mais populosas como o sudeste e o sul do país, por exemplo.

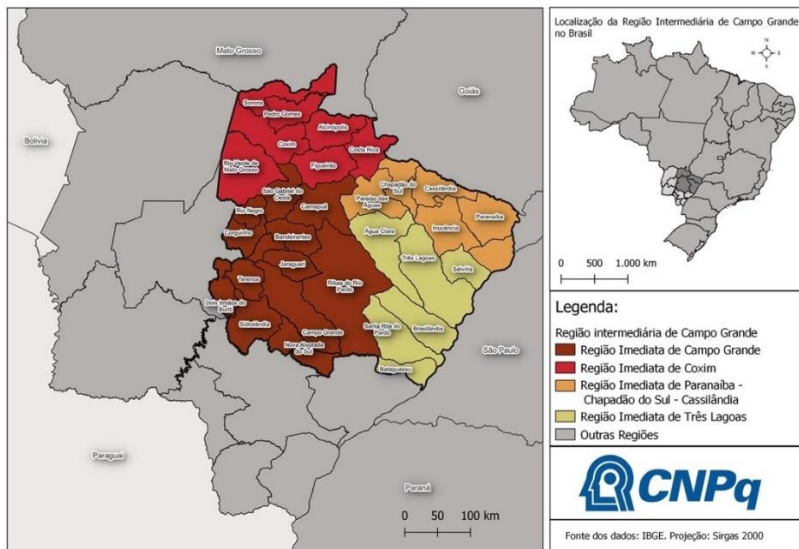
No caso particular da Região Geográfica Intermediária de Campo Grande, verifica-se que há uma grande cidade com função polarizadora, que é a capital, uma com influência espacial importante no seu raio imediato, que é Três Lagoas. As demais cidades que compõem esta região dizem respeito a um contexto de influência espacial na sua hinterlândia imediata.

Metodologicamente, a pesquisa consistiu no levantamento e revisão de obras relacionadas ao assunto das cidades pequenas, levantamento de dados secundários institucionais, a exemplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mapeamento e análise teórica dos dados obtidos.

O trabalho está organizado, por sua vez, nesta introdução que apresenta o tema proposto, bem como em dois itens que tratam,

respectivamente, da discussão teórica das cidades pequenas, e da análise regional do recorte espacial em questão.

Figura 1 - Região Geográfica Intermediária de Campo Grande – MS.



Fonte: Adaptado de IBGE, 2022. Org.: Autores, 2022, editado por Lins da Costa, 2022.

2 AS CIDADES PEQUENAS NO CONTEXTO GEOGRÁFICO

Na literatura, essas cidades também são conhecidas como “cidades locais” (SANTOS, 1979), sendo considerados espaços que devem atender, sobretudo, àquelas demandas mais prementes dos moradores. Assim, geralmente, a centralidade que exercem na rede urbana é restrita à sua municipalidade ou, no máximo, ao seu pequeno entorno de relações.

As interações socioespaciais produzidas são residuais, mas isso não significa afirmar que essas não possam estabelecer relações com outras escalas da rede urbana, especialmente quando levamos em consideração os processos de globalização e internacionalização da economia, a que se referiram Corrêa (1999) e Jurado da Silva (2011).

Com isso, avalia-se que os processos de urbanização e as interações espaciais no território brasileiro, que provêm das cidades pequenas, são importantes para o desenvolvimento regional, estando especialmente ligadas às dinâmicas econômicas do campo. Portanto,

conhecer os atributos, papéis, atividades econômicas predominantes, e avaliar suas dinâmicas urbanas e regionais torna-se especialmente importante, quando se considera um estado como o Mato Grosso do Sul.

Santos (1993, p. 61), nesse cenário, destacou que a urbanização da Região Centro-Oeste:

[...] era praticamente virgem, não possuindo infraestrutura [sic] de monta, nem outros investimentos fixos vindos do passado e que pudessem dificultar a implantação de inovações. [...] Desse modo, aí o novo vai dar-se com maior velocidade e rentabilidade. E é por isso que o Centro-Oeste conhece uma taxa extremamente alta de urbanização [...]

Diante das questões assinaladas, os desafios na análise de tal realidade são grandes, ainda mais se consideradas as contradições decorrentes do processo de modernização do campo, e que tem repercussões diretas nas cidades pequenas, e na urbanização do Mato Grosso do Sul.

As interpretações existentes sobre as cidades pequenas são variadas, tendo em vista as especificidades de seus processos de origem, temporalidade, e elementos constituintes. Na discussão desse tema no Brasil, as contribuições de Santos (1979; 1993) e Corrêa (1999; 2004, 2011) apresentam esforço teórico representativo, buscando dar inteligibilidade aos processos e fenômenos, sendo que o primeiro introduziu a expressão "cidades locais", para se referir às cidades pequenas, ressaltando, ainda, o conceito de formação socioespacial, enquanto o segundo enfatizou as relações dessas na rede de cidades (BERNARDELLI, 2004, p. 233).

As reflexões sobre o urbano e o rural no Brasil vêm sendo objeto de análise na Geografia e em outras áreas do conhecimento. São relevantes os trabalhos de Carlos (2003, 2007), Bernardelli (2004; 2006), Sposito (2006), Endlich (2006), Sobarzo (2006), Jurado da Silva (2011), Jurado da Silva e Bernardelli (2019), entre outros. Existe diversidade de olhares entre os estudiosos que tratam da temática, incluindo-se a crítica de que, no Brasil, a sede dos municípios e os distritos sejam reconhecidos como urbanos, independentemente de seu tamanho ou das atividades principais a que se dedicam seus habitantes, como determina o Decreto-Lei 311, de 1938 (VEIGA, 2002).

Outros autores, porém, a exemplo de Carlos (2007), que adota a proposição de produção do espaço de Henri Lefebvre, entende o urbano e o rural para além dos limitados dados estatísticos dos órgãos

oficiais, cujos conteúdos exigem uma análise mais ampla, que considere a intensa articulação de escalas ensejada no período atual.

O que caracteriza o que é ou não urbano, ainda que se possa fazer menção ao patamar numérico dos núcleos, são as relações que estimula e o modo como se estabelecem as articulações desde as locais às mundiais. Não se trata de interpretar tais realidades como dicotômicas, conforme ressaltam Bernardelli (2006), Sobarzo (2006), Carlos (2007), mas de analisar as dinâmicas e processos dos quais participam, evidenciando as diferenças e desigualdades existentes no contexto de uma sociedade de classes e do modo de produção capitalista.

Na análise da relação cidade-campo, conforme destaca Sposito (2006), mais do que pensar nas distinções existentes, é preciso considerar “[...] a compreensão das relações e complementaridade que se estabelecem entre esses dois espaços.” (p. 112). Portanto, desde a constituição das primeiras cidades na Antiguidade, elementos como a concentração demográfica, a diferenciação social e a unidade espacial, são centrais para as considerações a serem desenvolvidas sobre tais espaços.

No período contemporâneo, observa-se maior fragmentação socioespacial principalmente em cidades grandes e médias, mas, isso vem, também, sendo observado em cidades pequenas, tornando mais difícil a percepção dos limites que separam os espaços urbanos e rurais (BERNARDELLI, 2004). A difusão do automóvel, o barateamento dos transportes e o meio técnico-científico-informacional, permitem a superação das distâncias e a maior conectividade entre pessoas e lugares. Entretanto, isso não significa que o espaço tenha perdido sua função, enquanto categoria de análise, embora tenha passado por um processo de resignificação, assim como a ideia de tempo, que é indissociável a esta. Além disso, é necessário frisar que ainda prevalecem barreiras/constrangimentos no processo de circulação, o que inclui, por conseguinte, considerar as diferenças sociais e espaciais no acesso aos distintos lugares.

Nesta perspectiva, o estudo proposto tem como propósito compreender as singularidades presentes na Região Geográfica Intermediária de Campo Grande, avaliando as especificidades que caracterizam seu desenvolvimento econômico, o que pode auxiliar em novas proposições em termos do planejamento e gestão desta área específica do estado de Mato Grosso do Sul.

3 O PROBLEMA DE ESTUDO

Em Mato Grosso do Sul, verifica-se que há uma das menores redes urbanas do Brasil, do ponto de vista do tamanho, e número de cidades existentes: ao todo são 79 sedes de municípios, sendo que mais da metade delas (47) possui população abaixo de 20 mil habitantes, segundo estimativa do IBGE feita no ano de 2016. Ou seja, é um estado da federação em que existe uma forte articulação com o campo (JURADO DA SILVA; BERNARDELLI, 2019).

Nesse sentido, a principal hipótese da pesquisa é a de que as cidades pequenas da região estudada têm apresentado uma inserção diversificada na rede urbana, tendo em vista as interações socioespaciais manifestadas, orientadas pelas diferentes redes de produção econômica, ligadas aos circuitos globais de *commodities*. Isso pressupõe, por outro lado, a compreensão da relação que se estabelece entre cidade e campo, mas também entre o urbano, o rural e o agrícola, bem como as dinâmicas do agronegócio, e suas articulações em múltiplas escalas.

A priori, definimos algumas questões centrais que vêm orientando o trabalho analítico, que se encontra em andamento, a saber:

- Em que medida a produção econômica que se faz no território promove o desenvolvimento local?
- Quais os elementos que caracterizam o desenvolvimento econômico no recorte estabelecido pela pesquisa (Região Geográfica Imediata de Campo Grande)?
- Como as políticas públicas locais e estaduais vêm estimulando o desenvolvimento econômico e socioespacial?

Tais questionamentos não serão respondidos neste momento, considerando que os resultados aqui expostos são parte de um projeto maior, porém nos auxiliam a pensar no objeto de estudo. Considerando a realidade apresentada, a Tabela 1 demonstra os dados demográficos, e extensão territorial dos municípios estudados.

É notório o predomínio de uma rede composta por cidades pequenas, sendo que a maioria apresenta um patamar demográfico inferior a 30 mil habitantes. As exceções são: Campo Grande, Capital Regional A (REGIC, 2018) e maior cidade do estado de Mato Grosso do Sul (916.001 habitantes), Sidrolândia (60.762 habitantes), Três Lagoas (101.791 habitantes), Paranaíba (42.401 habitantes), e Coxim (33.547 habitantes).

Três Lagoas, Centro Sub-regional A (REGIC, 2018) no cenário urbano-regional, é um importante polo industrial, destacando-se a

cadeia produtiva de papel e celulose, mas também de outros segmentos do setor secundário, apresentando um dos maiores Produtos Internos Brutos (PIB) do estado. Esta realidade, por sua vez, tem repercussão direta na conformação dos arranjos territoriais vigentes em sua Região Imediata, levando-se em consideração processos de migração, concentração da estrutura fundiária e valorização da terra (ALMEIDA, 2014), bem como o espraiamento dessa cadeia produtiva em direção a outros municípios de sua hinterlândia.

Sidrolândia, município da Região Imediata de Campo Grande, possui forte produção agropecuária, com destaque para a soja e outros grãos, avicultura, bem como estabelecimentos industriais vinculados a essa produção do campo, incluindo atividade frigorífica correlata, e outras indústrias de transformação. Outro ponto que merece ser destacado é a presença de 25 assentamentos de reforma agrária no município, que constituem 4.246 lotes de terra, que apresentam uma produção diversificada, sendo marcante a presença de diferentes movimentos socioterritoriais, expressão criada por Fernandes (2012).

Coxim, classificado como Centro Sub-regional B (REGIC, 2018), também apresenta dinâmica fortemente vinculada ao campo, especialmente no segmento da pecuária, e indicativo de elevada concentração fundiária. Este traço peculiar de forte concentração fundiária é observado, quase que invariavelmente, nos municípios de Mato Grosso do Sul, o que contribuiu, no passado, para um processo de urbanização concentrado em poucos núcleos, apesar da extensão territorial da rede urbana ser uma das maiores do país em área.

A posição geográfica de Paranaíba, Centro Sub-regional B (REGIC, 2018) e dos municípios de sua região imediata possibilita ligações com os estados de Minas Gerais, São Paulo, e Goiás. Aventa-se a hipótese da ocorrência de múltiplas interações socioespaciais, salientando-se que os fluxos são especialmente unidirecionais, isto é, partem dos municípios sul-mato-grossenses em direção a esses estados da federação.

A este respeito, Le Bourlegat (2000) faz uma consideração importante, ressaltando as articulações das cidades sul-mato-grossenses com o estado de São Paulo:

[...] Essa micro-região [sic] junto aos limites do estado de São Paulo foi sendo incluída na órbita de influência de cidades paulistas de maior porte (São José do Rio Preto, Araçatuba, Andradina), numa continuidade da malha urbana que vinha sendo tecida do polo industrial de São Paulo para o oeste [...] (LE BOURLEGAT, 2000, p. 295).

Tabela 1 - Região Geográfica Intermediária de Campo Grande – MS.

Regiões Geográficas Imediatas	Municípios	População Total (2010)	População Estimativa (2021)	Área (km ²)
Região Geográfica Imediata de Campo Grande	Bandeirantes	6.609	7.281	3.116
	Camapuã	13.625	13.675	6.238,127
	Campo Grande	786.797	916.001	8.082,978
	Corguinho	4.862	6.158	2.639,657
	Dois Irmãos do Buriti	10.363	11.547	2.431,609
	Jaraguari	6.341	7.342	2.912,836
	Nova Alvorada do Sul	16.432	22.967	4.025,012
	Ribas do Rio Pardo	20.946	25.310	17.315,283
	Rio Negro	5.036	4.758	1.828,800
	Rochedo	4.928	5.120	1.309,574
	São Gabriel do Oeste	22.203	27.660	3.849,875
	Sidrolândia	42.132	60.792	5.265,695
Terenos	17.146	22.721	2.845,723	
Região Geográfica Imediata de Três Lagoas	Água Clara	14.424	16.025	7.781,558
	Bataguassu	19.839	23.620	2.392,476
	Brasilândia	11.826	11.835	5.803,542
	Santa Rita do Pardo	7.259	7.948	6.142,001
	Selvíria	6.287	6.555	3.254,917
	Três Lagoas	101.791	125.137	10.217,071
Região Geográfica Imediata de Paranaíba-Chapadão do Sul-Cassilândia	Aparecida do Taboado	22.320	26.386	2.751,485
	Cassilândia	20.966	22.063	3.658,252
	Chapadão do Sul	19.648	26.499	3.252,327
	Inocência	7.669	7.566	5.761,190
	Paraíso das Águas	- *	5.751	5.061,433
	Paranaíba	40.192	42.401	5.405,480
Região Geográfica Imediata de Coxim	Alcinópolis	4.569	5.489	4.397,518
	Costa Rica	19.695	21.456	4.159,384
	Coxim	32.159	33.547	6.391,486
	Figueirão	2.928	3.066	4.879,932
	Pedro Gomes	7.967	7.568	3.553,782
	Rio Verde de Mato Grosso	18.890	20.025	8.173,868
	Sonora	14.833	20.158	4.185,528
TOTAL	32 MUNICÍPIOS	1.330.682	1.564.427	159.084

Fonte: Organizado pelos autores a partir de IBGE Cidades.

*Município criado após o Censo 2010.

Por outro lado, há centros, nesta dinâmica regional, que, apesar de apresentarem patamar demográfico reduzido, também conformam níveis de relação nesta totalidade, a exemplo de Terenos, que possui, conforme estimativas de 2021, 22.721 habitantes. No caso deste município, até 2010, mais de 57% do total de habitantes residia na área rural, fato este relacionado à presença de 17 assentamentos no município (OLIVEIRA, 2019).

Nos últimos anos, o que se percebe, portanto, é que as dinâmicas vinculadas à agroindústria têm impulsionado o crescimento demográfico de alguns municípios, como nos casos de Nova Alvorada do Sul e Ribas do Rio Pardo, também na Região Geográfica Imediata de Campo Grande. Em Ribas do Rio Pardo, por exemplo, há perspectiva de investimentos da ordem de 19,3 bilhões²³, em atividades industriais e florestais, da empresa Suzano, referência mundial na produção de papel e celulose.

Corrêa (2011) apresenta uma reflexão importante sobre as funções mais presentes na realidade estudada, com as cidades constituindo centros locais, ou seja:

[...] Localizam-se sobretudo nas áreas incorporadas à industrialização do campo, áreas agrícolas modernizadas, sobretudo no Centro-Sul do país. Situam-se na confluência do agrário moderno com o urbano, do qual o pequeno lugar central é parte integrante. (CORRÊA, 2011, p. 11).

Outrossim, a forma como são impactadas pelas transformações acabam por incidir na diversidade presente na rede urbana da Região Geográfica Intermediária de Campo Grande. Tais transformações ainda se encontram em curso e necessitarão de um olhar mais aprofundado, que possa iluminar as repercussões socioespaciais e econômicas, que dizem respeito às dinâmicas da região estudada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da reflexão desenvolvida sobre o estudo em curso, considera-se haver pontos que devem ser destacados:

- Na Região Geográfica Intermediária de Campo Grande, apesar de sua diversidade, destaca-se a forte influência do agronegócio, seja a partir da produção de

²³ Notícia disponível em: <https://www.suzano.com.br/unidade-mais-eficiente-da-suzano-fabrica-em-ribas-do-rio-pardo-ms-recebera-r-193-bilhoes-em-investimentos/>. Acesso em 15 jun. 2022.

commodities, seja com a presença de assentamentos de reforma agrária e da pequena produção familiar.

- A expressividade das pequenas cidades fica evidenciada, tendo em vista que, de 32 municípios, somente cinco apresentam população superior a 30 mil habitantes, sendo que Campo Grande, que é a capital do estado de Mato Grosso do Sul, tem porte diferenciado em relação a todas as demais cidades.
- A diversidade presente no conjunto de cidades é inegável, com cidades possuindo diferentes papéis na rede urbana.
- Observa-se cidades com maior ou menor integração ao complexo agroindustrial, assim como resultando de formações socioespaciais distintas.

Para não concluir, visto que o estudo se encontra em desenvolvimento, as próximas etapas da pesquisa se dedicarão a analisar, com mais acuidade, tal realidade. Todavia, é importante ressaltar que a articulação dos pares cidade-campo, assim como urbano-rural serão essenciais para a leitura do tema proposto.

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. A. de. Questão agrária, internacionalização e crise agroambiental. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária. Edição especial do XXI ENGA-2012, v. 9, n. 18, p. 1-27, jun./2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/26883/14600>. Acesso em: 12 jul. 2022.

BERNARDELLI, M. L. F. H. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. *In*: SPOSITO, M. E. B. e WHITACKER, Arthur M. (org.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre o urbano e o rural. São Paulo, Expressão Popular, 2006, p. 33-52.

BERNARDELLI, M. L. F. H. **Pequenas cidades na região de Catanduva - SP**: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias. 2004. 350 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

CARLOS, A. F. A. Seria o Brasil menos urbano do que se calcula? *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007, p. 103-108. Disponível em: http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/Espaco_urbano.pdf. Acesso em: 22 mar. 2022.

- CARLOS, A. F. A. Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), n. 13, 2003, p. 179-187.
- CORRÊA, R. L. Globalização e Reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. **Revista Território**, Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, v. 6, n. 6, p. 43-53, jan. - jun., 1999.
- CORRÊA, R. L. Rede urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 65-78. jan./jun. 2004.
- CORRÊA, Roberto Lobato. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 30, p. 05-12, 2011.
- ENDLICH, A. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. *In*: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (org.). **Cidade e campo: relações e contradições** entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 11-31.
- FRESCA, T. M. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Mercator**. Fortaleza. Número especial, p. 75-81, 2010.
- FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA, Presidente Prudente**, n. 6, v. 8, 2012, p. 24–34. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460>. Acesso em: 20 mar. 2022.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação**. IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017, 84 p.
- IBGE. **Cidades**. Mato Grosso do Sul. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/panorama>. Acesso em: 19 mai. 2022.
- IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. 2017a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2022.
- JURADO DA SILVA, P. F. **Cidades pequenas e indústria: contribuição para a análise da dinâmica econômica da região de Presidente Prudente-SP**. 2011. 282 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.
- JURADO DA SILVA, P. F.; BERNARDELLI, M. L. F. H. Formação socioespacial e cidades pequenas: um segmento da rede urbana na

porção meridional de Mato Grosso do Sul. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), 2019, n. 23, v. 1, 163-181.

LE BOURLEGAT, C. A. **Mato Grosso do Sul e Campo Grande: articulações espaço-temporais**. 2000. 430 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2000.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. **Estudo da dimensão territorial do estado de Mato Grosso do Sul: Regiões de Planejamento**. 2015. Disponível em: http://www.semagro.ms.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/estudo_dimensao_territorial_2015.pdf. Acesso em: 10 maio 2022.

OLIVEIRA, M. de. **A importância dos projetos de assentamentos rurais no desenvolvimento socioespacial de Terenos – MS**. Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia). Campo Grande: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 Cidades e comunidades sustentáveis**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11>. Acesso em: 20 maio 2022.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 81-97, jun. 1977.

SOBARZO, O. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. *In*: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 53-64.

SOUZA, M. L. de. Desenvolvimento sócio-espacial. *In*: SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, p. 261-300.

SOUZA, M. L. de. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. **Território**, ano II, n. 3, jul./dez. 1997. Rio de Janeiro, p. 13-35.

SPOSITO, M. E. B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. *In*: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 111-130.

SUZANO. Dispõe sobre as informações de investimento da companhia. Disponível em: <https://www.suzano.com.br/unidade-mais-eficiente-da-suzano-fabrica-em-ribas-do-rio-pardo-ms-recebera-r-193-bilhoes-em-investimentos/>. Acesso em 15 jun. 2022.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE FORMAÇÃO TERRITORIAL E CARACTERIZAÇÃO DAS CIDADES DA REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE BARREIRAS

Paulo Brandão

RESUMO

O texto ora apresentado propõe uma abordagem panorâmica, de caráter geográfico, da Região Intermediária de Barreiras (Bahia) como parte dos esforços coletivos de análise atinentes ao projeto "Cidades pequenas, dinâmicas socioespaciais e desenvolvimento regional no Brasil", conduzido por membros da Rede Mikripoli, sob amparo de edital do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Para tanto, optou-se pela compilação e análise de um conjunto de dados relativos à demografia e estrutura fundiária, além de uma síntese analítica realizada a partir do enquadramento das cidades que compõem a Região Intermediária de Barreiras no Regic (IBGE) e Tipologia das Cidades Brasileiras (Observatório das Metrôpoles).

Palavras-chave: Pequenas cidades; Região Intermediária de Barreiras; Estado da Bahia; Mikripoli.

1 INTRODUÇÃO

Analisar as cidades e suas respectivas relações interurbanas por meio das Regiões Intermediárias conduz a uma abordagem ampla a partir de um recorte regional e em um momento histórico específico. Ademais, com a possibilidade de manipulação de dados estatísticos, estes servem como lastro à produção de conhecimento novo, sendo, pois, ponto de partida para diversos olhares relativos às dinâmicas urbanas, consideradas isoladamente ou em conjunto.

Ao elaborar o estudo em tela, o IBGE fomenta uma proposta de atualização da divisão regional brasileira nas escalas micro e mesorregional diante da intensificação das transformações sociais, econômicas e políticas geradoras de uma crescente heterogeneização do território nacional, oferecendo, segundo aponta na introdução da

obra, “elementos para a compreensão atualizada da realidade territorial do País, analisada, estrategicamente, em sua diversidade regional.” (BRASIL, 2017, p. 10).

A Bahia, com cerca de 565 mil km² e uma população em torno de 15 milhões de habitantes, é formada, segundo a proposta do IBGE, por dez Regiões Geográficas Intermediárias e 34 Regiões Geográficas Imediatas. Por seu turno, a Região Intermediária de Barreiras, objeto deste escrito, é composta por um total de 24 municípios, distribuídos em duas Regiões Imediatas: a Região Imediata de Barreiras, com 17 municípios²⁴, e a Região Imediata de Santa Maria da Vitória, contendo outras sete unidades político-administrativas²⁵.

Neste sentido, visando fornecer os elementos analíticos de partida para o desenvolvimento das pesquisas relacionadas ao projeto “Cidades pequenas, dinâmicas socioespaciais e desenvolvimento regional no Brasil”, uma formulação colaborativa elaborada por membros da Rede Mikripoli, propõe-se, neste escrito, lançar um olhar sobre as cidades da Região Intermediária de Barreiras, considerando, mormente, os seus aspectos demográficos. Não obstante, de forma complementar, são apresentados dados relativos à estrutura fundiária dos municípios que compõem a mencionada região, permitindo, pois, uma compreensão conjuntural das transformações ocorridas no espaço agrário que ajudam a explicar as dinâmicas urbanas recentes.

2 ASPECTOS DO URBANO NA FORMAÇÃO TERRITORIAL DA REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE BARREIRAS

A formação territorial da porção mais ocidental da Bahia está ligada, genericamente, a três grandes processos, quais sejam: a interiorização dos mecanismos da colonização portuguesa, a sua crescente incorporação às lógicas provinciais/estaduais da Bahia, após a definitiva anexação, ainda na primeira metade do século XIX e, por fim, à constituição, desigual e incompleta, do meio técnico-científico e informacional nos cerrados baianos, graças a um processo de reestruturação territorial produtiva assentada na produção de *commodities* agrícolas (com ênfase na soja, milho e algodão).

²⁴ Angical, Baianópolis, Barreiras, Brejolândia, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão das Neves, Santana, Santa Rita de Cássia, São Desidério, Serra Dourada, Tabocas do Brejo Velho e Wanderley.

²⁵ Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória e São Félix do Coribe.

Na busca por uma compreensão do processo de formação territorial dos cerrados baianos²⁶, Brandão (2009; 2010; 2015) propõe a seguinte periodização:

- *Um território indiferenciado dos sertões*, que corresponde ao período entre 1501, ano da descoberta da foz do Rio São Francisco por Américo Vespúcio e André Gonçalves, e 1827, quando da anexação da Comarca do São Francisco pela Província da Bahia. Este lapso temporal é marcado pela relação simbiótica entre a natureza e os afazeres humanos em escala regional.
- *A constituição do "Além São Francisco"*, cuja temporalidade que se estende de 1827 a 1985, ano em que foram concluídos os estudos do Prodecir II (Programa para o Desenvolvimento do Cerrado II), cujos resultados apontavam a grande aptidão agrícola dos cerrados baianos. O período em tela foi marcado pela paulatina introdução dos objetos técnicos na região.
- *A formação seletiva de espaços globalizados*, tendo início em 1985 e extensivo aos dias atuais. O período marca a constituição, ainda inacabada, de um meio formado pela interação da técnica e da ciência, mediada pela informação, nos espaços que interagem com as lógicas da economia global.

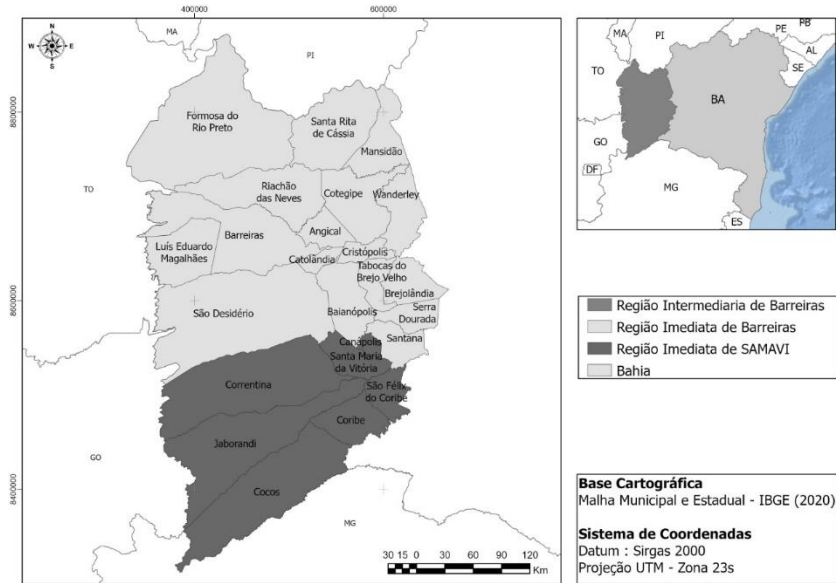
Nesta seção, mais que retomar tal abordagem sobre o processo de formação territorial dos cerrados baianos, a pretensão maior é evidenciar, desde uma perspectiva geográfico-histórica, os aspectos que substantivaram a atual rede urbana da Região Intermediária de Barreiras (Figura 1). Assim, de início, é preciso pontuar que, no transcorrer da história territorial dos cerrados baianos, os rios foram substituídos pelas rodovias como principais vias de transporte apenas na segunda metade do século XX, com consequências incontornáveis na dinâmica urbano-regional.

Vale afirmar, pois, que centros urbanos outrora importantes em escala regional por sua função portuária sofreram processos de inércia territorial com a derrocada da navegação a vapor, ao tempo em que nucleações às margens das rodovias federais e estaduais – implantadas

²⁶ O topônimo corresponde a uma região carente de uma delimitação precisa, mas inteligível para a sociedade que habita a porção mais ocidental da Bahia, onde está localizada a esmagadora maioria dos municípios que compõem a Região Intermediária de Barreiras. Por tal motivo, será mencionada como referencial espacial em alguns trechos deste escrito.

a partir da década de 1960 no contexto do rodoviarismo iniciado no governo de Juscelino Kubitschek – experimentaram dinamização econômica e demográfica (BRANDÃO, 2018).

Figura 1 - Região Intermediária de Barreiras e suas regiões imediatas.



Fonte: Brasil (2017). Elaborado por Matheus Ricardo Bárbaro Ribeiro.

Tal fato, não apenas simultâneo, mas correlato à implantação dos empreendimentos agroexportadores na região, na esteira do advento da Revolução Verde no Brasil, alterou a configuração da rede urbana regional, tanto pela complexificação das funções urbanas de alguns centros como Barreiras, Santa Maria da Vitória e, mais recentemente, Luís Eduardo Magalhães, bem como pela intensificação dos fluxos inter e intrarregionais, alguns dos quais com alcance internacional.

Conforme já mencionado, hodiernamente, os cerrados baianos passam por um processo acelerado – iniciado há pouco menos de meio século – de especialização territorial produtiva que incide, entre outros aspectos, na constituição desigual e incompleta de um meio técnico-científico e informacional sob a égide, especialmente, mas não exclusivamente, da modernização conservadora do campo, cada vez mais apto à produção de uma agricultura de precisão voltada, prioritariamente, ao mercado global de *commodities*.

Em paralelo e, em parte, como consequência das transformações em curso no campo, ao longo da segunda metade do século XX, os cerrados baianos vivenciaram, em um pequeno número de municípios, aquilo que Santos (1996) denominou urbanização da sociedade. Segundo Bahia (2022), considerando dados do Censo Demográfico de 2010, dentre as 24 unidades político-administrativas da Região Intermediária de Barreiras, atualmente apenas sete atingem níveis de urbanização superiores a 50%, com destaque para Luís Eduardo Magalhães (91,31%) e Barreiras (90,04%).

Não obstante, há municípios como Brejolândia e Cristópolis, cujas taxas de urbanização eram de 17,91% e 23,59%, respectivamente, ao tempo em que um pouco mais da metade das unidades político-administrativas que compõem a Região Intermediária de Barreiras possui populações urbanas entre 25% e 49,99% do total dos habitantes.

3 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Os arranjos territoriais resultantes da implantação da agricultura de precisão agroexportadora são denominados por Elias (2012) como Regiões Produtivas Agrícolas (RPAs) e têm como uma de suas principais características a forte capacidade dos agentes econômicos ligados ao agronegócio assumirem papéis de principais responsáveis pela produção do espaço, influenciando, inclusive, na dinâmica demográfica regional.

Como o agronegócio globalizado se realiza totalmente a partir da dialética entre a ordem global e a ordem local, as RPAs estão conectadas aos centros de poder e consumo em nível mundial e, assim, as escalas locais e regionais articulam-se permanentemente com a internacional e o território organiza-se com base e imposições do mercado, comandado por grandes empresas nacionais e multinacionais. Isso significa que nas RPAs temos novos espaços de fluxos rápidos inerentes às redes agroindustriais, nas quais as verticalidades têm predominância sobre as horizontalidades. (ELIAS, 2012, p. 155).

Neste sentido, aqueles núcleos urbanos selecionados para controlar a economia política regional tendem a agregar funções direta e indiretamente ligadas ao agronegócio internacional, com incremento da sua centralidade na rede urbana. Daí que os supostos benefícios da constituição de um meio técnico-científico e informacional subordinado

aos interesses corporativos do agronegócio estão concentrados nesses centros urbanos mais dinâmicos, no seu entorno agrícola e ao longo das vias que substantivam seus fluxos interurbanos, algo que, no contexto da Região Intermediária de Barreiras se pode observar muito claramente nos exemplos das cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, as duas únicas que superam o patamar de 50 mil habitantes (Tabela 1).

Tabela 1 - Região Intermediária de Barreiras, segundo o porte demográfico dos municípios, por mil habitantes (2010).

Regiões Imediatas	Até 5	5 a 10	10 a 20	20 a 50	+ 50
Região Imediata de Barreiras	1	0	9	5	2
Região Imediata de Santa Maria da Vitória	0	2	3	2	0
Total	1	2	11	7	2

Fonte: Censo Demográfico (2010).

Quanto às demais cidades, a relação entre as transformações impulsionadas pela contemporaneidade e as permanências fincadas nas tradições aparecem, não como uma ruptura, mas como um lento e, por vezes, imperceptível processo. Isso é verificável, por exemplo, no ritmo de crescimento populacional das regiões imediatas que compõem a Região Intermediária de Barreiras, onde se vê que uma delas, a de maior concentração dos empreendimentos do agronegócio, possui um incremento demográfico mais vigoroso no interstício temporal entre 1970 e 2010 (Tabela 2).

Tabela 2 - Características demográficas da Região Intermediária de Barreiras, segundo as Regiões Imediatas (1970-2010).

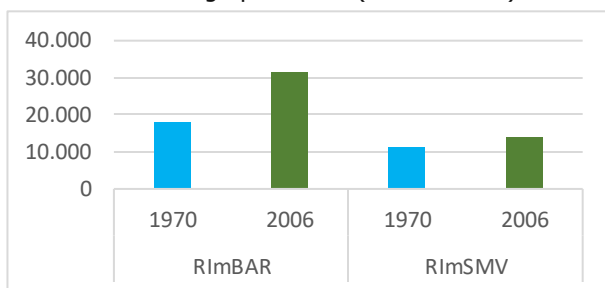
	1970	1980	1991	2000	2010
RImBRA	178.209	228.298	301.126	378.081	443.804
RImSMV	101.481	140.355	132.726	136.392	135.449
Total	279.690	368.653	433.852	514.473	579.253

Fonte: Censos Demográficos (1970-2010).

Como se pode observar, enquanto a Região Imediata de Barreiras experimentou sucessivos saltos no crescimento demográfico ao longo das décadas aventadas, na Região Imediata de Santa Maria da Vitória, percebe-se a ocorrência de oscilações, especialmente entre as décadas de 1980 e 1990, quando houve algumas emancipações e os municípios recém-criados passaram a compor outra região imediata, e entre 2000 e 2010, por conta dos declínios demográficos em quatro das sete unidades político-administrativas que a compõem, quais sejam: Canápolis, Coribe, Jaborandi, e Santa Maria da Vitória.

Quanto à estrutura fundiária, igualmente importante para uma plena compreensão da dinâmica espacial da Região Intermediária de Barreiras, foram consultados dados dos censos agropecuários de 1970 e 2006 (BRASIL, 1970; 2006), permitindo, assim, uma comparação, no tempo, das transformações relativas à propriedade de estabelecimentos rurais. No caso da região em tela, a análise relativa aos anos de 1970 e 2006 permite compreender como se deu o processo de estruturação do campo considerando, respectivamente, a década em que se deu o início da reestruturação territorial produtiva baseada no agronegócio, e nos primórdios do século XXI, a estrutura vigente já consolidada (Figura 2).

Figura 2 - Região Intermediária de Barreiras. Estabelecimentos agropecuários (1970 e 2006).



Fonte: Censos Agropecuários (1970 e 2006).

Em ambas as regiões imediatas que compõem a Região Intermediária de Barreiras, houve uma nítida fragmentação dos estabelecimentos agropecuários ao longo do interstício temporal analisado. Isso, porém, não autoriza crer que tenha havido uma atenuação no quadro histórico de concentração de terras.

Segundo compilação feita por Jesus e Santos (2020), com base no Censo Agropecuário de 2006, as propriedades com até 100 ha correspondem a um quantitativo de 70% do total de imóveis rurais, ao tempo em que aquelas com 2.500 ha ou mais totalizam apenas 3% das unidades. Contudo, as unidades menores ocupam apenas 7% dos espaços agrícolas (407 mil ha), enquanto as maiores citadas correspondem a 60% (3,7 milhões ha).

4 CLASSIFICANDO AS CIDADES DA REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE BARREIRAS

Nesta seção, busca-se enquadrar as cidades da Região Intermediária de Barreiras segundo as classificações elaboradas nos

estudos intitulados “Regiões de influência de cidades”, também conhecidas pela sigla REGIC (BRASIL, 2020), e “Topologia das cidades brasileiras”, realizada no âmbito do Observatório das Metrôpoles (BITOUN e MIRANDA, 2009).

O REGIC é um amplo estudo realizado periodicamente pelo IBGE com o intuito de atualizar o quadro de referência da rede urbana brasileira, considerando, para tanto, as hierarquias urbanas com base nas regiões de influência de cada uma das cidades do país. A quinta e mais recente versão desse estudo é de 2018, sendo essa a que traz a tipologia de centros urbanos mais atualizada. Assim, o IBGE considera a existência, no Brasil, de: (a) Metrôpoles (grande metrópole nacional, metrópoles nacionais e metrópoles); (b) Capitais Regionais dos tipos A, B e C; (c) Centros Sub-regionais dos tipos A e B; (d) Centros de Zona dos tipos A e B; e (e) no patamar mais elementar, os Centros Locais.

Segundo tal classificação, a Região Intermediária de Barreiras, nos estratos mais superiores, é composta por uma Capital Regional C, definida como centro urbano “com alta concentração de atividades de gestão, mas com alcance menor em termos de região de influência em comparação com as Metrôpoles” (BRASIL, 2020, p. 11) e um Centro Sub-regional B, que corresponde às cidades que “possuem atividades de gestão menos complexas (todas são nível 3 na classificação de gestão do território), com áreas de influência de menor extensão que as das Capitais Regionais.” (Ibid., p. 11).

Além dessas, a Região Intermediária de Barreiras possui um Centro de Zona B, que caracteriza-se “por menores níveis de atividades de gestão, polarizando um número inferior de Cidades vizinhas em virtude da atração direta da população por comércio e serviços baseada nas relações de proximidade” (Ibid., p. 12), e 21 Centros Locais, ou seja, aquelas cidades “que exercem influência restrita aos seus próprios limites territoriais, podendo atrair alguma população moradora de outras Cidades para temas específicos, mas não sendo destino principal de nenhuma outra Cidade.” (Ibid., p. 12).

Na escala das regiões imediatas, é possível averiguar os detalhes dessas constatações. Quanto à Região Imediata de Barreiras, aí estão a cidade homônima, cujo município possui cerca de 158 mil habitantes, segundo estimativas do IBGE para 2021, sendo a única Capital Regional C, e Luís Eduardo Magalhães, com algo em torno de 93 mil habitantes, que, igualmente, é o caso sem-par de Centro Sub-regional B da região.

Além disso, Santana figura como o único Centro de Zona B, com uma população em torno de 26 mil habitantes. As demais urbes dessa região imediata são classificadas como Centros Locais, cujo maior

município desse estrato, desde uma perspectiva demográfica, é São Desidério, contando com cerca de 35 mil habitantes, enquanto o menor é Catolândia, com 3,6 mil residentes, sendo esta, também, a menor população municipal de toda a Região Intermediária de Barreiras.

Por seu turno, a Região Imediata de Santa Maria da Vitória apresenta homogeneidade absoluta quanto à categorização das cidades que dela fazem parte, uma vez que todas as sete estão enquadradas como Centros Locais. Neste caso, a urbe que nomeia a região imediata, ou seja, Santa Maria da Vitória, com 39 mil habitantes, é a de maior porte demográfico, ao tempo em que Jaborandi, contando com 8,2 mil residentes, aparece como a de menor população da região.

A proposta contida na Topologia das Cidades Brasileiras, desenvolvida no âmbito do Observatório das Metrôpoles, visa identificar e classificar os municípios brasileiros a partir de uma complexa metodologia que contempla a análise da rede urbana, polarização mesorregional, densidade econômica, e tamanho demográfico das unidades político-administrativas, resultando, assim, na definição de 19 tipos de cidade, das maiores e mais complexas em suas relações intra e interurbanas (Tipo 1), àquelas menores e mais simples (Tipo 19). Ademais, absorvendo premissas contidas na PNDR (Política Nacional de Desenvolvimento Regional) (BRASIL, 2003), essa proposta da tipologia das cidades, aqui aventada, busca enquadrar os centros urbanos nos quatro tipos microrregionais preconizados naquele documento governamental.

Ao aplicar essa proposta de caracterização das cidades brasileiras ao contexto da Região Intermediária de Barreiras tem-se que, dentre as 24 cidades que a compõe, 16 estão no Tipo 19 (correspondendo a 67% do total), ou seja, aquelas com até 20 mil habitantes e que, segundo Bitoun e Miranda (2009, p. 147), são "Pequenas cidades com poucas atividades urbanas em espaços rurais de pouca densidade econômica."

Três cidades – Santa Rita de Cássia Riachão das Neves e Correntina – figuram no Tipo 10, enquadradas entre aquelas com porte demográfico entre 20 mil e 100 mil habitantes, localizadas em espaços rurais que vêm enriquecendo com elevada desigualdade social, predominantes na fronteira agrícola. As duas primeiras mencionadas fazem parte do tipo microrregional 3 e, respectivamente, nas classes C e D, com padrões tradicionais de pobreza.

Outras três cidades – Santana, Santa Maria da Vitória e São Félix do Coribe – aparecem como componentes do Tipo 13 (Centros urbanos em espaços rurais pobres com média e baixa densidade

populacional e relativamente isolados e também enquadrados nas classes C e D).

Por fim, Barreiras está classificada entre os maiores espaços urbanos do país (Tipos 1 a 4), no estrato específico do Tipo 4 (na Classe D), que corresponde “às cidades e aglomerações de tamanho médio e [que] inserem-se numa densa teia de relações econômicas entre as metrópoles do Tipo 1 e centros urbanos menores no meio de regiões rurais produtivas.” (BITOUN e MIRANDA, 2009, p. 124).

Vale informar, de passagem, que o estudo não aporta qualquer classificação para o município de Luís Eduardo Magalhães, o que, provavelmente, se deu pela inexistência de dados mais detalhados, uma vez que a sua emancipação tenha ocorrido em 2000, em meio à realização do último censo do século XX, e o estudo tenha sido divulgado antes de 2010, data do censo mais recente. Isso não impede, porém, que se especule sobre a sua classificação na tipologia de cidades, considerando que, por sua dinâmica atual, possua características do Tipo 6, ou seja, de centros urbanos com população entre 20 mil e 100 mil habitantes, em espaços rurais prósperos com elevada desigualdade social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia central deste escrito é apresentar algumas características das distintas dinâmicas urbanas próprias das cidades pequenas da Região Intermediária de Barreiras, na Bahia, empregando, para tanto, as classificações contidas, respectivamente, no REGIC de 2018 e no estudo “Tipologia das Cidades Brasileiras”, de 2009. Outrossim, optou-se, com anterioridade, pela inclusão de uma abordagem geográfico-histórica que permitisse compreender as dinâmicas urbanas e regionais pela longa duração, além de um exame panorâmico das características demográficas e da estrutura fundiária regional.

Sendo esta uma etapa inicial de uma ampla pesquisa intitulada “Cidades pequenas, dinâmicas socioespaciais e desenvolvimento regional no Brasil”, que envolve pesquisadores de diversas regiões do país, acredita-se que, com o seu continuado avanço, será possível aportar novos conhecimentos sobre as cidades pequenas.

Não obstante, graças a esta análise panorâmica ora apresentada, já é possível delinear alguns entendimentos sobre as características mais proeminentes das cidades pequenas da Região Intermediária de Barreiras, como, por exemplo, a constatação de que,

do ponto de vista do REGIC, há uma grande profusão de Centros Locais, especialmente na Região Imediata de Santa Maria da Vitória, cuja totalidade de cidades está enquadrada nesse estrato classificatório. Ademais, a partir da aplicação da metodologia proposta em "Tipologia das Cidades Brasileiras" ao caso da dita região intermediária, há uma confirmação do que o REGIC propugna, uma vez que 67% das cidades são do Tipo 19.

6 REFERÊNCIAS

BAHIA. Demografia. Censo Demográfico 2010 – Municípios. *In: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia*, Salvador. Disponível em www.sei.ba.gov.br. Acesso em 18 ago. 2022.

BITOUN, Jean; MIRANDA, Livia (org.). **Tipologia das cidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009.

BRANDÃO, Paulo. Um território indiferenciado dos Sertões: a geografia pretérita do Oeste Baiano (1501-1827). **Boletim Goiano de Geografia**, v. 29, n. 1, 2009, p. 47-56.

BRANDÃO, Paulo. A formação territorial do Oeste Baiano: a constituição do "Além São Francisco" (1827-1985). **Geotextos**, v. 6, n. 1, 2010, p. 35-50.

BRANDÃO, Paulo. Oeste Baiano: a formação seletiva de territórios globalizados (1985-2014). *In: XV Encuentro de Geógrafos de América Latina*. **Anais [...]**. Cd-Rom. Havana: Universidad de La Habana, 2015, p. 1-13.

BRANDÃO, Paulo. Circulação e usos do território: a rede urbana dos cerrados urbanos em perspectiva geográfico-histórica. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 20, n. 1. (Especial), 2018, p. 120-132.

BRASIL. **Censo agropecuário**. Bahia. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1970.

BRASIL. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2003.

BRASIL. **Censo agropecuário 2006**. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006.

BRASIL. **Censo demográfico**. Brasil – 1970. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1970.

BRASIL. **Censo demográfico**. Bahia – 2010. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

BRASIL. **Divisão regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017.

BRASIL. **Regiões de influência das cidades – 2018**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020.

ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, 2012, p. 153-167.

JESUS, Léia; SANTOS, Clóvis. Levantamento da malha fundiária da região Oeste da Bahia. **Revista Multirô**, n. 2, 2020, p. 258-279.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996.

DINÂMICA DEMOGRÁFICA NA REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA DE UBERLÂNDIA, MINAS GERAIS (BRASIL)

*Josimar dos Reis de Souza
Iara Soares de França
Beatriz Ribeiro Soares*

RESUMO

O processo de urbanização brasileira consolidado a partir da segunda metade do século XX alterou, entre outros elementos, a escala da cidade e das regiões. Constituídas a partir das interações espaciais, as redes urbanas se materializam por meio de fluxos diversos processados entre metrópoles, pequenas, e cidade médias, além de campo e cidade. Nessa perspectiva, verifica-se a heterogeneidade e diversidade no quadro urbano regional, resultando na necessidade da análise geográfica para interpretação de realidades tão complexas. O presente texto analisa a dinâmica demográfica da Região Geográfica Intermediária (RI) de Uberlândia-MG, Brasil. Os resultados apresentados foram produzidos a partir de dados dos Censos Demográficos e da Região de Influência das Cidades/REGIC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, com produtos cartográficos (mapas, quadros, e tabelas). Os resultados demonstraram que, no oeste de Minas Gerais, Uberlândia é o nó principal da rede articulada aos demais centros, em especial às pequenas cidades. Na constituição e dinâmica dessa região geográfica consideram-se aspectos diversos: históricos, políticos, econômicos e demográficos. Acerca dos demográficos, verificou-se as diferenças populacionais existentes em 2021 na RI, com variação entre 1.386 habitantes, em Grupiara, a 706.597 habitantes, em Uberlândia. Também se identificou taxas de crescimento positivas e negativas, a depender do município analisado. Ademais, foi possível evidenciar o alto grau de urbanização na RI de Uberlândia, mas com diferenças consideráveis quando analisadas as taxas por município.

Palavras-chave: Rede Urbana; Dinâmica Demográfica; Região Geográfica Intermediária.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa a dinâmica demográfica da Região Geográfica Intermediária de Uberlândia, localizada no oeste do estado de Minas Gerais (Brasil), na mesorregião econômica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Tal análise compreende o esforço inicial de (re)conhecimento do recorte espacial mencionado, que faz parte da pesquisa “Cidades Pequenas, Dinâmicas Socioespaciais e Desenvolvimento Regional no Brasil”, fomentada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Processo Nº 403193/2021-4. Esse projeto é resultado da parceria estabelecida pelo grupo de pesquisa Mikripoli – Rede de Pesquisadores sobre pequenas cidades e localidades, formado por 25 pesquisadores de 25 instituições de ensino e pesquisa, localizadas em todas as regiões do país.

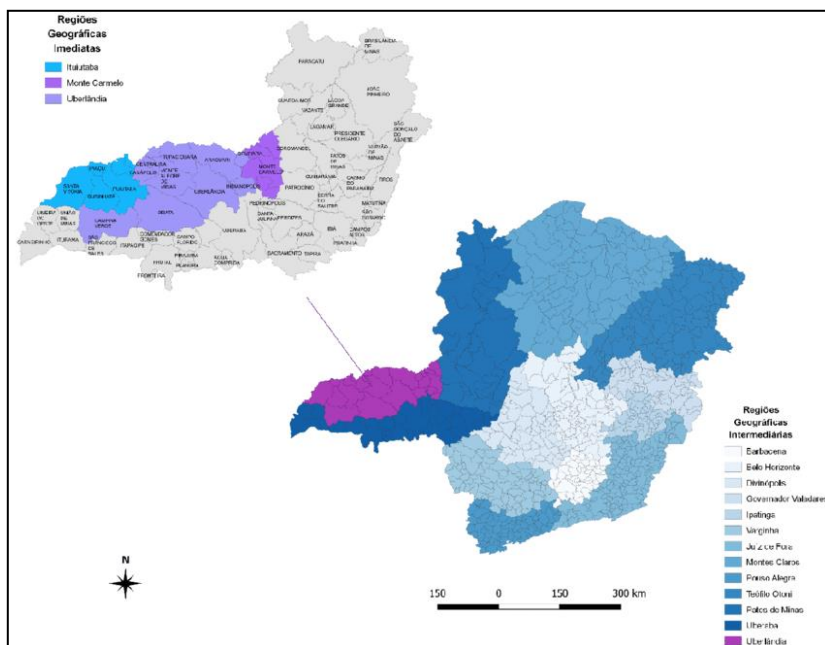
O recorte espacial Região Geográfica Intermediária (RI) é fruto da proposta de regionalização apresentada em 2017 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de divisão em Regiões Imediatas e Intermediárias (IBGE, 2020). Tal divisão regional leva em consideração as dinâmicas interurbanas recentes, sobretudo, aspectos da hierarquia urbana, e da circulação de pessoas em busca de acesso à saúde, à educação, a bens e ao lazer.

A RI de Uberlândia (Figura 1) é uma das treze regiões intermediárias do estado de Minas Gerais e uma das 134 existentes no Brasil (IBGE, 2017). É composta por 24 municípios (Quadro 1) distribuídos em três regiões Imediatas – Uberlândia, Ituiutaba, e Monte Carmelo, compreendendo uma área total de 35.524,067 km². Desses, 21 possuíam, em 2021, em sua sede, população inferior a 50 mil habitantes, com variação de 1.383 habitantes em Grupiara a 48.049 habitantes em Monte Carmelo. Em 2021, a RI possuía população estimada em 1,19 milhões de habitantes (IBGE, 2021). Desse total, 260 mil habitantes se concentravam em municípios com população inferior a 50 mil habitantes.

A constituição das RIs foi subsidiada pelos estudos da rede urbana realizados pelo IBGE (1972, 1987, 1993, 2007 e 2018). Analisando o histórico da rede urbana do Triângulo Mineiro, Soares (1995) aponta a sua origem associada à atividade pecuária, fator que ocasionou a consolidação de núcleos urbanos dispersos, uma vez que os grandes latifúndios possuíam grandes áreas e concentravam sua força de trabalho na própria propriedade. Com o processo de refuncionalização da rede urbana regional ocorrida, principalmente, pela modernização do campo, nas décadas de 1970 e seguintes, parcela

significativa da população rural foi expulsa pelo dinamismo de algumas aglomerações, pela intensificação dos fluxos de transportes e comunicações, como também pela diversificação dos serviços, que possibilitaram maior diferenciação entre as cidades (SOARES, 1995).

Figura 1 - RI Uberlândia-MG: localização do recorte espacial.



Fonte: CEPES/UFU, 2019.

No processo de refuncionalização da rede urbana do Triângulo Mineiro, a cidade de Uberlândia se consolidou como uma das principais cidades do estado de Minas Gerais. A sua rede urbana foi analisada no mais recente estudo da “Região de Influência de Cidades” (REGIC) publicada pelo IBGE, no ano de 2020, com o exame de dados de 2018.

A presente delimitação das Regiões de Influência das Cidades dá continuidade à tradição do IBGE de estudar a rede urbana brasileira, e visa construir um quadro nacional, apontando as permanências e as modificações registradas nesta rede, no início do Século XXI, e procurando ver como as ações do presente incidem sobre objetos vindos do passado. (IBGE, 2020, p. 9).

Quadro 1 - RI Uberlândia-MG:
divisão dos municípios por região geográfica imediata.

Região Imediata	Municípios
Uberlândia	Araguari Araporã Campina Verde Canápolis Cascalho Rico Centralina Indianópolis Monte Alegre de Minas Prata Tupaciguara Uberlândia
Ituiutaba	Cachoeira Dourada Capinópolis Gurinhata Ipiacu Ituiutaba Santa Vitória
Monte Carmelo	Abadia dos Dourados Douradoquara Estrela do Sul Grupiara Iraí de Minas Monte Carmelo Romaria

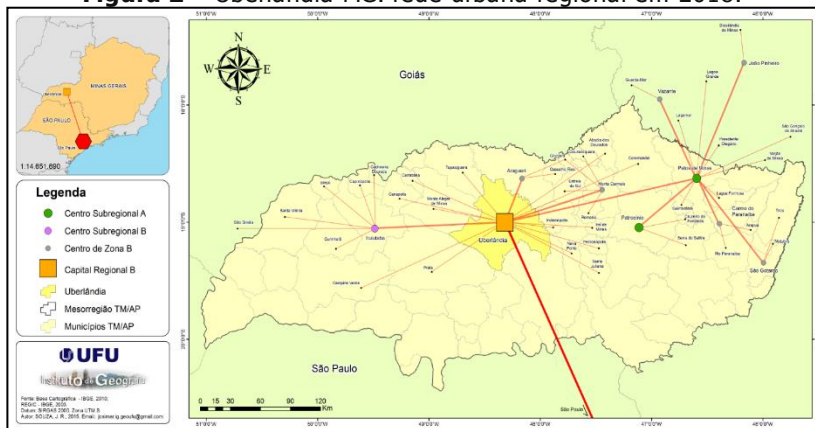
Fonte: IBGE (2017).

A Figura 2 é resultado da adaptação do estudo da REGIC, com abstração das informações que possibilitaram o destaque da rede urbana de Uberlândia. Analisando a rede urbana regional, tem-se que Uberlândia se encontra inserida na rede de São Paulo, classificada como grande metrópole nacional, produzindo, assim, projeção hierárquica em todo o território nacional. São 20 cidades que compõem a rede urbana direta-hierárquica ligada a São Paulo. São elas: Campinas, Campo Grande, e Cuiabá (Capitais regionais A); São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Uberlândia, e Porto Velho (Capitais regionais B); Santos, São José dos Campos, Sorocaba, Piracicaba, Bauru, Marília, Presidente Prudente, Araraquara, Araçatuba, Uberaba, Pouso Alegre, Dourados, e Rio Branco (Capitais regionais C) (IBGE, 2020).

A rede urbana de Uberlândia é formada por 49 cidades, das quais 24 fazem parte da RI de Uberlândia. No REGIC (2020), Uberlândia foi classificada como sendo "capital regional B". Isso significa que a cidade se relaciona diretamente com o estrado superior da rede urbana, São Paulo, e recebe classificação "B" por não se caracterizar como sendo capital de unidade da federação. Recebeu essa classificação por possuir capacidade de gestão em nível imediatamente inferior as

metrópoles, por ter área de influência de âmbito regional, sendo referida como destino para um conjunto de atividades, e ainda, por polarizar grande número de municípios.

Figura 2 – Uberlândia-MG: rede urbana regional em 2018.



Fonte: REGIC, 2020. Elaboração: Souza, 2022.

A rede urbana de Uberlândia possui um “Centro Sub-regional A”, Patos de Minas, e um “Centro Sub-regional B”, Ituiutaba; sendo que a primeira constitui RI de Patos de Minas, e a segunda faz parte da RI de Uberlândia. Ambas as cidades mineiras foram assim classificadas por possuírem atividade de gestão menos complexa e área de atuação mais reduzida. Os níveis “A” e “B” indicam a diferenciação no número de habitantes e número de relacionamentos externos. Patos de Minas polariza os centros locais: Guimarães, Lagamar, Lagoa Formosa, Lagoa Grande, Presidente Olegário, São Gonçalo do Abaeté e Varjão de Minas, todas cidades mineiras. Ituiutaba, por sua vez, polariza os centros locais: Cachoeira Dourada, Capinópolis, Gurinhatã, Ipiacu, Santa Vitória, em Minas Gerais, e São Simão, cidade do estado de Goiás.

A rede de Uberlândia é formada, ainda, por um “Centro de Zona A”, Patrocínio (ligado diretamente à rede de Patos de Minas), e por seis “Centros de Zona B”, Araguari, Monte Carmelo, Carmo do Paranaíba, João Pinheiro, São Gonçalo e Vazante. Essas cidades foram assim classificadas por conter menor porte demográfico e atuação restrita à sua área imediata (centros locais), exercendo funções urbanas elementares. Os Centros Locais ligados aos Centros de Zona B são respectivamente: Patrocínio - Cruzeiro da Fortaleza e Serra do Salitre; Araguari - Cascalho Rico e Grupiara; Monte Carmelo - Douradoquara, Estrela do Sul, Grupiara e Romaria; Carmo do Paranaíba - Arapuá e Rio Paranaíba; João Pinheiro - Brasilândia de Minas; São Gotardo - Matutina e Tiros; Vazante - Guarda-Mor.

A partir da análise da rede urbana de Uberlândia é possível perceber a importância regional adquirida pela cidade sede da RI analisada. Essa, polariza número considerável de municípios, com raio de atração superior a 350 km, alcançando cidades de outras regiões do estado de Minas Gerais, como também do estado de Goiás. Cabe ressaltar que algumas cidades, como Catalão (GO), por exemplo, recebem grande influência de Uberlândia. Entretanto, por escolhas metodológicas do IBGE, essas cidades foram classificadas como pertencentes a outras regiões de influência.

Para a análise demográfica proposta para este texto, foram utilizadas fontes de dados oficiais – IBGE e Ministério da Economia. Também foram consultados estudos e bancos de dados de instituições de pesquisa e educação – Fundação João Pinheiro (FJP) e Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais (CEPES), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

2 DINÂMICA DEMOGRÁFICA

O desenvolvimento econômico da região que compreende a RI de Uberlândia, a partir da década de 1960/1970, foi acompanhado pelo seu aumento demográfico. Os fluxos decorrentes da construção de rodovias potencializaram a chegada de imigrantes que se instalaram nas cidades, principalmente em Uberlândia, em busca de melhorias na qualidade de vida. A junção desses fatores culminou num processo de aceleração da urbanização e no aumento demográfico. O crescimento populacional da RI tem como destaque sua sede – Uberlândia, que nas últimas décadas apresentou curva ascendente acelerada, proveniente, principalmente, das estratégias de investimentos na cidade, seja pela importância como entroncamento rododiferroviário, como também pela opção política pela diversificação da economia (SOARES, *et al.*, 2010).

Entre os anos de 1970 e 2010, Uberlândia apresentou um crescimento demográfico de 476%, ou seja, nesses 40 anos a população total cresceu cerca de cinco vezes mais, passando de 124.706 em 1970, para 600.285 em 2010. Com base nesses índices de crescimento populacional, Uberlândia passou a desempenhar um papel cada vez mais proeminente no conjunto total de população da região; porquanto sua participação saltou de 11,4% em 1970 para 39,45% em 2010 (IBGE, 2010). A estimativa populacional do IBGE aponta que Uberlândia possuía, em julho de 2021, população de cerca de 707 mil habitantes, o que corresponde a 60% de toda a população da RI. A Tabela 1 mostra a evolução populacional em Uberlândia de 1970 a 2021.

Tabela 1 – Uberlândia-MG - evolução demográfica entre 1970 e 2021.

Ano	Número de Habitantes	Taxa de Crescimento
1970	126.112	-
1980	240.967	91,07%
1991	367.061	52,33%
2000	501.214	36,55%
2010	600.285	19,76%
2021	706.597	15,05%

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010; estimativa populacional do IBGE para 2021 (IBGE, 2021).

Tem-se, portanto, que, entre os anos de 1970 a 1980, a taxa de crescimento de Uberlândia foi de 91%. Nas décadas seguintes tal processo se manteve, entretanto, com diminuição gradativa, sendo que, em 2021 o aumento foi de 15,05% em relação a 2010 (IBGE, 2021).

Em relação ao grau de urbanização, tem-se que Uberlândia apresentou, desde a década de 1970, taxa mais elevada do que a mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Minas Gerais, e Brasil. No ano de 2010, conforme Tabela 2, a taxa de urbanização atingiu 98%, frente a 94% do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, 87% do estado de Minas Gerais, e 84% do Brasil (IBGE, 2010).

Tabela 2 - Taxa de Urbanização entre 1970 e 2010.

Descrição	Anos (%)				
	1970	1980	1991	2000	2010
Uberlândia	89,40	96,10	97,60	97,60	98,00
TM/AP	56,30	71,70	82,70	89,10	94,00
Minas Gerais	52,80	67,10	74,90	82,00	87,00
Brasil	56,80	68,80	77,10	81,20	84,00

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

De acordo com Soares *et al.* (2010), o crescimento demográfico de Uberlândia é resultante do êxodo da população rural do município, como também da chegada de migrantes originários de pequenas cidades do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, de outras regiões de Minas Gerais, e de outros estados brasileiros. Oliveira (2008) aponta que a cidade exerce papel de atração da população dos municípios ao seu entorno, sendo que a migração foi responsável por 66% do seu crescimento populacional entre os anos de 1991 e 2000.

Evidencia-se também o fato de Uberlândia ter recebido 32,94% do total de migrantes que se dirigiram para a mesorregião do Triângulo Mineiro nesse mesmo período (CEPES, 2006). Segundo dados do Centro de Estudos, de Projetos Econômico-Sociais do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (CEPES, 2006), para o ano de 2001, 64,6% da população não natural de Uberlândia migrou motivada pelo trabalho, 21,5% em função da existência de parentes na cidade, 7,4% pela educação, 3,2% pela saúde e 3,4% por outros interesses. Esses dados confirmam a importância que a cidade possui na rede urbana enquanto polo de atração de mão-de-obra [sic]. (SOARES, *et al.*, 2010, p. 174).

Sobre o perfil populacional, Uberlândia possui a maior parte de sua população na faixa etária entre 20 e 35 anos, sendo, portanto, composta por população economicamente ativa. A pirâmide etária de Uberlândia acompanha a de Minas Gerais e do Brasil, com base alargada e topo estreito. Isso significa que o país possui taxa de natalidade maior do que de mortalidade, sendo que a tendência para os próximos anos é o aumento no número de idosos (topo alargado) e diminuição da taxa de natalidade (encurtamento da base) (IBGE, 2010).

A população dos demais municípios da RI de Uberlândia é mostrada na Tabela 3. A primeira coluna apresenta os três municípios com população superior a 100 mil habitantes – Uberlândia, Araguari e Ituiutaba; e os nove municípios com população entre 10 mil e 50 mil habitantes – Monte Carmelo, Prata, Tupaciguara, Monte Alegre de Minas, Santa Vitória, Campina Verde, Capinópolis, Canápolis e Centralina. A segunda coluna compreende os doze municípios da RI com população até 10 mil habitantes – Estrela do Sul, Iraí de Minas, Abadia dos Dourados, Indianópolis, Araporã, Gurinhatã, Ipiacu, Romaria, Cascalho Rico, Cachoeira Dourada, Douradoquara e Grupiara.

A Tabela 4 apresenta as taxas de crescimento demográfico, por município, entre 1991 e 2021. Na Tabela 4 pode-se observar que o período com maior decréscimo populacional por município é entre 1991 e 2000. Doze dos vinte e quatro municípios, isto é, 50% deles tiveram perda de população naquele período. Entre 2000 e 2010 somente três municípios perderam população. Já entre 2010 e 2021 somente dois municípios tiveram decréscimo populacional. No acumulado temporal, ou seja, entre 1991 e 2021, a perda de população é observada somente em cinco municípios, isto é, em 21% deles. Tais dados corroboram a

constatação de que a dinâmica econômica da RI de Uberlândia, desenvolvida nas últimas décadas, transformou demograficamente a região, a transformando em centro de atração de população na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e também de outras regiões de Minas Gerais, Goiás e São Paulo.

Tabela 3 - RI de Uberlândia-MG - população total em 2021.

Municípios	População	Municípios	População
Uberlândia	706.597	Estrela do Sul	8.057
Araguari	118.361	Iraí de Minas	7.067
Ituiutaba	105.818	Abadia dos Dourados	7.022
Monte Carmelo	48.049	Indianópolis	7.009
Prata	28.173	Araporã	6.992
Tupaciguara	25.466	Gurinhata	5.516
Monte Alegre de Minas	21.349	Ipiacu	4.229
Santa Vitória	19.997	Romaria	3.507
Campina Verde	19.759	Cascalho Rico	3.018
Capinópolis	16.294	Cachoeira Dourada	2.720
Canápolis	12.251	Douradoquara	1.915
Centralina	10.343	Grupiara	1.386
Total			1.190.895

Fonte: Estimativa populacional do IBGE para 2021 (IBGE, 2021).

De acordo com o CEPES/UFU (2021), a RI de Uberlândia interage de maneira intensa econômica e demograficamente, com a Região Metropolitana de São Paulo, assim como com as áreas de expansão agrícola do Centro-Oeste, atuando como região de passagem de migrantes entre áreas populosas e Brasília, a capital federal. Dessa maneira, a região tem se beneficiado ao longo das últimas décadas de maior crescimento demográfico, tanto em relação a Minas Gerais, como também em relação ao crescimento médio do país.

A Tabela 5 apresenta a evolução da população urbana e rural na RI de Uberlândia, nos anos de 1991, 2000, e 2010.

Tabela 4 - RI de Uberlândia-MG - Taxa de crescimento (TC) entre 1991 e 2021^a.

Municípios	TC 1991-2000	TC 2000-2010	TC 2010-2021	TC 1991-2021
Abadia dos Dourados	-0,71	4,00	4,74	8,16
Araguari	11,71	7,68	7,80	29,66
Araporã	-	15,73	13,80	31,70 ^b
Cachoeira Dourada	0,92	8,68	8,58	19,09
Campina Verde	-4,88	1,17	2,25	-1,60
Canápolis	-34,00	6,88	7,80	-23,38
Capinópolis	-4,36	6,16	6,57	8,19
Cascalho Rico	-0,27	8,96	5,64	14,80
Centralina	-25,73	0,29	0,75	-24,96
Douradoquara	12,76	3,14	4,02	20,97
Estrela do Sul	-4,84	8,18	8,21	11,39
Grupiara	8,77	-0,22	0,95	9,57
Gurinhata	-9,91	-10,84	-10,12	-27,80
Indianópolis	10,82	14,91	13,23	44,19
Ipiaçu	-2,33	2,01	2,97	2,60
Iraí de Minas	31,88	9,55	9,28	57,89
Ituiutaba	5,34	9,07	8,90	25,11
Monte Alegre de Minas	0,49	8,96	8,82	19,14
Monte Carmelo	26,49	4,27	4,97	38,45
Prata	-4,31	9,44	9,19	14,35
Romaria	10,17	-3,77	-2,47	3,39
Santa Vitória	-1,31	10,83	10,25	20,59
Tupaciguara	-12,85	4,63	5,28	-4,00
Uberlândia	36,55	20,51	16,98	92,50

^a Em vermelho: taxa de crescimento negativa. Em verde: taxa de crescimento positiva. ^bNo caso de Araporã, a taxa de crescimento compreendeu o período de 2000 a 2021.

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010; estimativa populacional do IBGE para 2021 (IBGE, 2021).

Tabela 5 - RI de Uberlândia-MG - População Urbana e Rural (1991, 2000, e 2010).

Município /Ano	1991		2000		2010	
	% Rural	% Urbana	% Rural	% Urbana	% Rural	% Urbana
Uberlândia	2,4	97,6	2,4	97,6	2,8	97,2
Araporã	-	-	9,2	90,8	4,0	96,0
Ituiutaba	7,5	92,5	5,9	94,1	4,2	95,8
Capinópolis	12,5	87,5	8,8	91,2	6,5	93,5
Araguari	10,1	89,9	9,0	91,0	6,6	93,4
Tupaciguara	24,5	75,5	10,8	89,2	8,9	91,1
Ipiacu	16,2	83,8	12,8	87,2	8,9	91,1
Centralina	19,6	80,4	8,7	91,3	9,3	90,7
Canápolis	36,1	63,9	15,3	84,7	10,4	89,6
Cachoeira Dourada	24,3	75,7	13,5	86,5	11,2	88,8
Monte Carmelo	14,9	85,1	12,9	87,1	12,4	87,6
Grupiara	24,1	75,9	15,8	84,2	14,6	85,4
Santa Vitória	26,5	73,5	23,3	76,7	17,7	82,3
Estrela do Sul	47,6	52,4	26,8	73,2	18,7	81,3
Iraí de Minas	45,1	54,9	22,1	77,9	20,2	79,8
Romaria	29,3	70,7	28,8	71,2	24,5	75,5
Prata	46,7	53,3	29,9	70,1	24,9	75,1
Campina Verde	32,8	67,2	29,8	70,2	25,3	74,7
Monte Alegre de Minas	34,0	66,0	29,6	70,4	26,1	73,9
Douradoquara	47,8	52,2	36,5	63,5	33,0	67,0
Indianópolis	45,4	54,6	39,7	60,3	34,5	65,5
Cascalho Rico	62,6	37,4	59,1	40,9	37,1	62,9
Abadia dos Dourados	45,9	54,1	44,4	55,6	37,5	62,5
Gurinhata	64,5	35,5	61,8	38,2	56,1	43,9
RI Uberlândia	12,3	87,7	8,4	91,6	6,9	93,1
RI Uberlândia - excluindo sede	21,3	78,7	15,4	84,5	12,4	87,6

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1991, 2000, e 2010.

Analisando a distribuição da população urbana e rural dos municípios da RI, verifica-se diferenças substanciais entre aqueles com taxa de urbanização elevada e aqueles que ainda apresentam porcentagem significativa de população rural. Entre esses, destaca-se Gurinhatã que, em 2010, apresentou 56% de sua população vivendo no campo. Também apresentaram taxas significativas, os municípios de Abadia dos Dourados (37,5%), Cascalho Rico (37,1%), Indianópolis (34,5%), e Douradoquara (33%).

Em relação aos municípios com maior taxa de urbanização, evidenciam-se oito que apresentaram valores superiores a 90 pontos percentuais: Uberlândia (97,2%), Araporã (96%), Ituiutaba (95,8%), Capinópolis (93,5%), Araguari (93,4%), Tupaciguara (91,1%), Ipiaçu (91,1%), e Centralina (90,7%). Ambas as cidades apresentaram grau de urbanização superior as médias estadual (87%) e nacional (84%).

Considerando os dados dos últimos três censos demográficos, nota-se o declínio, paulatinamente, da porção da população que se encontrava residindo no espaço rural (12,3%, 8,4%, e 6,9, respectivamente). Tais dados possibilitam afirmar que a RI de Uberlândia tem passado por processo no qual a população que vive na zona rural tem se tornado cada vez mais residual (CEPES, 2021). Por outro lado, a população urbana tem apresentado crescimento médio na ordem de 1,5 pontos percentuais, entre 2000 e 2010, o que demonstra a continuidade do processo de urbanização no recorte analisado. Cabe registrar que cumpre ao Censo Demográfico de 2022 confirmar tal hipótese.

Entretanto, excluindo a sede da RI – Uberlândia, verifica-se que ocorre decréscimo da população vivendo no campo nos três censos, com 21,3%, 15,4%, e 12,4%, respectivamente. Tal fato demonstra que Uberlândia, principal município da RI, é aquele que tem determinado tanto o crescimento populacional positivo da população como também é o impulsionador da elevada taxa de urbanização.

O decréscimo da população rural na RI de Uberlândia pode ser compreendido pela dinâmica de modernização da agricultura. A incorporação continuada de processos produtivos agropecuários baseados na mecanização, informatização, e automação, tem possibilitado a expansão da atividade primária com ganhos de produtividade, e redução da mão de obra necessária. Nesse contexto, a população rural se desloca para áreas urbanas em busca de trabalho nos setores de comércio e serviços, e também na indústria.

Entre as pesquisas desenvolvidas sobre esse recorte espacial, resgata-se a análise efetuada por Bessa (2007) que avaliou os centros urbanos da rede urbana no triângulo mineiro em suas dinâmicas e

transformações, a partir da dialética entre processos de convergências e divergências entre Uberaba e Uberlândia. O estudo de Bessa (2007) destacou o papel dos agentes sociais como as elites locais, grandes corporações e Estado, e as novas racionalidades da divisão territorial do trabalho alterando toda a rede urbana regional. A autora indica a evolução urbana desigual e a diferenciação espacial como um par analítico para as pesquisas sobre os processos espaciais no Triângulo Mineiro. Isto é, configurando um movimento de diversidade e heterogeneidade urbana cada vez mais crescente nessa região geográfica, quadro característico da dinâmica urbana contemporânea brasileira.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Triângulo Mineiro era um local de expulsão de população até meados do século XX. Antes da modernização da agricultura (décadas de 1950 a 1970) as condições de solo não eram muito propícias à atividade agrícola intensiva. A atividade econômica era pouco integrada aos mercados nacionais e mais dinâmicos, e baseava-se em agricultura e pecuária, inclusive com intensa presença de agricultura de subsistência. Com grandes extensões de terra, poucas cidades possuíam maior dinamismo econômico. Com a construção de Brasília, a modernização da agricultura, e a fragmentação territorial dos municípios, esse cenário demográfico se transformou. Os municípios mais dinâmicos foram potencializados pela ação de agentes públicos e privados, e se configuraram em polos de agroindústria, logística, comércio e serviços, passando a atrair população em busca de trabalho e melhores condições de vida, com destaque para os municípios de Uberlândia e Uberaba.

A centralidade que foi se configurando com a proeminência de Uberlândia como principal centro urbano do Triângulo Mineiro, fez com que contingentes expressivos de população localizadas nos municípios da região migrassem para este destino, inclusive com perdas populacionais expressivas na origem. Destaca-se também a estruturação dos serviços de saúde de alta complexidade, de educação superior e técnica, o setor de comércio/serviços e a presença de grandes e médias empresas, como motores importantes para o crescimento populacional de Uberlândia.

A Região Geográfica de Uberlândia revela-se dinâmica no tempo e no espaço. Para além da dimensão demográfica, as pesquisas geográficas devem contemplar a rede urbana em sua totalidade, e complexidade funcional e morfológica. Como desdobramento da leitura

demográfica aqui realizada, prospecta-se uma agenda de pesquisa no âmbito da Mikripoli com a inserção de aspectos do movimento de horizontalidades e verticalidades típicos dos estudos sobre hierarquias urbanas. Ademais, considera-se importante para futuras pesquisas a análise do conjunto das pequenas cidades da RI em contraponto a sua sede, Uberlândia, de forma a focalizar nas singularidades, realidades, centralidades e importante papel que desempenham na rede urbana regional.

4 AGRADECIMENTOS

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Processo nº 101252/2022-6.

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG. Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ). Termo de Concessão nº 0013/2019.

5 REFERÊNCIAS

BESSA, Kelly. **A dinâmica da rede urbana no Triângulo Mineiro: Convergências e Divergências entre Uberaba e Uberlândia.** Uberlândia: Edufu, 2007, 348 p.

CEPES/UFU – CENTRO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS ECONÔMICOS-SOCIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA.

Dinâmica demográfica e a recente Divisão Regional no Brasil: as Regiões Geográficas Intermediárias de Uberlândia, Patos de Minas e Uberaba, localizadas no Estado de Minas Gerais. Uberlândia: UFU, 2019. Disponível em: <http://www.ieri.ufu.br/cepes/pesquisa-e-estudos/regional>. Acesso em: 12 ago. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico de 1970.** Rio de Janeiro: IBGE, 1970. Disponível em: <https://censo1970.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico de 1980.** Rio de Janeiro: IBGE, 1980. Disponível em: <https://censo1980.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico de 1991.** Rio de Janeiro: IBGE, 1991. Disponível em: <https://censo1991.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico de 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <https://censo2000.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro, 2017, 83 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência das cidades**. 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020, 187 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=2101728>. Acesso em: 12 ago. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativa populacional 2021**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SOARES, Beatriz Ribeiro. **Uberlândia: da cidade jardim ao portal do cerrado – imagens e representações no Triângulo Mineiro**. 1995. 366 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. Disponível em: <https://caph.fflch.usp.br/node/15474>. Acesso em: 1 ago. 2022.

SOARES, Beatriz Ribeiro; RAMIRES, Júlio Cesar; OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de; MELO, Nágela Aparecida de; SOUZA, Marcus Vinícius Mariano de; RIBEIRO FILHO, Vitor. Uberlândia (MG): leituras geográficas de uma cidade em transição. *In*: SPOSITO, M. E. B., *et al.* (org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Tandil e Uberlândia**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, 288 p.

SOBRE OS AUTORES

Angela Maria Endlich: Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (1991), Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Dissertação: Maringá e o tecer da rede urbana regional - 1998). Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Tese: Pensando os papéis e significados das pequenas cidades na região Noroeste do Paraná - 2006, adaptada para publicação pela Editora da Unesp). Estágio pós-doutoral na Universidade de Barcelona (2013-2014). Professora Associada do Departamento de Geografia e PGE da Universidade Estadual de Maringá. Área de atuação no ensino e pesquisa: Geografia Urbana, Geografia Regional, Geografia Econômica e Planejamento. Temas principais de trabalho: pequenas cidades, rede urbana, municípios, escala local e cooperações intermunicipais. Coordenação do Grupo de Estudos Urbanos na Universidade Estadual de Maringá e da Rede Nacional de Pesquisadores de Pequenas Cidades – Mikripoli.

E-mail: amendlich@uem.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5203-5828>

Beatriz Ribeiro Soares: Possui licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (1974), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1988) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) também pela Universidade de São Paulo (1995). É professora titular da Universidade Federal de Uberlândia e docente permanente nos cursos de pós-graduação em Geografia e Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Uberlândia. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana e Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Urbana; Planejamento Urbano e Regional; Produção de Espaços Urbanos não Metropolitanos.

E-mail: brsoares@ufu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1377-6532>

Camila Melo Menezes: Graduada em Geografia (licenciatura) pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2016), pós-graduada em Educação Especial Inclusiva pela Universidade de Pitágoras UNOPAR (2017). Cursando pós-graduação em Metodologia do Ensino da Filosofia e Sociologia (2020-2021) pela Instituição de Ensino Dom Alberto. É

professora titular do componente curricular de Geografia na Escola de Educação Básica Educar-se, tendo iniciado sua carreira profissional em 2016 e atuado concomitantemente até o ano de 2019 pelo governo do Estado do RS na Escola Estadual de Ensino Médio Santa Cruz. Ministrou a disciplina de Inclusão no curso de Aprendizagem para Assistente Administrativo-Formação Técnico-Profissional para Aprendiz com Deficiência oferecido pelo CEPRU-UNISC.

E-mail: cmenezes@unisc.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4885-3649>

Carolina Rezende Faccin: Arquiteta e Urbanista pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2018), Doutoranda e Mestre (2020) em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - PROPUR/UFRGS, na linha de pesquisa Planejamento do Espaço Urbano e Regional. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). É integrante do GEPEUR - Grupo de Pesquisa e Estudos Urbanos Regionais (CNPq), do GPTerra - Grupo de Pesquisa Território, Região e Rede Urbana (UFRGS) e da Mikripoli - Rede de Pesquisadores de Pequenas Cidades (CNPq). Desenvolve pesquisa na área do Planejamento Urbano e Regional e do Desenvolvimento Regional, com foco nos seguintes temas: rede urbana, divisão territorial do trabalho e urbanização em cidades médias e pequenas.

E-mail: faccincarolina@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2850-158X>

Estevan Bartoli: Professor da Universidade do Estado do Amazonas - campus de Parintins, possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (2001), especialização em Sociologia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP-SP), mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (2009) e é doutor em geografia pela UNESP de Presidente Prudente (2017) com estágio ("sanduíche") na Università Ca' Foscari de Veneza. Realiza pesquisas nas áreas de geografia urbana e análise territorial, com ênfase em sistemas territoriais para o desenvolvimento territorial em cidades na Amazônia. Líder do Núcleo de Estudos Territoriais da Amazônia (NETAM) e Bolsista Produtividade pela Universidade do Estado do Amazonas (2022). Pesquisador da Rede Iberoamericana de Estudos sobre Desenvolvimento Territorial e Governança (REDETEG) e da rede de estudos sobre cidades pequenas (MikriPoli). Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas nas Cidades

Amazônicas (NEPECAB). Artista plástico tem realizado diálogo entre representações artísticas e a ciência geográfica através de exposições e publicações diversas.

E-mail: ebartoli11@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1238-3187>

Giovane Silveira da Silveira: Docente Colaborador Credenciado no PPGDRS (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos, Mestrado Acadêmico), a partir de 2019, e no Curso de Ciências Econômicas ofertado na Unidade Universitária da UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul) em Ponta Porã, desde 2006. Possui doutorado em Geografia (2015 a 2019) pela FCH (Faculdade de Ciências Humanas) da UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados), mestrado em Educação (2004 a 2006) e bacharelado em Ciências Econômicas (1998 a 2002), pela UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul). Atua na área de Teoria Microeconômica, Economia Internacional, além de Cartografia Temática, como também em Geografia Econômica e Desenvolvimento de Indicadores Socioeconômicos Regionais, estes últimos com linguagens de programação do tipo R (RStudio) e Python (Jupyter Notebook). Líder do GEDAIS - Grupo de Estudo de Disparidades Socioeconômicas.

E-mail: giovane@uems.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7062-671X>

Gustavo Rodrigo Milaré Montoia: Geógrafo, pela Universidade do Vale do Paraíba, Doutor em Planejamento Urbano e Regional, pela Universidade do Vale do Paraíba. (2018). Atualmente é professor de ensino fundamental e médio das redes pública e particular de ensino, pesquisador-colaborador do Laboratório de Estudos das Cidades da UNIVAP e escreve mensalmente para o Jornal Semanário de Jacareí com temas relacionados ao espaço urbano.

E-mail: milaremontoia@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8654-9875>

Iara Soares de França: Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU (2012). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU (2007). Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES (2003). Professora do Departamento de Geociências da Universidade

Estadual de Montes Claros-UNIMONTES. Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Geografia/PPGEO, nível mestrado, da Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES. Atuou como Coordenadora do PPGEO (2016-2018). Docente permanente do Mestrado em Associação Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG e Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES Sociedade, Ambiente e Território PPGSAT. Tem experiência na área de Geografia Urbana, com ênfase nas temáticas Planejamento Urbano e Regional, Redes Urbanas, Aglomerações Urbanas, Dinâmica Urbana, Cidades Médias, Centralidades e Subcentros em Comércio e Serviços. Desenvolve pesquisas sobre as temáticas cidades médias, centralidades urbanas, subcentros em comércio e serviços, redes urbanas, expansão urbana vertical e horizontal e planejamento urbano e regional. Pesquisadora do Observatório das Cidades da Universidade Federal de Uberlândia/UFU e da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe). Integrante da Rede de Pesquisa MIKRIPOLI - Rede de Pesquisadores de Pequenas Cidades. Coordenadora do Laboratório de Estudos Urbanos e Rurais - LAEUR vinculado ao Depto. de Geociências da UNIMONTES. Bolsista Pós-doc Sênior (2022-2023) realiza Estágio de Pós-doutorado pela Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPAU. É filiada ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais/CREA-MG 161423D (2013).

E-mail: iara.franca@unimontes.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7765-8199>

Jobair Assis Rangel: Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade do Vale do Paraíba (2019). Possui licenciatura plena em Geografia (2005) pela Universidade do Vale do Paraíba. Atualmente é professor da Universidade do Vale do Paraíba, atuando nos ensinos médio, técnico e superior. Faz parte do quadro de professores efetivos da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (2017), lecionando para o ensino fundamental II e Ensino Médio. Tem experiência na área de Geografia, Ensino de Geografia com ênfase em Geografia Política e Urbana atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia, Ensino de Geografia, Metodologia do Ensino de Geografia, Urbanização, Amazônia e Pequenas Cidades. Faz parte do grupo de pesquisa do laboratório de estudos das cidades do Delta do Rio Amazonas desde 2010.

E-mail: jobairgeografia1978@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2255-9812>

Josimar Dos Reis De Souza: Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Docente do Departamento de Formação Geral do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), onde atua no nível técnico, nas graduações em Engenharia de Minas e Engenharia de Automação Industrial e no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). É líder do grupo de pesquisa Educação Tecnológica: ensino, interdisciplinaridade e inserção regional (CEFET-MG); vice-líder do grupo PLANURB - Planejamento Urbano e Regional e Novas Dinâmicas Urbanas (UFU) e participa dos grupos ReCiMe - Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (UFRJ), Mikripoli - Rede de Pesquisadores de Pequenas Cidades (UEM) e Ensino de Geografia (CEFET-MG). Em 2012 fez graduação sanduíche, pelo programa Ciência sem Fronteiras (CNPq), no curso de Ingeniería Geomática y Topografía da Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, Ilhas Canárias. Em 2020 fez estágio doutoral no Departamento de Geografía Humana da Universidad de Sevilla, Espanha.

E-mail: josimarsouza@cefetmg.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4846-0690>

Juliana Carolina Teixeira: Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Bacharel em Turismo e Meio Ambiente (2005/2008) pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (FECILCAM). Professora Assistente do curso de graduação em Turismo e Meio Ambiente da Universidade Estadual do Paraná - campus Campo Mourão (UNESPAR). Membro do Grupo de Estudos Urbanos (GEUR/UEM); da Rede Nacional de Pesquisadores de Pequenas Cidades - Mikripoli e do Grupo de Estudos em Turismo (GETUR/UNESPAR) e da Rede Pinhal de Turismo de Base Comunitária do Paraná. Realiza, principalmente, pesquisas relacionadas ao turismo de base comunitária; turismo rural; ecoturismo; turismo em pequenas cidades/localidades.

Email: julianatma@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9886-4920>

Larissa De Mattos Alves: Bacharelado em Turismo e Meio Ambiente pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (2003), mestrado (2012) e doutorado em Geografia (2018) pela Universidade Estadual de Maringá com período PDSE na Universidade de Lisboa (2018). Professora Adjunta do colegiado de Turismo da Universidade

Estadual do Paraná/campus Campo Mourão. Líder do Grupo de Pesquisa GETUR (Grupo de Estudos em Turismo) na Unespar/Campo Mourão e participa da Rede Nacional de Pesquisadores de Pequenas Cidades - Mikripoli. Principais áreas de interesse: Desenvolvimento, Planejamento e Políticas de Turismo, Turismo em pequenas localidades, Pesquisa em Turismo.

E-mail: Larissa.mattos@unespar.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9975-3867>

Luana Pavan Detoni: Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional, na linha de pesquisa Planejamento do Espaço Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mestre em Arquitetura e Urbanismo, na linha de pesquisa de Urbanismo Contemporâneo (PROGRAU/UFPel, 2018). Graduada em Arquitetura e Urbanismo (FAUrb/UFPel, 2014). Atualmente, está vinculada aos Grupos de Pesquisa CNPq: Mikripoli - Rede de Pesquisadores de Pequenas Cidades; GPTerra - Grupo de Pesquisa Território, Região e Rede Urbana (UFRGS); e Cidade+Contemporaneidade (UFPel); também faz parte do corpo editorial da PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade.

E-mail: luanadetoni@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9681-0045>

Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli: Possui graduação em Geografia (1990), mestrado em Geografia (1997) e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2004). Atualmente é professora dos cursos de Geografia - bacharelado e licenciatura - da UEMS/Unidade Universitária de Campo Grande. É membro da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe), da Rede de Pesquisadores de Pequenas Cidades (Mikripoli) e do Grupo de Pesquisa em Tecnologia, Território e Redes (GTTER). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em produção do espaço urbano, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas de desenvolvimento urbano, políticas habitacionais, cidades médias e pequenas, produção do espaço urbano e regional.

E-mail: marahorab@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9313-5304>

Maria José Martinelli Silva Calixto: Professora Titular da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), credenciada no Programa de Pós-graduação em Geografia - Mestrado e Doutorado - da mesma Instituição. Possui Graduação em Geografia - licenciatura e bacharelado - pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP - Campus de Presidente Prudente, mestrado e doutorado pela mesma instituição. Também possui pós-doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (2011) e pela UNESP - Campus de Presidente Prudente (2016). É membro da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe), da Rede de Pesquisadores de Pequenas Cidades (Mikripoli), do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR) e do Grupo de Estudos sobre Território e Reprodução Social (TERRHA). Orienta trabalhos de pesquisa, tendo experiência na área de Geografia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: espaço urbano e regional, política habitacional e cidades médias.

E-mail: mjmartinelli@yahoo.co.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3214-8256>

Paulo Roberto Baqueiro Brandão: Possui graduação em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Federal da Bahia (concluída em 1997), especialização em Gerenciamento Ambiental pela Universidade Católica do Salvador (concluída em 1999), mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (concluído em 2004) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (concluído em 2013). Professor Associado (Classe D Nível I) dos cursos de Geografia, Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais e do Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), Campus Reitor Edgard Santos, em Barreiras (BA). Atualmente, é líder do Grupo de Pesquisa Dinâmicas Espaciais e Desenvolvimento Territorial e membro da Rede de Estudos e Pesquisas Cidades Médias e Pequenas da Bahia, Rede Mikripoli e Rede Brasileira de Estudos Geográficos sobre Comércio e Consumo. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana, Geografia Histórica e Geografia do Turismo.

E-mail: paulo.baqueiro@ufob.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8342-9130>

Paulo Fernando Jurado Da Silva: Graduado no curso de licenciatura em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Presidente Prudente (2008), mestre (2011) e doutor (2014) pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT, UNESP de Presidente Prudente, com a realização de estadia de investigação científica na Pontifícia Universidad Católica de Chile, Santiago, e na Universidad de Buenos Aires, Argentina, bem como doutorado-sanduiche pela Universidad de La Habana (Cuba). Foi professor da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Presidente Prudente nos cursos de Geografia e Arquitetura e Urbanismo, Diretor de Pesquisa e Pós-graduação da Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul (EscolaGov). Fundou a Revista Geofronter da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), como editor, e, na mesma instituição, foi membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e atuou na comissão deliberativa do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Exerceu o cargo de direção/administração da Unidade Universitária de Campo Grande da UEMS como gerente. Atualmente, é professor adjunto da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) nos cursos de Geografia (bacharelado e licenciatura), em Campo Grande, e credenciado como Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos da UEMS, Ponta Porã. É líder do Grupo de Pesquisa em Tecnologia, Território e Redes (GTTER), parecerista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e coordenador adjunto, em âmbito nacional, da Rede de Pesquisadores de Pequenas Cidades (Mikripoli). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Econômica e Urbana, Pensamento Geográfico, atuando principalmente nos seguintes temas: dinâmica regional, urbana e econômica, uso corporativo do território, poder, telecomunicações e tecnologias.

E-mail: pfjurado@uems.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3325-6451>

Pedro Henrique Carnevalli Fernandes: Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor Adjunto A do Colegiado de Geografia da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Campus de Cornélio Procópio (PR). Coordenador Geral de Processos Seletivos (CPS) da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Editor Assistente da Revista Reppe. Coordenador do Grupo de Pesquisa GEPeq - Grupo de Estudos sobre Pequenas Cidades. Pesquisador vinculado à Mikripoli - Rede de pesquisadores de pequenas

idades. Autor do livro "Portas e janelas fechadas: a violência e a insegurança em pequenas cidades". Os principais temas de estudo são: violência, insegurança objetiva e sociabilidade, sobretudo no recorte espacial das pequenas cidades.

E-mail: pedrofernades@uenp.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7542-7912>.

Rogério Leandro Lima da Silveira: Geógrafo graduado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Mestre e doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pós-doutor em Geografia e Planejamento Regional pela Universidade Nova de Lisboa, com bolsa da CAPES (BEX 7352/14-0). Pesquisador do CNPq. Pesquisador Visitante do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa - CICS. NOVA. Professor titular e pesquisador do Departamento de Ciências, Humanidades e Educação, pesquisador e orientador no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional - mestrado e doutorado, da Universidade de Santa Cruz do Sul. É líder do GEPEUR - Grupo de Pesquisa e Estudos Urbanos Regionais (CNPq). Integrante do Observatório do Desenvolvimento Regional. Integra a REICIAL - RED de Investigación sobre Ciudades Intermedias en América Latina, a ReCiMe-Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias, a Mikripoli-Rede de Pesquisa sobre as Pequenas Cidades, e a RETE - Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Territorial. Possui experiência como pesquisador nas áreas de Geografia Urbana, Geografia Regional, Geografia Econômica, Desenvolvimento Regional e Planejamento Urbano e Regional, atuando principalmente nos seguintes temas de pesquisa: desenvolvimento regional, planejamento territorial, desenvolvimento urbano, urbanização em cidades médias e pequenas, policentrismo funcional e coesão territorial, rede urbana, redes e organização territorial.

E-mail: rlls@unisc.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1003-9470>

Sandra Maria Fonseca da Costa: Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1985), mestrado em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (1989), doutorado em Informação Espacial pela USP (1996), com estágio sandwich na University of New South Wales (1995). Fez seu estágio pós-doutoral na Indiana University no período 2007-2008. Atualmente, é professor adjunto da Universidade do Vale do Paraíba.

Tem experiência na área de Planejamento Urbano e Regional, com ênfase em Planejamento Urbano e Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: espaço urbano, planejamento urbano, geotecnologias, degradação ambiental e crescimento urbano. Há mais de 10 anos, tem trabalhado com o estudo de pequenas cidades do Delta do rio Amazonas.

E-mail: sandra@univap.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0540-228X>

Viviana Mendes Lima: Doutora em Saúde Global e Sustentabilidade pela USP - Faculdade de Saúde Pública (2017). Formada em licenciatura e bacharelado em Geografia pela Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP (2004 - 2007), mestre em Planejamento Urbano e Regional (2010). Pesquisadora associada do Laboratório de Estudos das Cidades. Pesquisadora Pós-doutoranda (CAPES- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR) em Planejamento Urbano e Regional na UNIVAP. Atua como membro do CEP - COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA da UNIVAP. É voluntária na Instituição - Centro Dandara de Promotoras Legais Populares que trabalha com mulheres em situação de violência e membro das QUILOMBELAS - Núcleo de Mulheres Negras de São José dos Campos -SP. Desenvolve pesquisas com ênfase em: Geografia, Estudos Urbanos, Geografia da Saúde e Saúde Global e Pequenas Cidades da Amazônia e Saúde.

E-mail: geolimabrasilch@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5918-409X>

ÍNDICE REMISSIVO

- B**
Bahia, 130, 131, 132, 140
- C**
Características socioespaciais, 37
Centros Locais, 26, 27, 49, 89, 90,
91, 96, 109, 110, 112, 125,
137, 138, 140, 148
Cidades Pequenas, 15, 16, 17, 24,
27, 34, 37, 39, 61, 99, 115,
116, 117, 118, 119, 121, 130,
131, 140, 145
- D**
Dinâmica demográfica, 86, 134,
143, 144, 145, 149
Dinâmica Urbana e Regional, 15
- M**
Microrregião de Parintins, 55, 58,
61, 64, 68, 69, 70, 72
Mikripoli, 4, 5, 6, 8, 9, 16, 77, 97,
116, 130, 131, 145, 158
- P**
Paraná, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83,
96, 97, 99, 101, 102, 111, 160
Patrimônio territorial, 55, 64, 68,
70, 73
Pequenas Cidades, 4, 6, 9, 10, 12,
16, 17, 25, 39, 40, 41, 49, 58,
77, 78, 80, 83, 84, 86, 91, 92,
96, 97, 98, 99, 100, 102, 106,
110, 111, 112, 115, 126, 130,
139, 143, 145, 151, 158
Pequenas localidades, 96
- R**
Rede urbana, 6, 7, 10, 11, 15, 16,
17, 26, 27, 28, 34, 38, 41, 55,
56, 60, 62, 63, 64, 70, 77, 78,
80, 83, 84, 86, 91, 96, 97, 98,
99, 100, 101, 108, 111, 115,
116, 118, 121, 122, 125, 126,
132, 133, 135, 137, 138, 144,
145, 146, 147, 148, 149, 151,
157, 158
Região Geográfica Intermediária,
8, 27, 96, 97, 98, 100, 102,
103, 104, 105, 106, 107, 109,
111, 115, 116, 117, 120, 124,
125, 126, 143, 144, 145
Região Geográfica Intermediária
de Campo Grande, 115, 116,
117, 120, 124, 125, 126
Região Intermediária, 7, 10, 11,
12, 15, 16, 20, 21, 34, 37, 41,
42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49,
51, 77, 79, 81, 83, 87, 89, 90,
91, 92, 93, 130, 131, 132, 133,
134, 135, 136, 137, 138, 139,
140
Região Intermediária de Barreiras,
9, 12, 130, 131, 134, 135, 136,
137, 138, 140
Região Intermediária de Breves,
9, 37, 41, 42, 48
Região Intermediária de Londrina,
10
Região Intermediária de Maringá,
10, 77, 78, 86, 88, 92
Região Intermediária de Santa
Cruz do Sul-Lajeado, 15, 17
Regint, 16, 17, 19, 20, 24, 25, 26
Regint de Santa Cruz do Sul-
Lajeado, 16, 17, 24
Regiões Geográficas Imediatas, 6,
7, 8, 79, 96, 97, 98, 100, 101,
111, 115, 116, 124, 131
- S**
Sistemas territoriais, 55, 56, 61,
63, 64, 69, 70, 71

A coletânea de artigos reunidos no presente livro faz parte de uma seleção de trabalhos apresentados nas seções temáticas dos dez grupos de trabalhos realizadas durante o VI Simpósio Nacional Sobre Pequenas Cidades (SINAPEQ), promovido em cooperação com a Rede Mikripoli (Rede de Pesquisadores sobre Pequenas Cidades), que versou sobre o tema

Brasil, pandemia e pequenas cidades: desafios para pensar o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida.

O evento foi realizado de forma virtual e coordenado a partir da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Campo Grande, no período de 24 a 26 de agosto de 2022.

Os textos resultam de pesquisas realizadas em diversos lugares do país, a partir das reflexões construídas em trabalhos de diferentes níveis acadêmicos (iniciação científica, trabalhos de conclusão de curso, mestrado e doutorado), provenientes de autores vinculados a Instituições de Ensino Superior especialmente situadas fora das capitais. Assim, a obra apresenta-se como um leque de trabalhos de pesquisa e experiências de ensino que se debruçam sobre o universo das cidades pequenas existentes no território brasileiro, contribuindo para aprofundarmos o olhar sobre a realidade urbana existente e nos desafiando a refletir sobre a pluralidade das dinâmicas presentes, sob distintos recortes teóricos e metodológicos, evidenciando a riqueza e a complexidade espacial presentes na urbanização brasileira.

Publicação financiada com recurso do Programa de Apoio à Pesquisa da UFGD
PAP/UFGD, Edital PROPP N° 28, de 30 de agosto de 2022.

